



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Faculdade de Artes e Letras  
Departamento de Letras

## **Variação do imperativo na forma indicativa e conjuntiva. Estudo Sociolinguístico**

**António Kingui da Silva**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Estudos Lusófonos**  
(2.º ciclo de estudos)

**Orientador: Professor Doutor Paulo Osório**  
**Coorientador: Professora Doutora Ana Carrilho**

**Covilhã e UBI, junho de 2018**

## Dedicatória

À Felí e à Fatita. Que a paz do SENHOR esteja em vós! Tarde ou cedo, todos nos encontraremos lá.

## Agradecimentos

*Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que não se veem* (Hebreus 11). Quis o SENHOR DOS EXÉRCITOS que essa passagem se realizasse em minha vida. Como é práxis na vida académica e profissional agradecer depois do cumprimento de uma árdua missão investigativa, direciono-o em primeiro lugar a Deus por me ter dado a maior dádiva da humanidade, a vida.

A formação académica, que resultou neste trabalho de fim de curso, merece crédito graças ao INAGBE (Instituto Nacional de Gestão de Bolsa Externa) e ao ISCED-HBO (Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo) que providenciaram todos os esforços e recursos para a minha viagem a Portugal, Covilhã, UBI (Universidade da Beira Interior), com o escopo de frequentar o curso de mestrado em Estudos Lusófonos. Todavia, a deslocação à terra natal de Camões só foi suscetível com a autorização da licença de estudo do Comando da Região Militar Centro, da Direção de Engenharia, do Comando do Exército e do Comando do Estado-Maior-do-Exército.

Aos Professores Doutores: Ana Carrilho e Paulo Osório, minhas luzes de velas que iluminaram o caminho do saber.

À Professora Doutora Célia Regina pela sua intuição materna, pela sua orientação rigorosa e por todos os momentos que passámos no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

A todos os docentes do curso de mestrado em Estudos Lusófonos.

Aos meus pais: D. São e D. João pelas vossas orações e por me lembrarem sempre da existência de um SER SUPREMO.

À minha amada esposa, Emília Aquine da Silva, e ao meu querido filho, António Kiami da Silva, por combaterem os efeitos colaterais da minha ausência, sem o vosso apoio, sentir-me-ia num campo de minas.

Ao Rampa e ao Zacarias por estarem sempre em prontidão combativa para atenderem as minhas orientações.

Aos efetivos da Repartição de Engenharia e Infraestruturas da Região Militar Centro.

A minha família em geral, e a todos que direta ou indiretamente torceram por mim.

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo fazer um estudo sociolinguístico no que diz respeito a variação do imperativo na forma indicativa e conjuntiva nos enunciados de provas produzidas por professores angolanos, caso da Escola de Formação de Professores Ferraz Bomboco, da província do Huambo. Pretendemos, deste modo, delinear os comportamentos das formas de tratamento que desencadeiam o modo imperativo, tendo em linha de conta pesquisas que abordam a variação do imperativo associado ao conjuntivo e indicativo, na terminologia adotada por Scherre *et alii*. (1996-2007), no português brasileiro. Neste âmbito, a nossa hipótese é de que o modo imperativo na forma conjuntiva é mais presente em textos escritos de natureza *não-dialógica*, no caso dos enunciados de provas, por se tratar de textos monitorados dirigidos a alunos com uma idade considerável, contexto em que se dita o tratamento formal. Para prosseguir com a pesquisa, tivemos em consideração a corrente da Sociolinguística Laboviana (Labov, 1972), como um suporte metodológico, segundo Silva e Osório (2008), e como um aporte teórico para outros, no sentido de observar e compreender melhor o funcionamento da língua através dos fatores linguísticos e extralinguísticos que poderiam influenciar a variação do imperativo na forma indicativa e conjuntiva. Como ferramenta metodológica utilizamos o programa estatístico *Goldvarb-X*, com o escopo de nos auxiliar na análise quantitativa dos dados da amostra. Os resultados observados nesse trabalho de fim de curso mostram que o modo imperativo na forma conjuntiva apresenta-se de forma significativa com maior ocorrência nos enunciados de provas de língua portuguesa e empreendedorismo.

**Palavras-chave:** imperativo indicativo e conjuntivo, sociolinguística Laboviana, variação e mudança.

## Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo hacer un estudio sociolingüístico en lo que se refiere a la variación del imperativo en la forma indicativa y conjuntiva en los enunciados de pruebas producidas por profesores angoleños, caso de la Escuela de Formación de Profesores Ferraz Bomboco, de la provincia de Huambo. Por lo tanto, pretendemos, de este modo, delinear el comportamiento de las formas de tratamiento que desencadenan el modo imperativo, teniendo en cuenta las investigaciones que abordan la variación del imperativo asociado conjuntivo e indicativo, en la terminología adoptada por Scherre *et alii*. (1996-2007), en portugués de Brasil. En este ámbito, nuestra hipótesis es que el modo imperativo en la forma conjuntiva es más presente en textos escritos de naturaleza no-dialógica, en el caso de los enunciados de pruebas, por tratarse de textos monitoreados dirigidos a alumnos con una edad considerable, contexto en que se dicta el tratamiento formal. Para continuar con la investigación, hemos tenido en cuenta la corriente de la Sociolingüística Laboviana (Labov, 1972), como un soporte metodológico, según Silva y Osório (2008), y como un aporte teórico para otros, en el sentido de observar, comprender mejor el funcionamiento de la sociedad lengua a través de los factores lingüísticos y extralingüísticos que podrían influenciar la variación del imperativo en la forma indicativa y conjuntiva. Como herramienta metodológica utilizaremos el programa estadístico Goldvarb-X, con el alcance de ayudarnos en el análisis cuantitativo de los datos de la muestra. Los resultados observados en este trabajo de fin de curso muestran que el modo imperativo en la forma conjuntiva se presenta significativo con mayor ocurrencia en los enunciados de pruebas lengua portuguesa y emprendedorismo.

**Palabra-clave:** el imperativo indicativo y conjuntivo, la sociolingüística, la variación y mudança.

## Índice

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	iv
Resumen .....	v
Índice .....	vi
Índice de tabelas.....	viii
Índice de figuras .....	ix
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1. Do imperativo em latim ao imperativo em português .....</b>	<b>5</b>
1.1. Modo conjuntivo.....	6
1.2. Modo imperativo .....	10
1.3. Excurso histórico das formas tratamentais que ocorrem com o imperativo.....	12
1.4. Situação sociolinguística de Angola.....	18
1.4.1. Grupo etnolinguístico tucokwe.....	20
1.4.2. Grupo etnolinguístico ambundu.....	20
1.4.3. Grupo etnolinguístico bakongo.....	20
1.4.4. Grupo etnolinguístico vangangela .....	21
1.4.5. Grupo etnolinguístico ovanyaneka-nhumbi .....	21
1.4.6. Grupo etnolinguístico ovahelelo .....	21
1.4.7. Grupo etnolinguístico ovambo.....	21
1.4.8. Grupo etnolinguístico ovakwanyama.....	21
1.4.9. Grupo etnolinguístico ovandongga .....	22
1.4.10. Grupo etnolinguístico ovimbundu .....	22
1.4.11. Do período colonial ao pós-colonial.....	22
1.4.12. Breve configuração do Huambo .....	26
<b>Capítulo 2. A linguística e a sociolinguística Laboviana .....</b>	<b>29</b>
2.1. Variação e mudança .....	32
2.2. Estudos sobre a variação do imperativo .....	35
2.2.1. Fatores linguísticos.....	35
2.2.2. Fatores extralinguísticos .....	37
2.2.3. Suporte quantitativo de análise estatística .....	39
<b>Capítulo 3. Metodologia .....</b>	<b>43</b>
3.1. Descrição da escola.....	45
3.2. Descrição do <i>corpus</i> .....	47
3.3. Grupos de fatores controlados.....	48
3.3.1. Grupos de fatores linguísticos.....	49
3.3.2. Grupos de fatores extralinguísticos .....	50
3.4. A codificação dos dados.....	51

<b>Capítulo 4. Análise do imperativo na forma conjuntiva e indicativa nas folhas de provas da 10ª e 11ª classes</b> .....	53
4.1. Resultados parciais .....	57
4.1.1. Variação do imperativo nas folhas de provas das 10ª e 11ª classes.....	57
4.1.2. Os efeitos dos fatores linguísticos .....	57
4.1.3. Os efeitos dos fatores extralinguísticos .....	70
<b>Conclusão</b> .....	76
<b>Referências bibliográficas</b> .....	79
<b>Anexos 1</b> .....	85

## Índice de tabelas

Tabela 1: Conjugação verbal do imperativo em latim. ....	5
Tabela 2: Formas do conjuntivo em português.....	7
Tabela 3: Verbo da primeira, segunda e terceira conjugações, conjugados no modo conjuntivo. .....	8
Tabela 4: Verbo da primeira, segunda e terceira conjugações, conjugados no modo imperativo. .....	10
Tabela 5: Línguas africanas no período pós-colonial (1987). ....	24
Tabela 6: Línguas africanas no período moderno (2018). ....	24
Tabela 7: Língua portuguesa no período pós-colonial (1987). ....	25
Tabela 8: Língua portuguesa no período moderno (2018). ....	25
Tabela 9: Línguas estrangeiras no período pós-colonial (1987).....	25
Tabela 10: Línguas estrangeiras no período moderno (2018). ....	25
Tabela 11: Favorecimento do imperativo indicativo e conjuntivo. ....	37
Tabela 12: Infraestruturas. ....	45
Tabela 13: Recursos humanos. ....	46
Tabela 14: Grau acadêmico dos docentes sem formação pedagógica. ....	46
Tabela 15: Grau acadêmico dos docentes com formação pedagógica. ....	46
Tabela 16: Distribuição das classes e turmas. ....	46
Tabela 17: Enunciados de provas: disciplinas.....	48
Tabela 18: Codificação dos grupos de fatores controlados.....	52
Tabela 19: Resultados globais das formas variantes de imperativo. ....	53
Tabela 20: Formas variantes (conjuntivas e/ou indicativas).....	54
Tabela 21: Provas mistas e não-mistas.....	56
Tabela 22: Presença/ausência de formas do mesmo paradigma. ....	59
Tabela 23: Conjugação verbal: verificação parcial em provas com variação. ....	62
Tabela 24: Formas imperativas com ocorrências da 1ª conjugação. ....	63
Tabela 25: Formas imperativas com ocorrências da 2ª conjugação. ....	63
Tabela 26: Formas imperativas com ocorrências da 3ª conjugação. ....	64
Tabela 27: Número de sílabas: verificação parcial em provas com variação. ....	66
Tabela 28: adaptada por Scherre: Efeito do tipo de paradigma verbal, do tipo de oposição entre a forma indicativa/ subjuntiva e do paralelismo fônico para verbos da 1ª conjugação no uso do imperativo na forma indicativa em contexto discursivo do pronome você - Diálogos de histórias em quadrinhos da Turma da Mônica publicadas em 1998 e 1999. ....	68
Tabela 29: Regularidade dos verbos: verificação parcial em provas com variação. Valor de aplicação: forma indicativa do imperativo.....	70
Tabela 30: Género: verificação parcial em provas com variação. ....	71
Tabela 31: Disciplina: verificação parcial em provas com variação. Valor de aplicação: imperativo na forma indicativa. ....	72

## Índice de figuras

Figura 1: Mapa de Angola.....	19
Figura 2: Mapa etnolingüístico de Angola .....	20
Figura 3: Programa Goldvarb-X.....	42

# Introdução

O imperativo é uma palavra de origem latina - *imperatus* - que pode ser definida como sendo o modo verbal que normalmente expressa, na forma do locutor, uma determinada súplica, ordem ou desejo em relação ao interlocutor. Esse modo, do latim ao português, sofreu muitas alterações do ponto de vista morfossintático, fonético e também mudanças na sua estrutura atrelada a construções frásicas negativas, principalmente, quando se trata do quadro de pronomes ou formas de tratamento. Consideravelmente, há, senão, dois modos imperativos de segunda pessoa em língua portuguesa. O primeiro é o modo designado *imperativo indicativo* ou *imperativo de tu*, que é utilizado normalmente em contextos informais para pessoas da mesma faixa etária, inferiores ou com intimidades (Calcula pela definição os seguintes logaritmos e determina a sua função). O segundo é o modo considerado *imperativo conjuntivo*, que é frequentemente usado em situações de ambientes formais para pessoas que não têm intimidades e de diferentes posições sociais (Faça a análise sintática da seguinte oração (...) e justifique-a).

As gramáticas tradicionais descrevem formas próprias para utilizar os modos imperativos quer na forma afirmativa quer na forma negativa. Para a forma afirmativa e negativa ligadas aos pronomes de tratamento formais correspondem unicamente ao conjuntivo, ao passo que o imperativo indicativo serve-se da terceira pessoa do presente do indicativo ou da segunda, mas com a supressão da desinência *s*. Prossegue-se que, a forma afirmativa desse modo apresenta-se independente, sendo que a negativa a depender da segunda pessoa do conjuntivo.

A partir dessas considerações acerca da origem e emprego do modo imperativo em língua portuguesa, variadas pesquisas têm sido levadas a cabo com o objetivo de compreender e explicitar os condicionamentos dos fatores linguísticos e extralinguísticos que despoletam a variação das duas estratégias linguísticas (indicativo vs. conjuntivo (vice-versa)) no português brasileiro (Cf. SCHERRE *et alii*, 1996, 1998, 2001, 2002-2007; EVANGELISTA, 2010; BARBOSA, 2013; SILVA, 2017). Essas autoras observam diversos aspetos inerentes ao número de sílabas, a conjugação verbal, aos géneros, aos tipos de verbos e a sua regularidade, como aspetos interessantes para análise do fenómeno linguístico referido. Durante as nossas pesquisas, não verificámos trabalhos que rastreiem o comportamento das formas imperativas em variação na escrita ou na fala, no caso do português angolano, e comparados a outros contextos do português do brasileiro e, é, pois, nessa linha que se descreve a nossa pesquisa. Neste sentido, o objetivo central deste trabalho consiste em analisar a variação do imperativo na forma indicativa e conjuntiva, nos enunciados de provas produzidos por professores angolanos da Escola de Formação *Ferraz Bomboco* da província do Huambo, com o intuito de observar os fatores linguísticos e extralinguísticos que estariam no condicionamento do uso da alternância das formas imperativas. Importou-nos verificar o número de ocorrências e frequências na amostra analisada para determinar se houve ou não um aumento generalizado das formas

imperativas em variação e em que aspeto é mais favorecedora do que a outra. Para isso, utilizamos um *corpus* constituído de 80 enunciados de provas das 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes de diversas disciplinas e cursos de especialização.

A partir da leitura dessas provas identificamos que, em algumas delas, havia variação de formas para expressar o imperativo nos enunciados formulados pelos professores. Assim, resolvemos separar o material em três grandes grupos:

1) a forma conjuntiva para expressar o imperativo, como por exemplo em 1a e b:

1 a) «Leia atentamente a prova e de acordo a sua capacidade de síntese responda de forma precisa.»;

b) «Sobre a Angola diga:» (Provas de geografia do I trimestre da 10<sup>a</sup> classe da tarde de opção geo-história do ano de 2017);

2) indicativo exclusivo: provas em que o professor apenas utilizou a forma indicativa para expressar o imperativo, como por exemplo em 2 c e d:

2 c) «Lê atentamente o texto e responde com satisfação as perguntas que se seguem:»;

d) «Fundamenta a tua resposta com base no texto.» (Prova de língua portuguesa do II trimestre da 11<sup>a</sup> classe da tarde de opção geo-história do ano de 2017);

3) variação entre conjuntivo e indicativo para expressão do imperativo em uma mesma prova, como por exemplo em 3 e e f:

3 e) «Atendendo aos conteúdos adquiridos ao longo do ano lectivo (*sic*), prova os seus conhecimentos respondendo com clareza e objectividade (*sic*) as questões abaixo indicadas:»;

f) «Faça correspondência entre os elementos da coluna A com os da coluna B.» (Prova de história da 10<sup>a</sup> classe do III trimestre, 2017).

Para desenvolvermos a nossa pesquisa, servimo-nos dos princípios teóricos e metodológicos da corrente da sociolinguística Laboviana (1972) com o escopo de dar conta dos fatores que estariam no condicionamento dos professores, por um lado, no uso de uma ou de outra forma imperativa, por outro lado, na escolha das duas estratégias linguísticas para se dirigirem aos mesmos alunos. Tendo em conta essas questões, e por se referir em estudo de variação que pode ou não desencadear em mudança, achámos oportuna a quantificação dos dados por intermédio do programa estatístico *Goldvarb-x* para posteriormente analisá-los. Esse programa fornece, por meio de frequências e pesos relativos, a relevância estatística dos resultados obtidos. De acordo com Scherre *et alii.* (2007, p.164), os pesos relativos fornecem informações sobre o efeito de cada fator em relação às variantes da variável dependente, ao efetuarem cruzamentos entre os grupos de fatores postulados. Os resultados que apresentam efeito categórico devem ser excluídos da análise quantitativa para obter os pesos relativos, que, normalmente, são calculados somente em situação de variação. Contudo, esses dados devem fazer parte da análise linguística, uma vez que podem indicar início ou fim de uma mudança, que podem ser bastantes significativos. Importa frisar que para o nosso estudo, as frequências e os pesos relativos foram calculados tendo em linha de conta a variante associada ao indicativo.

Para a descrição do tema em estudo, procurámos fundamentá-lo com base nos estudos de Labov (1972, 2008) e de outros autores já referenciados para entendermos o processo de variação e mudança. Ainda assim, gostaríamos de frisar que, por se tratar de enunciados de provas, género que apresenta estruturas bem definidas, pedido ou ordem, a depender de fatores como a idade e o grau de escolarização, fez-se necessária uma análise criteriosa da variação dessas formas imperativas que ocorrem variadíssimas vezes em construções frásicas do modelo prova-escrita, como: *responda, faça, diga, analisa, calcula, fala*.

Em função desse modelo e dos resultados globais, algumas questões precisavam ser respondidas:

1) Por que houve variação na expressão do imperativo em textos de um mesmo género de escrita, no caso, em provas que seriam, em princípio, um texto mais formal e monitorado?

2) Como se deu tal variação? Houve professores que apenas utilizaram o conjuntivo e outros que empregaram o indicativo nos enunciados das provas para marcar maior proximidade ou distanciamento no tratamento com os alunos?

3) Houve variação das duas formas (conjuntivas e indicativas (vice-versa)) em uma mesma prova?

4) Que fatores linguísticos e extralinguísticos favorecem o uso de cada uma das formas variantes na expressão do imperativo?

5) Os contextos favorecedores para o uso das formas variantes identificados por Scherre *et alii*. (1996, 2000, 2002, 2003, 2004, 2007) para o português brasileiro são os mesmos que favorecem a variação do imperativo na forma indicativa e conjuntiva no nosso *corpus* de provas de professores(as) angolanos(as)?

Para responder essas questões e dar conta dos objetivos traçados, estruturamos o trabalho em quatro capítulos, além desta guisa de introito que corresponderia ao primeiro capítulo. O primeiro capítulo apresenta uma descrição sucinta do imperativo em latim ao imperativo em português na perspetiva gramatical e de vários autores com o objetivo de entendermos o comportamento desses modos manifestados em textos orais e escritos. Ainda no mesmo capítulo reservamos um espaço para abordagem do excuro histórico das formas de tratamento que ocorrem com os mesmos modos. Nas suas subseções referimos sobre a situação linguística de Angola, bem como os seus grupos etnolinguísticos.

No segundo capítulo introduzimos os conceitos de linguística na visão de alguns autores para chegarmos aos pressupostos teóricos da sociolinguística Laboviana (1972, 2008), no sentido de compreendermos o fenómeno de variação e mudança com base nos estudos feitos sobre a variação do imperativo indicativo e conjuntivo no contexto brasileiro, olhando sempre para os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionariam o uso dessas duas estratégias linguísticas. No fim desse capítulo entendemos explicitar como são processados os dados no programa de análise estatística aplicada à linguística, o *Goldvarb-x*.

No terceiro capítulo apresentamos a metodologia aplicada para a recolha e a descrição dos dados analisados e os resultados globais.

No quarto capítulo apresentamos os resultados parciais da variação do imperativo nas folhas de provas da 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes com base nos efeitos dos fatores linguísticos e extralinguísticos.

O último capítulo foi reservado para apresentação da conclusão e de considerações finais sobre o trabalho desenvolvido.

# Capítulo 1. Do imperativo em latim ao imperativo em português

A gramática latina de Penagos dita que em latim existia unicamente uma forma usual para o modo imperativo. Nesse modo consta a forma afirmativa. O seu valor aplicado tinha o sentido de mandar, com o uso do presente do imperativo na 2ª pessoa, e de proibir, com o uso do presente do conjuntivo na 1ª e na 3ª pessoas. Até aquela época, não se registava o uso do imperativo na forma negativa. Para colmatar a ausências dessa forma, a expressão de proibição era acudida com o emprego da forma conjuntiva e pela incorporação de partículas negativas, como por *exemplum*, *Ne* e *Non*: *Ne faciamus hoc, no hagamos esto; Non venirem, no vendria*<sup>1</sup>.

A expressão do imperativo na forma afirmativa poderia apresentar-se no tempo presente e no tempo futuro, quer no singular quer no plural, geralmente empregada em leis, sentenças e testamentos<sup>2</sup>, contando exclusivamente para as segundas pessoas e mais uma terceira pessoa no plural para o futuro. O infinitivo do imperativo era representado pelo verbo com a vogal *e* no fim. Para obtermos a segunda pessoa do presente no singular teríamos de eliminar a vogal *e* e a consoante *r*, ficando da seguinte forma: *amare, amar, ama* (Cf. ALMENDRA E FIGUEIREDO, 1997, p. 78, 81), ao passo que para nos expressarmos na segunda pessoa do plural no presente dever-se-ia acrescentar a partícula *te* já na forma conjugada da segunda pessoal do singular no mesmo tempo, a forma revelava-se assim: *ama, amate*. Se quiséssemos formular o imperativo nas segundas pessoas e terceira pessoa do plural no futuro bastava acrescentar na forma conjugada do presente as desinências *to, tote, nto*, a designação verbal ganhava a seguinte estrutura: *amoto* (para a 2ª pessoa do sing.), *amatote* (para a 2ª pessoa do pl.) e *amanto* (para a 3ª pessoa do pl.). A tabela a seguir *fotografa* a descrição esboçada acima.

Tabela 1: Conjugação verbal do imperativo em latim.

Infinitivo	Imperativo Presente (2ª pessoa do singular)	Imperativo Presente (2ª pessoa do plural)	Imperativo Futuro imperfeito (2ª pessoa do singular)	Imperativo Futuro imperfeito (2ª pessoa do plural)	Imperativo Futuro imperfeito (3ª pessoa do plural)
amāre	amā	amā te	ama to	ama tōte	ama nto
delēre	dele	delē te	delē to	dele tōte	dele nto
legēre	leg e	leg ĩte	legĭ to	legi tōte	legu nto

Penagos, 1973, pp. 34, 36; Almendra e Figueiredo, 1997, pp. 84, 85, 86.

Para Scherre (2002, p. 220), as formas imperativas hoje associadas ao modo indicativo e as formas do modo indicativo propriamente ditas têm origem distintas. Segundo Faraco (1986, p. 5) *apud* Scherre (idem) essa forma «é uma homofonia criada historicamente como resultado da queda do - t final da terceira pessoa do singular do presente indicativo latino (*cantat-canta*).

<sup>1</sup> Cf. Penagos, 1973, pp. 98, 99; Almendra e Figueiredo, 1997, pp. 104, 179.

<sup>2</sup> Cf. Almendra e Figueiredo, 1997, p. 180.



indefinidos» (MARQUES, 2016, p. 614; OLIVEIRA, 2003, p. 258, 259; RIBEIRO, 1904, p. 190 *apud* SANTOS, 2003, p. 172). Santos (2003)

adianta que o uso dos modos verbais não é, neste contexto, uma mera consequência do verbo ou expressão da subordinante, mas acima de tudo da natureza particular à luz da qual o falante apresenta a existência do antecedente, como suposição, eventualidade, possibilidade, incerteza (SANTOS, 2003, p. 174-175, 177).

O modo conjuntivo, em português, apresenta-se de vários tempos, cujas nomeações nas gramáticas tradicionais são representadas na tabela 2, seguidas por exemplos relativos à flexão do verbo *responder*:

Tabela 2: Formas do conjuntivo em português.

	Formas simples	
Presente	Pretérito imperfeito	Futuro imperfeito
<i>responda</i>	<i>respondesse</i>	<i>responder</i>
	Formas compostas	
Pretérito perfeito	Pretérito mais-que-perfeito	Futuro perfeito
<i>tenha respondido</i>	<i>tivesse respondido</i>	<i>tiver respondido</i>

Marques, 2016, p. 627; Santos, 2003, p. 315.

Podemos notar que em relação ao indicativo, os tempos do conjuntivo apresentam-se em menor ocorrência. Regista-se uma distribuição equilibrada dos tempos. Há apenas três formas simples e três formas compostas. As formas simples são o presente (*responda*), o pretérito imperfeito (*respondesse*) e o futuro imperfeito (*responder*). As formas compostas são o pretérito perfeito (*tenha respondido*), o pretérito mais-que-perfeito (*tivesse respondido*) e o futuro perfeito (*tiver respondido*)<sup>7</sup>.

Se tivermos em linha de conta as formas ou tempos compostos apresentado por Cunha e Cintra (2014, p. 583) para o modo conjuntivo, a tabela terá quatro tempos: presente, imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito.

Alguns gramáticos, como Soares Barboza, apontam para as restrições que o uso da conjunção integrante *que* pode apresentar diante das orações no indicativo. Os gramáticos adiantam que, a determinação das linguagens indicativas ou conjuntivas não cabe a *que*, mas a significação do verbo principal<sup>8</sup>. A utilização de um modo em detrimento de outro depende, normalmente, da atitude do falante e *das potencialidades semânticas dos próprios modos*. Essas potencialidades semânticas estão referidas na *Gramática* de Epifânio tendo em conta os valores que desencadeiam o conjuntivo, em relação a conjunção integrante *que*: a) formas «que de algum modo exprimem a ideia de: fazer ou impedir que uma coisa aconteça, esperar, aprovar ou reprovar que uma coisa se faça», como é o caso dos verbos *desejar, querer, pedir, aconselhar, consentir, admitir, impedir, ordenar, aprovar*; b) «expressões que significam temor de que um facto se dê»; c) «expressões que significam admiração, contentamento ou

<sup>7</sup> Cf. Oliveira, 2013, p. 267, 533.

<sup>8</sup> Cf. Santos (2003).

descontentamento de que uma coisa aconteça»; d) «verbos e locuções impessoais que significam: ser de sentir ou de desejar; ser raro ou vulgar; ser possível; ser provável; ser admirável (...»); e) expressões que valem como «conjuntivo dito potencial ou de dúvida», no caso de elementos como talvez, oxalá, quiçá<sup>9</sup>.

Epifânio citado por Santos (2003) menciona que o autor faz mais descrições da conjunção que leva o verbo no conjuntivo, quando estiver diante de oração subordinante negativa ou interrogativa de sentido negativo: f) «verbos que exprimem conhecimento ou opinião de que uma coisa é ou acontece», por exemplo, *ver, saber, julgar*; g) «verbos que significam manifestação de que uma coisa é ou acontece», como *dizer, declarar, anunciar*<sup>10</sup>. Na mesma linha de raciocínio, a gramática de Cunha e Cintra (2014, p. 583) diz que «o conjuntivo é o modo exigido nas orações que dependem de verbos cujo sentido está ligado à ideia de ordem, de proibição, de desejo, de vontade, de súplica, de condição [...]». Está claro que nas ideias dos gramáticos, o modo conjuntivo indica uma ordem de subordinação ou dependências de certos elementos, como as conjunções, que concorrem como modificadores da construção frasal subordinada<sup>11</sup>. Note-se que há uma gama de complexidade para o uso do conjuntivo, principalmente em verbos de *asserção mental que correspondem as características sintáticas e semânticas, que impõem o conjuntivo* como por exemplo: *lamentar, duvidar, acreditar, admitir, esperar, desejar*<sup>12</sup>. Diante desse facto, Milton Azevedo concluiu que «o conjuntivo está associado a fatores sociolinguísticos como o grau de instrução, a estratificação socioeconómica, que determina o grau de instrução e a situação de formalização» (FARIA, 1976, p. 51 *apud* SANTOS, 2003, p. 120). Ora, o conjuntivo pode ocorrer de forma dependente ou independente. Esta dependência pode ser verificada com a presença da conjunção integrante *que*, a independência é reconhecida por preencher os espaços vazios do imperativo na 1.<sup>a</sup> pessoa do plural, na 2.<sup>a</sup> pessoa do singular e plural, na forma negativa e afirmativa, em contexto escrito ou nos discursos das formas tratamentais em que a tradição gramatical prescreve o uso da 3.<sup>a</sup> pessoa, e em construção frásica negativa da 2.<sup>a</sup> pessoa do singular em corolário do pronome *tu*<sup>13</sup>. A tabela a seguir sintetiza a forma de atuação do modo conjuntivo nas três conjugações.

Tabela 3: Verbo da primeira, segunda e terceira conjugações, conjugados no modo conjuntivo.

	Modo Conjuntivo		
	Lavar	Entender	Partir
Eu	Lave	Entenda	Parta
Tu	Laves	Entendas	Partas
Ele/Ela	Lave	Entenda	Parta
Nós	Lavemos	Entendamos	Partamos
Vós	Laveis	Entendais	Partais

<sup>9</sup> Cf. Epifânio, 1889, pp. 125-126 *apud* Santos, 2003, pp. 154, 155, 161-162.

<sup>10</sup> Cf. Epifânio, 1889, pp. 125, 215, 216 *apud* Santos, 2003, p. 162.

<sup>11</sup> Marques, 2016, p. 610.

<sup>12</sup> Cf. Santos (2003).

<sup>13</sup> Cf. Oliveira, 2013, p. 534.

Eles/Elas	lavem	entendam	partam
-----------	-------	----------	--------

Camacho e Tavares, 2008, pp. 626-628.

Em outras palavras, o imperativo utiliza as formas do presente do conjuntivo nas pessoas em que não tem formas próprias, e também nas formas negativas<sup>14</sup>, por exemplo:

- 3) *Respondamos* as perguntas. (1.<sup>a</sup> pessoa do plural).
- 4) *Analise* as seguintes frases. (1.<sup>a</sup> pessoa do singular).
- 5) *Façam* a prova com muita atenção. (2.<sup>a</sup> pessoa do plural).
- 6) Não *leias* às escuras. (2.<sup>a</sup> pessoa, forma negativa).

De uma forma unânime, as gramáticas descrevem que «o conjuntivo é substituído preferencial para o imperativo nas transformações do discurso direto *que demarcam o tratamento informal, contrariamente, para o formal*» (SANTOS, 2003, p. 146, itálico nosso). Deste modo, a autora adianta com base em dois exemplos de Milton Azevedo (1976, p. 47, 49), do português do Brasil, que apresenta duas formas do imperativo, marcadas pela assimetria entre falantes, que vai de em conta a morfologia do conjuntivo:

- 7) *Venha cá que eu quero falar com você.*
- 8) *Vem cá que eu quero falar com você.*

Conforme o primeiro exemplo apresentado, o modo verbal expresso assegura a leitura imperativa na forma conjuntiva. No caso do segundo exemplo encontramos variação do modo verbal com o pronome *você*, a expressão do imperativo parece-nos um pouco insegura. Apesar dessa forma tratamental referir-se a segunda pessoa, *a quem se fala*, por regra gramatical pertence a terceira pessoa. Assim em (8), constitui um erro gramatical<sup>15</sup>, pelo fato do pronome *você* ocorrer com a forma exclusiva do imperativo indicativo. Nestes casos, o conjuntivo aparece como forma de suprir a lacuna repousada na terceira pessoa do singular, como ilustra o exemplo (7). Para o português do Brasil, a segunda pessoa do singular já combina com o verbo na terceira pessoa<sup>16</sup>, por exemplo:

- 9) *Tu vem cá que eu quero falar com cê* (Adaptação nossa).

Para compreender, *grosso modo*, o comportamento do imperativo buscamos a explicação de Soares Barbosa (1830, p. 211-212) *apud* Santos (2003, p. 133, 150) que afirma que «o imperativo é apenas uma forma mais dentro do próprio indicativo», talvez seja a partir daqueles tipos de exemplos que o gramático chegou a esta conclusão.

<sup>14</sup> Pinto *et alii*, 1995, p. 138 *apud* Santos, 2003, p. 145.

<sup>15</sup> Aquino (2010, p. 7) considera correto, portanto norma culta da língua, o emprego sistemático do português pela camada culta da sociedade [...]. Segundo Neves (2008, p. 12), toda a infração do sistema formal da língua constitui um erro, ou vício da linguagem, e não se justifica por um desvio, socialmente admissível do estilo criativo. O uso correto da língua exige o rigor gramatical que regista e analisa os factos da língua culta, a qual deve ser fundada num claro conceito de norma e de correção idiomática.

<sup>16</sup> Naro e Scherre (2007, 16-24), das 12 obras estudadas, 7 das quais verificaram o problema de concordância verbal entre 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoa do singular no presente e no pretérito perfeito do modo indicativo em algumas regiões de Portugal, como ERICEIRA - sudoeste de Portugal; AZOIA - sudoeste de Portugal; ODELEITE - sudeste de Portugal, quase fronteira com Espanha; GERMIL - norte de Portugal; FAFE - norte de Portugal; FAIA - centro-norte de Portugal; LISBOA - sudoeste de Portugal.

## 1.2. Modo imperativo

Cunha e Cintra (2014) dão uma explicação clara sobre esse modo muito debatido, *grosso modo*, pelos gramáticos. Para esses autores, embora a palavra *imperativo* se apresente na ordem de comando, com etimologia latina *imperare*, não se aplica apenas para esse modo. A mudança dessa posição de *imperador* vai depender de outras manifestações linguísticas para mitigar determinadas situações, para que o modo concorra «a exortação, ao conselho, ao convite do que propriamente do comando, da ordem, *como ocorre largamente no contexto militar angolano*» (OLIVEIRA, 2003, p. 255; CUNHA e CINTRA, 2014, p. 597, itálico nosso). As formas mais doces que servem para marcar as expressões referidas têm a ver com o tom da voz, que «pode enfraquecer a noção de comando até chegar à de súplica» e a especificidade verbal, por exemplo, *Desce daí, moço!* (CUNHA e CINTRA, 2014, p. 598, 599-602).

A tradição gramatical descreve dois tipos de imperativos: afirmativo e negativo. O imperativo afirmativo possui apenas duas formas, uma para segunda pessoa do singular, outra para segunda do plural, respetivamente com os pronomes pessoais como sujeitos *tu* e *vós*, que aparecem, para o português europeu, em frase unicamente afirmativas. As outras formas encontram-se reforçadas do presente do conjuntivo, assim como também o imperativo negativo que não possui nenhuma forma própria (Cf. CUNHA e CINTRA, 2014, p. 596; SANTOS, 2003, p. 151; OLIVEIRA, 2003, p. 256; BRITO *et alii*, 2003, p. 451; CEGALLA, 1991, p. 199). A tabela a seguir revela o comportamento desse modo verbal nas três conjugações.

Tabela 4: Verbo da primeira, segunda e terceira conjugações, conjugados no modo imperativo.

Modo imperativo		
Lavar	Entender	Partir
Lava (tu)	Entende (tu)	Parte (tu)
Lave (você)	Entenda (você)	Parta (você)
Lavemos (nós)	Entendamos (nós)	Partamos (nós)
Lavai (vós)	Entendei (vós)	Parti (vós)
lavem(vocês)	Entendam(vocês)	Partam(vocês)

Camacho e Tavares, 2008, pp. 626-628.

No modo imperativo, o pronome pessoal *tu* usa-se, normalmente, para tratamento informal quer na forma afirmativa quer na forma negativa. Para a afirmativa, utiliza-se a 3ª pessoa do presente do indicativo, e quanto à negativa, usa-se a 2ª pessoa do conjuntivo<sup>17</sup> (DIAS, 2010, 97- 98; ALMEIDA, 2011, p. 156).

Os autores acima explicam que o imperativo é utilizado exclusivamente para as pessoas que mencionam *aquele a quem se fala*, no caso das «2.ª segundas pessoas do singular e do plural», das «3ª pessoas do singular e do plural, quando o sujeito é expresso por pronome de

<sup>17</sup> Kiami, dá a bola ao teu amigo;  
Amigo, não dês a bola ao Kiami.

tratamento, como *você, o senhor, Vossa Senhoria, etc.*» Para eles, o imperativo e o conjuntivo ganham novos sentidos quando ocorrem de formas isoladas à conjunção integrante *que*, passando a exprimir *ordem*, ou *exortação* para o imperativo; *desejo*, ou *anelo* para o conjuntivo (Cf. CUNHA e CINTRA, 2014, p. 596-597), por exemplo:

10) *Caiam* de braços! (Imperativo)

11) *Caiam* sobre vós as bênçãos divinas! (Conjuntivo)

12) Não *dês* a bola ao Kiami.

As frases imperativas podem ser diferenciadas por valores pragmáticos e características formais<sup>18</sup> interpretadas de diversas formas por intermédio da vontade ilocutória, como nos seguintes exemplos: 13) Cala-te; 14) Alinhou!; 15) Não beber; 16) Poderias calar-te? 17); Espero que ninguém faça barulho.

Nos exemplos mencionados, apesar dos diferentes modos verbais, como no imperativo, no conjuntivo, no indicativo e no infinitivo, as polaridades indicam ordens diretas a um interlocutor, com mais sabor de ordem em (13), (14), e com marca de advertência ou pedido em (15), (16) e (17). Em (14), apesar de o verbo estar no pretérito, contexto muito utilizado na formatura militar, indica uma ordem expressa pelo locutor. Em (16), a frase é interpretada por uma ordem, mesmo que coloquemos o verbo no condicional para minimizar a situação. Já no (17), apesar de localizarmos o conjuntivo como marca de tratamento formal, portanto esta alternância modal deve-se a regência do verbo no indicativo *espero* com a conjunção integrante *que*, que despoletou o conjuntivo, mas com valor de ordenação. Contrariamente a estas modalidades *deônticas*, o verbo na forma imperativa pode obter outras conotações, dependendo do contexto em que ocorre. Haja vista para os seguintes *exemplum*: 18) Deixa-me dormir contigo!; 19) Diz-me onde está o teu amigo.

As frases (18) e (19) funcionam como um pedido, dependendo do tom da voz ou da *prosódia* como aludimos acima. Em (18), a construção frasal pode ser revelada como uma *asserção declarativa* com a forma verbal indicativa: 18b) Deixas-me dormir contigo?!

Em (19), se tivermos, por exemplo num contexto interrogatório judicial ou policial, ainda que o tom de voz seja brando ou doce, a frase é unicamente expressa como ordem. Importa referir que do ponto de vista sintático, as frases imperativas podem ser diretas e indiretas. As imperativas diretas ocorrem sem dependência de outro elemento que o complete, ao passo que as imperativas indiretas são as frases que, normalmente, ocorrem em contexto de subordinação, ou seja estão intrinsecamente ligadas a uma outra que complete o seu sentido, com preferência na forma conjuntiva<sup>19</sup>, e.g.: 20) Traga-nos a cerveja, por favor!; 21) Diz-lhe que nos traga a cerveja, por favor!

Note-se que em (20), a frase apresenta uma certa ambiguidade, poder-se-á dirigir a pessoa que está mais próxima, no caso o ouvinte, como a pessoa que nos vai trazer a cerveja, no caso do empregado.

---

<sup>18</sup> Cf. Brito, 2003, p. 449.

<sup>19</sup> Cf. Brito, 2003, p. 455.

Nas polaridades das imperativas diretas o sujeito pode ou não ser expresso, registrando maior ocorrência com sujeito nulo ou inexistente, assim como em contexto de próclise. Quando o sujeito aparece, ocorre como vocativo, como mostra os exemplos (21) e (22):

21) Tu, faz-me um favor. Leva este livro à Prof<sup>a</sup> Ana Carrilho.

22) Faz-me um favor, tu. Envia-me este texto ao Prof. Paulo Osório.

23) Não lho envies!

De salientar que as frases imperativas indiretas também podem aparecer em formas combinadas, quer no modo afirmativo quer no modo negativo, como em construções (23) (Processo de elisão *lhe + o*) (ALMEIDA, 2011, pp. 165-169; MIGUEL, 2014, p. 49; MIGUEL e ALVES, 2007, p. 340).

Para compreendermos os modos verbais esboçados acima, que ocorrem com os vários pronomes de tratamento em língua portuguesa, faremos um excuro histórico das formas tratamentais numa visão de conjunto a partir de pesquisas de vários autores consagrados nesta temática.

### 1.3. Excurso histórico das formas tratamentais que ocorrem com o imperativo

O uso de pronomes e locuções pronominais de tratamento tem larga tradição na língua portuguesa. Quando voltamos uns séculos atrás, ficamos surpreendidos com o contraste entre o sistema antigo e o sistema atual de tratamentos. A situação mais notável do sistema antigo é a total ausência de tratamentos nominais<sup>20</sup>. Só se encontram frases em que aparecem como sujeito os pronomes *tu* e *vós*<sup>21</sup>, o que significa que não havia ainda separação entre o plano da intimidade e da cortesia. Na história do sistema de tratamento, no português europeu, encontram-se segundo Cintra (1972, pp. 16-21), três grandes períodos: o primeiro período (de finais do século XIII até o começo do século XV) foi o das formas de tratamento pronominais *tu* e *vós*, a primeira, usadas entre íntimos e próximos, a segunda entre pessoas cuja relação não consentia o uso de *tu*, fosse ela o rei ou arcebispo, o rústico ou o vilão; o segundo período (desde o século XV até finais do século XVIII, que do ponto de vista das línguas germânicas, particularmente, o Alemão, Ammon citado por Wilhelm (1979, p. 15) refere o fim do século XVIII como o apogeu das formas de tratamento alemãs. O autor adianta que naquela altura podia escolher-se entre cinco pronomes de tratamento para se dirigir a uma pessoa única: *du*, *Ihr*, *sie* no singular, *sie* no plural e *Dieselben*, mas vale observar que tal caso também se regista na época das conquistas portuguesas aquando das correspondências da carta entre Lavradio e D. António<sup>22</sup>) foi sempre o tempo de formas pronominais *tu* e *vós*, mas já apareceram primeiras formas de tratamento nominais de elevada cortesia. Para uma ilustração mais alargada sobre o uso de várias formas dirigida a uma só pessoa, conta-nos Cintra (1972, p. 20) que, a carta

---

<sup>20</sup> [www.//htt.pronomes.de.tratamento](http://www.//htt.pronomes.de.tratamento). Acesso disponível aos 09 de Abril de 2017 pelas 9h:25min.

<sup>21</sup> Cf. Cintra, 1972, pp. 16,17.

<sup>22</sup> Cf. Conceição e Marcotulio, *História e linguagem: um diálogo sobre o tratamento na prática epistolar luso-brasileira setecentista*, 2011.

dedicatória da Crónica da Guiné dirigida em 1453 por Zurara a D. Afonso V., nela, o cronista emprega para o rei, sucessivamente, os tratamentos de *Vossa Alteza*, *Vossa Senhoria*, *Vossa Merce* e o simples *Vós*, chegando a misturar os tratamentos substantivos e o pronominal no mesmo parágrafo em que, como era de temer, se engana quanto à concordância gramatical. Achamos interessante apresentar o *textus* na íntegra, ainda que extenso:

Como melhor sabe *Vossa Alteza* que hua das propriedades do magnanimo he querer ante dar que receber [...]. E, como quer que em vossos factos se podessem achar cousas assaz dignas de grande honra, de que bem *poderees* mandar fazer vellume, *Vossa Senhoria*, husando como verdadeiro magnânimo, a quis antes dar que receber. E tanto he vossa magnanimidade mais grande quanto a cousa dada he mais nobre e mais excelente. Pollo qual, stando *Vossa Mercee* o anno passado em esta cidade, me dissestes quanto desejavaes veer postos em scripto os feitos do Senhor Iffante dom Henrique vosso tyo (CINTRA, 1972, p. 20).

O autor observa que, este momento de convivência de vários tratamentos para a mesma pessoa foi depressa ultrapassado<sup>23</sup>. Neste período, apareceram, todavia também algumas delas, logo se degradaram; o terceiro período (a partir da segunda metade do século XVIII) foi o período em que começou a invasão de novas formas nominais de cortesia. De acordo com Aitchison (1993, p. 129), partilhando a mesma ideia de Wilhelm (1979, p. 15), após serem incorporados ao português os pronomes latinos *tu* e *vós*, o plural *vós* tornou-se a forma de cortesia para dirigir a palavra a alguém com autoridade, isto foi, de 1331 até 1490. Uma das teorias defende que essa mudança se verificou, quando existiam dois imperadores romanos, e por isso, se tornou usual dirigir-se aos dois com *vós*, dado que se tratava de dirigir a palavra a ambos ao mesmo tempo<sup>24</sup>. Segundo aquele autor, foi-se, gradualmente, tornando um hábito para as pessoas de estratos sociais baixos dirigirem-se a um membro da aristocracia com *vós*, como marca de respeito. O tratamento por *vós*, dirigido a um só indivíduo, como manifestação da cortesia, manteve-se ao longo dos séculos, pelo menos até meados do XVIII<sup>25</sup>, e.g., *Vós*

---

<sup>23</sup> No que diz respeito ao uso de duas ou mais formas de tratamento a uma pessoa, como já referimos em Wilhelm (1979) e Cintra (1972), esse fenómeno linguístico torna-se no ciclo, ou seja, há uma tendência na atualidade de voltarmos à moda antiga (numa espécie de consagração), que acontece de forma distraída e natural, o que as línguas nos definem como *dinâmica e espontânea* em função da componente pragmática. Em e.g., em algumas zonas de Angola, sobretudo na capital, a utilização desse fenómeno é muito notório na boca de falantes nativos e não nativos de língua portuguesa, quer seja escolarizado de todos níveis académicos ou não, estendendo-se à escrita. Todavia, não ficamos por aqui, num diálogo (oral e escrito) com professora (e)s representantes das Universidades de letras do Brasil, no decorrer do VI Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa (SIMELP), em 2017, utiliza (va)m em contexto formal duas formas de tratamento para se dirigirem a mim, mas de modo consciente, colocando em nota que: para nós os brasileiros, como falam no seu jeito melódico (a propósito desta expressão, segredou-me uma Senhora, no regresso de comboio de Santarém a Lisboa, filho: as mulheres de outras nacionalidades nos invejam por este dom divino. Note-se que, dado o contexto, o tratamento por filho não se aplicava ao grau parentesco nem a diferença de idade, mas sim a forma doce, que queria se exprimir. Neste caso, aplicasse à realidade das três variedades: europeia, brasileira, africana (particularmente angolana), quando querem demonstrar maior afetividade, desviando-se do plano da forma de tratamento sistematizado por Cintra) *esta é a nossa onda/praiá*.

<sup>24</sup> Cf. Silva, 2011, p. 20.

<sup>25</sup> Cf. Cintra, 1972, p. 29.

*entendeis o que vos estou a dizer*. Cardoso (s.d., pp. 65-67) argumenta que nos anos transatos vós, também se utilizava como tratamento de cerimónia<sup>26</sup>, principalmente pelos poetas, quando se dirigiam a uma dama, ex.: *Vós sois meu bem e meu mal*. Atualmente é, simplesmente mais inspirador tratá-la por *tu*, encurtando a distância entre um e outro, ex.: *Tu és a flor mais linda do meu jardim*. Na ótica de Cunha e Cintra (2008, p. 207), o pronome vós, praticamente, na língua do quotidiano, caiu em total desuso, salvo no falar de algumas regiões portuguesas, onde se tem empregado, por exemplo: *Vós não tendes juízo, rapazes*<sup>27</sup>.

O pronome *tu* passou a ser tomado como indicativo de intimidade, companheirismo e solidariedade. As pessoas envolvidas, numa relação de amizade ou de proximidade, começaram a tratar-se por *tu*, independentemente da relação de poder em causa (AITCHISON, 1993, p. 130; CINTRA, 1972, pp. 56,7,8). Por outro lado, segundo Estrela *et alii* (2006, p. 117) colaborando Cunha e Cintra (2008, pp. 206,207), o tratamento de *eu* demonstra uma certa importância pessoal por vezes vaidade e orgulho. Como tratamento de humildade e proximidade com os leitores e ouvintes, utiliza-se *nós*, isto é, empregando a 1ª pessoa do plural, em vez da 1ª do singular. Tal como apontamos na primeira regra de cortesia, proposto por Lakoff (1973, pp. 292-305) *apud* Orozco (2011, p. 80), este pronome é frequente no espaço académico, quando se trata de trabalhos escritos. Foram os imperadores romanos, que iniciaram o uso de *nós* em lugar de *ego* e as autoridades começaram a usar nos ofícios públicos. Era também usado outrora pelos reis de Portugal e ainda hoje, o é pelos altos dignitários da igreja, como símbolo de grandeza e poder de suas funções. Para Lapa (1984, pp. 152-156), a 1ª pessoa do plural *nós*, como pronome de tratamento, já era utilizada, quando os soberanos tinham o bom costume de ouvir os povos, durante o período que vai de D. João I até Afonso V, *exemplum praeberere: Nós, el-rei, fazemos saber (...)*. Houve uma mudança no tratamento com os reinados de D. Filipe e D. João V, que não davam satisfação dos seus atos, certificando-se da sua presença na terra pela graça de *Deos*, prestando-lhes a inteira fidelidade. Aos 16 de junho de 1524, a provisão mandou alterar a 1ª pessoa do plural para a 1ª do singular, apresentando o orgulho e vaidade, conforme o exemplo apresenta: *Eu, el-rei, faço saber...*<sup>28</sup>.

Segundo a *Gramática da Língua Portuguesa* (2010, p. 53), o pronome de tratamento *Senhor*, com origem latina *senior, senioris* (homem mais velho)<sup>29</sup>, parece-nos ter entrado em Portugal, por via francesa. A princípio, durante a época feudal, significava o proprietário de terras ou feudos, era quem dispunha da vida dos seus vassalos, o detentor de autoridade de certas pessoas, por volta dos séculos XIII e XIV. Foi o tratamento dirigido, de princípio, sobretudo aos reis (século XIV), mas a partir do século XIX o seu uso se alargou,

---

<sup>26</sup> Cf. Cintra, 1972, p. 56.

<sup>27</sup> Sobre o desaparecimento do vós em substituído por você, confirma Cintra (1972, p. 31). Para confirmar a ideia espelhada por Cintra, aplicámos um célere inquérito, só para satisfazer a nossa curiosidade, a alguns estudantes angolanos e portugueses de licenciatura sobre o uso da forma ou flexão verbal da 2ª pessoa do plural, dos seguintes verbos: estudar, comer, dormir. Constatámos sérias neurastenias por parte dos alunos angolanos no que toca ao uso desses verbos na flexão verbal apresentada. Apesar de os alunos portugueses apresentarem maior domínio na conjugação da 2ª pessoa do plural desses verbos, remataram não os usar por se tratar de um sistema antigo bastante complexo e quase como um jogo linguístico verbal.

<sup>28</sup> Cf. Cintra, 1972, pp. 23, 25.

<sup>29</sup> Cf. *Dicionário de Latim- Português*, 2.ª edição, porto editora, 2001, pp. 611, 12.

consideravelmente a um número de pessoas cada vez maior, aos membros da família real, depois, à alta nobreza e alto clero que também tinham o privilégio de assim serem tratados, até que, no século XVIII, começou a ser usado como tratamento formal e respeitoso, para se dirigir a qualquer pessoa do género masculino (MORAIS e SILVA, 1957, p. 50-51; DICKEY, 1997, p. 258; SAID ALI, 1937, p. 97 *apud* RAMOS, 2011, pp. 294-95).

Para Wilhelm (1979, p. 15), o tratamento *Vossa Mercê* provavelmente veio do espanhol, desde cerca de 1455 até 1580<sup>30</sup>. Este tratamento surgiu num tempo, quando se entendeu que o tratamento da 2.<sup>a</sup> pessoa *vós*, não era bastante para lisonjear o soberano<sup>31</sup>. Convencionou-se que se deveria dirigir indiretamente à autoridade suprema, ou seja, a uma das suas virtudes, como por exemplo a expressão *Vossa Mercê*, referindo-se à graça e ao favor que o monarca deveria conceder aos seus súbditos<sup>32</sup>. *Vossa Mercê* agradava a todo o mundo e todos queriam ser tratados como era tratado o próprio rei. Como era uma expressão tão longa e repetida a cada instante, em seguida, por tal forma, vulgarizou-se, que a gente do povo a transformou de *Vossa Mercê* em *Vossancê*, *Vosmecê* e até *Você*. No português europeu através dos séculos passados, o emprego de *Vossa Mercê* percebe-se que se relaciona quanto ao nível fonético-fonológico e morfossintático tanto ao nível pragmático. No nível fonético-fonológico, as formas abreviadas *Vossancê*, *Vossemecê*, *Vosmecê* e até *Você*<sup>33</sup> (1666) representam o processo de redução fonológica da já vetusta fórmula de tratamento. No morfossintático fala-se sobre o processo de pronominalização. *Vossa Mercê*, originado da junção de *vossa* (pronome possessivo da segunda pessoa do singular) e *Mercê* (substantivo feminino), ou seja, de duas palavras autónomas, com significado próprio, reduzido a um lexema único, *você* (pronome pessoal). Do ponto de vista pragmático, ocorreram várias alterações no uso de *Vossa Mercê* nos diversos momentos da história do português. Nenhuma forma de tratamento passou por tantas transformações lentas e graduais como *Vossa Mercê*, forma que começou por ser, nos fins do século XIV e na primeira parte do século XV, tratamento real, chegou, já por volta de 1460, a ser o tratamento mais usual para o monarca, porém já deixou de poder ser empregada para ele em 1490, quando é substituído por outras formas como *Vossa Senhoria* e *Vossa Alteza*<sup>34</sup>. A primeira forma, *Vossa Senhoria*, foi usada pela primeira vez, numa carta dirigida ao rei, já no ano de 1442<sup>35</sup>. Esta forma significava o direito, o poder e a autoridade que uma pessoa tinha

---

<sup>30</sup> Note que há uma antítese relativamente a data marcada para descrever o uso da forma *vossa mercê*, apresentada por Cintra (1972:18), em que os mais antigos exemplos recolhidos figura como forma de tratamento encontram-se já nas cortes de 1331. Mas Fernão Lopes ainda quase só coloca esta fórmula na boca de estrangeiros, principalmente na de castelhanos, dirigindo-se ao seu rei ou ao rei de Portugal.

<sup>31</sup> Cf. Cintra (1972, pp. 26,48,9).

<sup>32</sup> Cf. Cintra (1972, p. 20), vide *Dicionário de Português- Espanhol*, porto editora, 2000, p. 823.

<sup>33</sup> Não obstante as transformações sofridas ao nível fonético-fonológico, contam-nos algumas professoras brasileiras que, atualmente nos parecem surgir uma maior redução do pronome *você* em <cê>, pronunciado por indivíduos da camada indouta e até mesmo culta.

Cf. *Dicionário de Português- Espanhol*, porto editora, 2000, p.1314, 1316, 17. Vide Cintra, 1972: p. 279; Silva, 2011, p. 247, 249; Coelho e Görski, 2011, p. 272.

<sup>34</sup> Vale a pena consultar os textos transcritos, onde apresentam um diálogo com tom jocoso e a explicação mais alargada sobre a de *Vossa Mercê*, que «condiciona naturalmente a expansão progressiva e bastante rápida de *Vossa Senhoria* e de *Vossa Excelência* como formas associadas à cortesia, ao respeito, à reverência» Cintra (1972, pp. 21, 27-29).

<sup>35</sup> Cf. Cintra 1972, p. 18.

sobre a terra de que era senhor, e esta qualidade era reconhecida ao rei. O rei era o senhor absoluto da terra que decidia sobre a vida dos seus súbditos e, por isso, se usava o título de senhoria<sup>36</sup>. Passada algumas décadas, após a morte de Gil Vicente, Cintra (1972, p. 48), remata que, este tratamento só foi então considerado legítimo em relação a arcebispo, bispos, governadores, [...] e embaixadores. Durante séculos, este tratamento se tornou numa aspiração de todos aqueles que queriam subir na escala social e ser tratados por *Vossa Senhoria*, colocando-se num escala acima de *Vossa Mercê*<sup>37</sup>. A segunda forma, *Vossa Alteza*, aparece pela primeira vez, em relação ao rei, nas cortes de 1455 a 1468<sup>38</sup>.

O tratamento de *Vossa Excelência*, não é de criação românica, contudo já se usava no tratamento epistolar de meados do século VI (*excellētia*, *æ*), que traduz(ia) superioridade, grandeza<sup>39</sup>, a partir de 1597. Em Portugal começa a usar-se no século XV para o rei. Foi o tratamento que mais se conservou durante as transformações de todas as formas, e que se manteve fiel até os tempos hodiernos. No ano de 1739 já se podia dar também a todos os «Grandes Eclesiásticos, [...], aos embaixadores, aos Governadores das Armas, aos Generais, [...]» (CINTRA, 1972, pp. 23-26), (CONCEIÇÃO e MARCOTULIO, 2011, p. 228). É certo que este tratamento é, perfeitamente vivo e o mais usado, hoje em dia.

O pronome *Vossa Majestade*, última fórmula de tratamento real, deve-se ao rei Filipe II. Nas cortes feitas por este rei, em 1581, quando tomou posse do trono Português. É essa a única fórmula indireta de tratamento que lhe foi dirigida. Durante os séculos, este tratamento foi o único que nunca se degradou e ficou sempre como o tratamento de reis até ao fim da monarquia. Todas as formas de tratamento têm, pois, uma história comum na segunda metade do século XV e a mistura destas formas revela a arbitrariedade no seu emprego, porque não existiam regras que regulassem o seu uso. A mudança do feudalismo para o regime burguês, nas relações políticas, nas sociais e nas culturais causou também sucessiva degradação de formas de tratamento e assim, foi necessário regular o seu emprego, implementando-se as *Leis das Cortesia*, ainda em 1739 que estabeleciam os limites do emprego de cada forma de tratamento e descreveram as consequências para aquelas pessoas que exigissem para si próprios uma forma que lhes não fosse adequada (Cf. WILHELM, 1979, p. 16; CINTRA, 1972, p. 22; CONCEIÇÃO e MARCOTULIO, 2011, p. 224)

Para que se tenha em linha de conta a preocupação que o rei, Filipe II, de Portugal tinha em enquadrar as formas de tratamento em função dos papéis sociais naquela altura, vale

---

<sup>36</sup> Esta expressão ainda é bem conservada em algumas regiões de Portugal, utilizada por quase todas as camadas sociais, quando se referem à proprietária de um determinado estabelecimento ou imóvel. Pensamos que à sua conservação se deve ao historial sublinhado. A títulos de exemplos, numa conversa informal com meus amigos portugueses, quando estávamos a programar um encontro em casa de um deles, disse-nos que primeiro tinha de falar com a sua senhoria, observando os outros que a senhoria deveria aceitar por se tratar de jovens estudantes. Até o meu mestre já a usou num contexto formal, portanto, dentro da sala de aula. Por ignorância, presumi que se usava apenas na região norte. Em Lisboa, residentes angolanos também já usam essa expressão para se referir ao que já foi dito.

<sup>37</sup> Cf. Cintra, 1972, p. 21.

<sup>38</sup> Cf. Cintra, 1972, pp. 18, 21.

<sup>39</sup> Cf. *Dicionário de Latim- Português*, 2.ª edição, porto editora, 2001, p. 265.

a fidelidade na transcrição do preâmbulo da dita *Leis das Cortesias*, datada aos 16 de setembro de 1597<sup>40</sup>:

Dom Filipe, por graça de Deos Rey de Portugal, etc., faço saber aos que esta minha lei virem, que sendo eu informado das grandes desordens e abusos que se têm introduzido no modo de falar e escrever e que vão continuamente em crescimento e têm chegado a muito excesso, de que tem resultado muitos inconvenientes, e que conviria muito a meu serviço e ao bem e sossego de meus vassallos reformar os estilos de falar e escrever e reduzi-los a ordem e termo certo, praticando-o e tratando-o com pessoas de meu Conselho, e outras de letras, e de experiência, ordenei de prover nisto na forma e maneira ao diante declaradas (CINTRA, 1972, p. 23).

A maior revolução no sistema do tratamento português foi provocada, a partir do século XIX, pelo aparecimento da terceira pessoa do singular, aplicada à segunda pessoa do discurso. Este tratamento chama-se forma indireta, e em Portugal usa-se, frequentemente, entre as pessoas da mesma idade e categoria social, nas quais existe uma certa amizade e confiança. É o uso da referente (3.<sup>a</sup> pessoa do singular) acompanhada pelo nome, apelido ou parentesco do interessado. Atualmente, é uma das formas mais populares nas três variedades, porque pode ser empregada em todas as situações, quando se quer evitar equívocos, usando o tratamento pronominal *você* para não ofender alguém ou causar mal entendimentos (KERBRAT-ORECHIONI, 2011, p. 39). Do ponto de vista geral, a alteração e expansão das formas de tratamento na esfera social é marcada com o término da segunda grande guerra mundial<sup>41</sup>. Para a lusofonia essa alteração começou a ser visível a partir da Revolução de 25 de Abril de 1974. O pesquisador gramático, Cintra (1972, pp. 34-6), enumera quatro tendências mais vivas na evolução das formas de tratamento. Essas tendências são: 1.<sup>o</sup> a progressiva eliminação do tratamento por *Vossa Excelência*, principalmente na língua falada, que se usaria apenas em certas profissões (telefonistas, empregados de comércio, entre outros.), e na linguagem corrente de certos ambientes (academias, tribunais, diplomacias, entre outros), mas que se conservaria na língua escrita; 2.<sup>o</sup> o alargamento do campo de emprego do pronome *tu* e da 2.<sup>a</sup> pessoa do singular dos verbos, cada vez mais usual entre jovens, e até entre pessoas de diferentes idades e sexo; 3.<sup>o</sup> a ampliação e no mesmo tempo redução do emprego do pronome *você*, redução esta já aludida como fenómeno ou tendência brasileira; 4.<sup>o</sup> a manutenção dos tratamentos nominais variados, porque tem a vantagem de não distinguir categoria social e também lenta, mas progressiva eliminação de tratamentos assentes na diferenciação social. As formas de tratamento em língua portuguesa são de uma complexidade e variedade maravilhosa que constituem uma parte do património linguístico. A descrição a seguir dará conta da situação sociolinguística de Angola.

---

<sup>40</sup> Cf. Cintra, 1972, p. 25.

<sup>41</sup> A ideia é baseada na visão de Brown e Gilman *apud* Silva, 2011, p. 309.

## 1.4. Situação sociolinguística de Angola

Quando tivermos que abordar a situação sociolinguística de uma determinada área, normalmente, começa-se sempre com a descrição geográfica desta localidade, e o nosso trabalho não foge dessa tradição.

Angola está situada na África austral e ocupa uma extensão de 1.246.700 km<sup>2</sup>. É limitada a este e sudeste pela República da Zâmbia, a sul pela República da Namíbia, a oeste o oceano atlântico, República do Congo a noroeste e a norte e leste a República Democrática do Congo. A situação climática é apresentada por humidade, constando assim de duas épocas que marcam o território angolano: a primeira é conhecida como a época das chuvas, que começa no mês de setembro e vai até abril; a segunda é denominada como a época seca, a de cacimbo, a da estação fria, ou a do cultivo agrícola, que vai de maio a agosto. É um país rico em recursos minerais, com maior destaque o petróleo e o diamante, que são considerados como os *baluartes* da economia nacional.

Nos trabalhos desencadeados pelo Recenseamento Geral da população e Habitação de Angola aos 16 de maio de 2014, os dados revelam que a população residente em Angola era de 24,3 milhões de habitantes, sendo 11,8 milhões do sexo masculino (48% da população total) e 12,5 milhões do sexo feminino (52% da população total). Verificou-se que havia menos homens do que mulheres. O índice do género masculino é de 94, que significa a existência de 94 homens para cada 100 mulheres. Este comportamento é observado em quase todas as províncias, com exceção da província de Lunda-Norte. Nesta província, o índice de masculinidade é de 106, quer dizer, existem 106 homens por cada 100 mulheres<sup>42</sup>. Angola é considerada uma República, com um regime político presidencialista, cujo Presidente é, ao mesmo tempo, Comandante-em-chefe e Titular do Poder Executivo, funcionando com um Vice-Presidente e por Ministros de Estado (Constituição da República, artº 108º, 2010). São ainda órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais (*op. cit.*, artº 105º).

Se tivermos em conta a nomenclatura administrativa, o território angolano está dividido em 18 províncias, sendo: Luanda, tida como a capital do país, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Malanje, Uíge, Bengo, Namibe, Zaire, Huambo, Benguela, Huíla, Cunene, Moxico, Lunda-Sul, Lunda-Norte, Cabinda, Bié e Cuando-Cubango<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Cf. Silva, 2015, p. 14.

<sup>43</sup> Constituição da República, artº 5º, nº3, 2010.



Figura 1: Mapa de Angola<sup>44</sup>

Seus habitantes constituído pelos povos não Bantu, formavam assim o grupo dos Vátwa ou Kuroca. Mais tarde, os Bantu invadem o território com poderosos reinos independentes<sup>45</sup> e, finalmente, surgem os portugueses, em 1482, empreendendo uma colonização que teve o seu fim aos 11 de Novembro de 1975, data em que se proclamou a independência.

Para descrever o campo sociolinguístico de Angola, que não tem sido uma tarefa fácil, servimo-nos das obras *Angola Povos e Culturas*<sup>46</sup>, *Etnias e Culturas de Angola*<sup>47</sup> e *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*<sup>48</sup>, por apresentarem uma abordagem mais clara acerca do assunto.

Angola é um país plurilingue, nela coabitam três grandes famílias linguísticas, genéticas e estruturalmente diferentes, são elas: línguas africanas bantu; cokwe, kikongo, umbundu, kimbundu, nganguela, oshielelo, oshiwambo: oshikwanyama, oshindonga: línguas africanas de origem não Bantu; Koisan: hotentote/Khoi, kankala/san, Vatua/koroka; língua portuguesa (Cf. FERNANDES E NTONDO, 2002, pp. 17-55; MINGAS, 2007, pp. 32, 54, 55; ZAU, 2011, pp. 46-47, 50; ADRIANO, 2014, p. 57, 58; CHICUNA, 2015, p. 30, COSTA, 2015, p. 12).

Para a primeira e a segunda obra referenciada acima, a maioria do povo angolano descende dos Bantu ocidentais, meridionais e são originários de grandes movimentações migratórias, calculando-se, por isso, que existam em Angola cerca de 90 a 100 grupos

<sup>44</sup>Fonte: <https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=zkIL1ieD&id=D67CC4F4D18028EE0ED5EDF248440CB7E20D68E2&thid=OIP.zkIL1ieDn3g7Y8sLNnUu6wHalZ&q=mapa+de+angola+atualizado&simid=608035103597068430&selectedIndex=49&ajaxhist=0>. Consultado aos 9.5.18, 12h.

<sup>45</sup> Cf. Fernandes e Ntongo, 2002, p. 17.

<sup>46</sup> João Fernandes e Zavoni Ntongo, 2002.

<sup>47</sup> José Rendinha, 2006

<sup>48</sup> Amélia Mingas, 2007.

etnolinguísticos, agrupados em 10 grupos, que serão abordados a seguir de forma sucinta depois do mapa etnolinguístico:

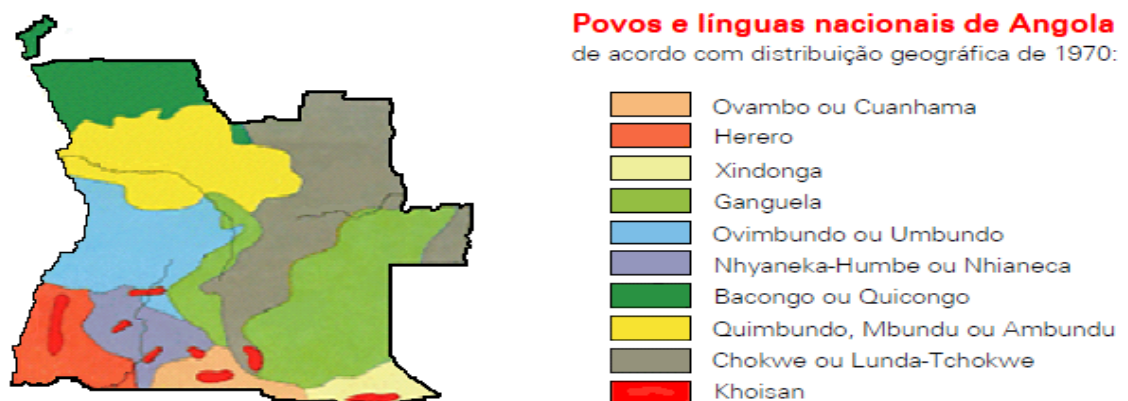


Figura 2: Mapa etnolinguístico de Angola<sup>49</sup>

#### 1.4.1. Grupo etnolinguístico tucokwe

Com o número superior a 357 693 pessoas, e formado pelas etnias Lunda- Lwa - Xinde, Lunda Ndembu, Mataba, Badinga, Mai. O povo utiliza predominantemente a língua cokwe, (...) que é considerada como uma língua transnacional pelo facto da sua área de difusão estender-se para além das fronteiras nacionais. Ela é falada na República Democrática do Congo e na República da Zâmbia. As variantes da língua cokwe são: badinga, bakete, kafula, lunda, lwa ndembu, lunda lwa xinde, mai e mataba.

#### 1.4.2. Grupo etnolinguístico ambundu

Com um número de pessoas não superiores a 1500 000, o grupo etnolinguístico Ambundu é formado pelos Lwanad, Hungu, Lwango, Ntemo, Puna, Ndembu, Ngola, Mbondo, Mbângala, Holo, Kari, Xinje, Minungu, Songo, Bambeiro, Kisama, Lubolo, Kibala, Haku, Sendé. A língua do povo é o kimbundu, (...) que parte do interior para o litoral e domina as províncias do Bengo, Cuanza - Norte, Cuanza - Sul, Malanje e Luanda. As variantes da língua kimbundu são: holo, ndongo, kambondo, kisama, mbangal, mbolo, minungu, ndembu, ngola ou jinga, ngoya, nkari, ntemo, puna, songo, xinji.

#### 1.4.3. Grupo etnolinguístico bakongo

São em número aproximado de 480 000 pessoas e constituem o terceiro maior grupo etnolinguístico do país. É formado, entre outros, pelos Basikongo, Bandombo, Suku, Bayombe, Yaka, Woyo, pombo, Hungu, Zombo, Nsoso, etc. A língua falada por este povo é o kikongo, cuja

<sup>49</sup> Fonte: <http://aretirada1975osultimosdoeste.blogspot.pt/2015/01/preambulo-para-uma-historia-de-angola.html>. Consultado aos 9.5.18, 12h.

área de difusão estende-se também para além das fronteiras nacionais. Ela é falada na República Democrática do Congo, no Sul da República do Congo Brazavile e na República do Gabão. As variantes da língua kikongo são: kilinji, kikoci, kikwakongo, kimboma, kinzenge, kihungu, kinsoso, kipaka, kipombo, kisikongo, kisolongo, kisuku, kisundi, kivili, kiwoyo, kiyaka, kiyombe e kizombo.

#### 1.4.4. Grupo etnolinguístico vangangela

Num número aproximado de 3 280 000 pessoas, repartem-se entre os Lwimbi, Lwena, Luvale, Lucazi, Mbunda, Kamaxi, (...). O povo utiliza para a sua comunicação a língua ngangela, que é falada nas províncias do Cuando Cubango, na parte do sudoeste da província do Moxico e da província do Uíge, na parte leste da província da Huíla. O ngangela tem ramificações na República da Zâmbia onde algumas das suas variantes são faladas pelas populações locais. A este título, é tida também como uma língua transnacional. As variantes da língua ngangela são: kamaxi, lucazi, luvale, luena, luimbi, Luiyo, mbande, mbuela, ndungu, ngangela, ngonjelu, nkoya, nyemba, nyengo e yahuna.

#### 1.4.5. Grupo etnolinguístico ovanyaneka-nhumbi

Com cerca de 129 000 pessoas (ovanyaneka 100 000), são formados pelos Mwila, Ngambwe, Nkhumbi, Ndongwena, Inlo, Kwankwá, Handa, Cipungu, Ocilenge - Nkhumbi e Ocilenge - Musó. (...). A área de difusão do olunyaneka centra-se na província da Huíla, e com uma influência nas províncias de Benguela e Namibe. As variantes da língua olunyaneka são: handa (cipungu), handa (mupa), hinga, nkumbi, muila, ngambwe, ocilenge humbi, ocilenge musó, ocipungu, onkwakwa ndongwena.

#### 1.4.6. Grupo etnolinguístico ovahellelo

Vive no extremo sudoeste de Angola, na orla do deserto do Namibe. Estimado em 25 000 pessoas, são formados pelos Ndimba, Himba, Cavikwa, Kwanyoka, Kuvale e Kwendelengo (...). A língua falada por este povo é o ovahellelo.

#### 1.4.7. Grupo etnolinguístico ovambo

O termo genérico ovambo inclui dois grupos: o ovakwanyama e o ovandongu.

#### 1.4.8. Grupo etnolinguístico ovakwanyama

Os Ovakwanyama englobam os Evale, Kafima, Kwanyama, Kwamoto, Ndongwena e Kwangali. São por volta das 62 000 pessoas e são fundamentalmente criadores de gado (...). A língua deste povo é o oshikwanyama, que é falada na província do Cunene situada no sudoeste de Angola (...). Esta língua tem uma influência notável no norte da Namíbia onde é tida como

uma das línguas maioritárias com uma implantação importante. Na Namíbia, o oshikwanyama exerce também um papel plurifuncional, dentre as quais, o de médio pedagógico até à terceira (3ª) classe. As variantes da língua oshikwanyama são: evala, kwamato, ndombondola, okafima e ombanja.

#### 1.4.9. Grupo etnolinguístico ovandonga

A língua oshindonga é uma das variantes do oshiwambo, circunscreve-se numa área muito restrita. Ela está confinada no ângulo sudeste da província do Cuando Cubango. Possui um número razoável de locutores na Namíbia onde goza o papel de médio pedagógico. A variante da língua oshindonga é o Kusu.

#### 1.4.10. Grupo etnolinguístico ovimbundu

Formam o grupo etnolinguístico ovimbundu os Vyeno, Bailundo, Sele, Sumbi, Mbwi, Kacisanje, Lumbu, Ndombe, Mwanja, Nganda, Huambo, Sambu, Kakonda, Cikuma, e é o maior grupo etnolinguístico angolano (acima de 1 500 000 pessoas) e comunica-se na língua umbundu. A língua umbundu faz fronteira a leste com a língua cokwe (província do Moxico); a norte, encontramos a língua kimbundu, (província do Cuanza - Sul), a sul, a língua nhyaneka - humbi e o oshihelero (na Huíla) e ainda a sudoeste encontramos a língua ngangela, na província do Cuando Cubango<sup>50</sup>. A área de difusão da língua umbundu engloba três províncias que são: Bié, Huambo e Benguela. Todavia, a sua influência é notável noutras províncias vizinhas como é o caso da província do Namibe, a parte noroeste da província do Cuando Cubango e uma parte norte da província da Huíla. As variantes de língua umbundu são: ambwi, kacisanje, kakonda, lumbu, bailundo, mwanja, ndombe, nganda, samba, sele, sumbi, bié, cikuma e huambo.

Como podemos notar, há uma grande complexidade na descrição do mosaico linguístico angolano, apesar desses estudos serem pouquíssimos, contribuem significativamente para ter uma visão de como estão distribuídos os grupos etnolinguísticos e as suas respectivas línguas.

#### 1.4.11. Do período colonial ao pós-colonial

«(...) a teoria da mudança da Sociolinguística considera que o passado pode informar sobre as variações e mudanças em curso no presente (...)» ( *apud* SILVA E OSÓRIO, 2008, p. 11).

Começamos a descrição deste título com a citação acima referida para dar conta de que todo comportamento desencadeado pelo ser humano pode resultar em estudos que até se reflitam na língua, tida como a maior maneira de expressar as nossas ideias, as emoções e os desejos, olhando sempre para o passado e o presente.

---

<sup>50</sup> Cf. Teresa Costa, 2015, p. 14.

Durante a época colonial, as línguas africanas bantu<sup>51</sup> e não bantu eram totalmente marginalizadas, ou seja, o povo não podia usar a sua língua materna, principalmente em locais públicos. Para aqueles que a usassem e já tivessem um certo prestígio, como funcionários das administrações, militares<sup>52</sup>, pessoas próximas ou chegadas aos brancos, perdiam o título de assimilado<sup>53</sup>. Naquela altura, a imposição da língua portuguesa era um dos maiores objetivos do regime colonial, e chegou-nos a informação de que as línguas nacionais eram totalmente proibidas por lei, como podemos ver a publicação feita por Norton de Matos<sup>54</sup> no Boletim Oficial de Angola, do decreto nº 77 de 9 de Dezembro de 1921, da qual nos servimos como exemplo:

Artigo 1º

Ponto 3: *É obrigatório, em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa;*

Ponto 4: *É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira.*

Artigo 2º

*Não é permitido, nas escolas de missões, ensinar línguas indígenas.*

Artigo 3º

*O uso das línguas indígenas só é permitido em linguagem falada na catequese e como auxiliar, no período do ensino elementar da língua portuguesa*

Artigo 4º

*As disposições dos dois artigos antecedentes não impedem os trabalhos linguísticos ou quaisquer outros de investigação científica, reservando-se, porém, o Governo o direito de proibir a sua circulação quando, mediante inquérito administrativo, se reconhecer que ela pode prejudicar a ordem pública e a sua liberdade ou a segurança dos cidadãos e das populações indígenas. Outras disposições do Decreto têm por fim proibir por completo o uso e o emprego das línguas indígenas escritas, quer no ensino, quer com qualquer outro fim.*

---

<sup>51</sup> No critério de divisão das famílias linguísticas, proposto por Greenberg (1963) citado por Chicuna (2015, pp. 26, 28), as línguas africanas bantu pertencem a *Família Congo-Cordofaniana*. O termo Bantu foi utilizado pela primeira vez no ano de 1862, pelo alemão de nome Wilhelm Bleek, para designar as línguas faladas maioritariamente na África subequatorial. Por ocorrer variadíssimas pesquisas acerca do termo, passou a ser associado a língua, a cultura e a população. No entanto, as línguas bantu são também consideradas todas aquelas que apresentam semelhanças no campo semântico lexical, no fonético, no morfológico e até mesmo no cultural. O prefixo BA constitui um morfema do plural, sendo, BA+NTU=BANTU, designando Pessoas. Com essa designação BANTU, as pessoas identificavam-se com o povo que falava o mesmo idioma ou idiomas aproximados. Bantu passou a designar a grande família linguística Africana que se estende em Angola, diversificando-se em várias línguas, em diferentes regiões (CHICUNA, 2015, p. 27; SILVA, 2015, p. 31; ZAU, 2011, pp. 51, 56, 57; COSTA, p. 13; FERNANDES E NTONDO, 2002, p. 67).

<sup>52</sup> Naquela altura, os militares nativos eram designados de cipaiois.

<sup>53</sup> O indígena candidato a *Assimilado* devia cumprir os seguintes requisitos: falar, ler e escrever português; ter meios de subsistências; ter bom comportamento moral e civil; não praticar usos e costumes do comum da sua raça; ter cumprido os seus deveres militares; ter uma profissão. Havia, inclusivamente, um fiscal que verificava se o candidato comia à mesa com talher e se dormia numa cama (LIMA, 2012, pp. 267, 68; MINGAS, 2007, pp. 44-47). Para outros subsídios sobre a designação e o modo de vida dos *Assimilados*, ver, a título exemplificativo, as obras de Wanhenga Xitu, *Manana, Mestre tamoda e Máquina colonial que se depõem*.

<sup>54</sup> Norton de Matos foi chefe do estado-maior da 5ª divisão militar. Em 1912 foi nomeado governador-geral de Angola, na altura província de Portugal. Fundou a cidade do Huambo, conhecida na época colonial como Nova Lisboa. Por ser fiel ao regime de Salazar, foi promovido a general e elevado ao cargo de Comissário da República de Angola. Para mais informações, ver por exemplo, Norton, José. *Norton de Matos: biografia*, 2016.

(CIPRIANO, 2004, p. 26; SILVA, 2015, p.16, COSTA, 2015, p. 22-23). Essas repressões coloniais eram estratégias usadas para controlar o plano de revolta dos oprimidos, que usavam expressões das línguas nacionais, a título exemplificativo o kimbundu<sup>55</sup>, como repulsa ao idioma do *império colonizador* e para passar a mensagem de descontentamento do modelo de governação da *máquina colonial*. A insistência desse cenário político na era colonial fez com que Angola se tornasse num enorme *mosaico linguístico*, e que graças as missões evangélicas, por exceção do artigo 3º, as línguas nacionais resistiram, como prova da sua resistência haja vista para os documentos escritos (cartas, relatórios), dicionários, gramáticas, romances e outros livros, mas que nos tempos hodiernos se revela um apagamento das línguas locais quer na oratura quer na literatura, com maior destaque na capital do país, cedendo total lugar à língua portuguesa, desde a fase colonial até a data presente, como «condição mais importante para aceder a qualquer posição de destaque na sociedade [...], *olhando atentamente para o dominar da sua estrutura, de modo a estar à vontade nela, a fim de evitar interferências*<sup>56</sup>» (MINGAS, 2007, p. 32, itálico nosso).

No contexto angolano atual, o ensino das línguas nacionais já começa a tomar outros rumos. Conseguimos assistir, com a reforma educativa<sup>57</sup>, a implementação e o ensino das línguas autóctones no sistema educativo. Essa implementação e ensino das línguas é feito a partir de cada região em função do mosaico linguístico e cultural. Cada região engloba várias províncias, que vão complementando o estatuto daquele território. Segundo a divisão administrativa há cinco regiões.

Para dar conta da evolução e mudança da situação linguística em Angola desde o período pós-colonial até o moderno (2018), apresentamos os quadros de resumo de Mingas (2007, pp. 56, 57) seguidos dos nossos.

Tabela 5: Línguas africanas no período pós-colonial (1987).

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Línguas nacionais	Quase todos	Oral	Família, atividades culturais, media
		Oral/escrito	Igreja, literatura

Mingas, 2007, p. 56.

Tabela 6: Línguas africanas no período moderno (2018).

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Línguas nacionais	Quase todos	Oral/escrito	Família, atividades culturais, media
		Oral/escrito	Igreja, literatura

<sup>55</sup> Cf. José Eduardo Agualusa, *A conjura*, 1998, pp.15-17, 20, 22, 25, 27, 33, 39, 45, 46.

<sup>56</sup> Embora a citação de Amélia Mingas seja antiga, a mesma continua válida por se aplicar em alguns contextos como requisito obrigatório para obter um cargo de destaque. Seria incorreto rejeitá-la, argumentando que se trata da época vetusta.

<sup>57</sup> No ano de 2001, através da Lei 13/01, de 31 de Dezembro (Lei de Bases do Sistema de Educação), foi aprovada pela Assembleia Nacional a Reforma Educativa Angolana, tendo sido implementada em 2002. O Artº 9 da mesma lei representa o primeiro passo em direção à proteção e valorização das línguas nacionais depois da independência. Fruto disso, na comunicação social, particularmente na televisão e na rádio, há um programa que passa em línguas nacionais. A título exemplificativo; na rádio temos o programa *Ngola yetu*, que significa Nossa Angola; na televisão temos o programa telejornal (Cf. SILVA, 2015, p. 19).

Tabela 7: Língua portuguesa no período pós-colonial (1987).

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Língua nacionalizada	Português	Oral/escrito	Escola, emprego, igreja, família, administração, justiça, media, literatura

Mingas, 2007, p. 57.

Tabela 8: Língua portuguesa no período moderno (2018).

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Língua nacional/oficial	Português	Oral/escrito	Escola, emprego, igreja, família, administração, justiça, media, literatura

Tabela 9: Línguas estrangeiras no período pós-colonial (1987).

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Línguas estrangeiras	Francês	Oral/escrito	Escola, família <sup>58</sup> , emprego
	Inglês	Oral/escrito	Emprego, escola
	Alemão	Oral/escrito	Emprego
	Lingala <sup>59</sup>	Oral/escrito	Escola, família, emprego

Mingas, 2007, p. 57.

Tabela 10: Línguas estrangeiras no período moderno (2018).

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Línguas estrangeiras	Francês <sup>60</sup>	Oral/escrito	Escola, família, emprego
	Inglês	Oral/escrito	Emprego, escola
	Russo/Espanhol <sup>61</sup>	Oral	Unidade militar
	Lingala <sup>62</sup>	Oral/escrito	Escola, família, emprego
	Mandarim <sup>63</sup>	Oral	Emprego

De um modo geral, exceto o quadro da língua portuguesa, há uma ligeira alteração da situação das línguas faladas em Angola, comparando com o período pós-colonial. Essas modificações são registadas na medida em que o país continuar com as cooperações e manter

<sup>58</sup> A língua europeia utilizada pelas comunidades angolanas que viveram na República Democrática do Congo é o francês (MINGAS, 2007, p. 57).

<sup>59</sup> Língua veicular da diáspora angolana que viveu na República Democrática do Congo. Uma parte desta comunidade organizou-se de modo a criar escolas e empresas onde as línguas de comunicação são o francês e o lingala (MINGAS, 2007, p. 57).

<sup>60</sup> A língua europeia e africana utilizada pelas comunidades angolanas que viveram nos países francófonos.

<sup>61</sup> A língua asiática e americana utilizada pelos efetivos das Forças Armadas de Angola em situações formais e informais devido à grande presença de russos, cubanos e de militares angolanos que estudaram nesses continentes.

<sup>62</sup> Língua veicular da comunidade angolana que viveu na República Democrática do Congo e de falantes nascidos em Angola que o adquiriram como língua de herança. Boa parte dessa comunidade utiliza-o como meio de comunicação no comércio, especialmente no mercado informal, para se aproximar do cliente.

<sup>63</sup> Uma parte da comunidade angolana, especificamente a camada jovem, aprende e fala o mandarim para ascensão no mercado de trabalho, maior parte estimulada pelas cláusulas contratuais.

estáveis as relações diplomáticas com outros países, facilitando a entrada de outros povos, que vão habitando no território angolano, surgindo assim a mescla e diversidade cultural.

Para Fernandes e Ntondo (2002, p. 18), a língua portuguesa, com o estatuto de língua oficial, exerce um papel plurifuncional, de uso nos domínios da vida sociopolítica, económica e cultural e, é de uso veicular no país, pois permite a comunicação entre os vários grupos etnolinguísticos. Há de facto diferenças significativas da língua portuguesa tida como oficial, e que por sinal é a denominada como *padrão europeu*, com a língua portuguesa utilizada pelos falantes de Angola. Essas diferenças apresentam-se à nível fonológico, morfológico e sintático que hoje podemos designar de *português de Angola*. Esse percurso de mudança linguística observado em determinados espaços, pode ser explicado tendo em conta o contacto linguístico e cultural, olhando sempre para o contexto colonial e pós-colonial (MINGAS, 2007, pp. 44-48).

Kukanda (1986) afirma que não há sociedade sem língua nem língua sem sociedade que a fale. A universalidade desta coincidência sugere um parentesco profundo, uma implicação recíproca entre o linguístico e o social. Uma sociedade não pode subsistir sem um meio de comunicação entre os seus membros. Por sua vez, a língua não pode constituir-se fora do processo de comunicação em que se pode identificar a própria vida social.

Se nos basearmos na afirmação anterior e a relacionarmos com a situação real do nosso país, podemos afirmar que em Angola temos várias sociedades, várias culturas e conseqüentemente várias línguas, nomeadamente, as línguas nacionais citadas. Importa salientar que cada uma dessas línguas possui a sua fonética, o seu léxico, a sua morfologia, embora sejam semelhantes em alguns aspetos, e outras características particulares, ou seja, cada angolano, sobretudo, os que vivem no meio rural ou no meio urbano, fala a língua da sua região ou tem-na como língua materna, e essa(s) língua(s) interfere(m) na língua portuguesa devido à «coabitação com as demais línguas angolanas que originou o surgimento de uma variante nacional do português ao que chamaríamos português vernaculizado que, massificando-se, tornou-se veicular» (FERNANDES E NTONDO, 2002, p. 18).

Antes de passarmos ao escurso metodológico das variáveis analisadas em nossa amostra, do ponto de vista linguístico e não linguístico, entendemos delinear um esboço do denominado espaço geográfico, no período colonial, *Nova Lisboa*, nos tempos hodiernos, *Cidade Vida* e na consagrada divisão administrativa de Angola, província do Huambo.

#### 1.4.12. Breve configuração do Huambo

A literatura tradicional aponta que a denominação desse espaço geográfico dá-se com a entrada de um senhor denominado Wambo Kalunga, caçador de elefantes, proveniente da província de Cuanza-Sul, que contraiu matrimónio com uma das filhas do soba naquela região sem nomenclatura deste a sua ausência. Durante o estado enfermo do soba, com a previsão da sua partida ao local celestial, e pelo facto de ele não ter um herdeiro legítimo, deixou a responsabilidade da região governada ao genro, que passou a ser designada região do Wambo.

Presume-se que a alteração da escrita da palavra Wuambo para Huambo deve-se à presença colonial.

A cidade do Huambo foi fundada ao 21 de Setembro de 1912 e, mais tarde, em 1929, chamada de nova Lisboa. Esta cidade capital deve a sua fundação aos planos da administração Portuguesa de instalar uma importante estação de caminho -de- ferro da linha de Benguela.

A província do Huambo estende-se a sul do rio Cuanza, na zona do planalto central, onde se ergue o morro do Moco (2 620 m de altura), o ponto mais alto da província e do país. Limitada pelas províncias do Cuanza-sul (norte), Bié (este), Huíla (sul) e Benguela (oeste). A província está dividida por 11 municípios: Huambo, Bailundo, Ekunha, Caála, Catchiungo, Longuimbale, Longonjo, Mungo, Tchicala Tcholoanga (ex Vila Nova), Tchindjenje e Ucuma, 37 comunas, 341 bairros e 2 886 aldeias<sup>64</sup>.

O governo provincial do Huambo é um órgão centralizado da administração central e visa assegurar a realização das funções do estado a nível da província. É constituído por um Governador, e três Vice-Governadores, onze delegados provinciais, onze diretores provinciais, onze administradores municipais e onze administradores adjuntos e trinta e sete administradores municipais e trinta e sete administradores adjuntos. O planalto Central enquadra-se na zona agrícola 24, corresponde a superfície planáltica de maior altitude do território angolano, em grande parte situada acima da curva de nível dos 1500 m. Os pontos extremos da zona agrícola 24 são 10´27 e 14´16 de latitude Sul e 14´14 e 17´5 de longitude Este. O planalto central apresenta uma zona tropical de alternância de climas húmidos e secos, tendo em conta altitude a que se encontra a temperatura média anual de 19 a 20°C, porém a média anual de temperatura máxima é de 25 a 27°C e as médias anuais de temperatura mínima é de 11 a 13°C; com uma humidade relativa de 60 a 70%, com máxima em janeiro e mínima em agosto (35 a 40%). A estação chuvosa, em coincidência com a época quente, tem uma duração média de sete meses. Os valores da precipitação oscilam desde os 1100 à 1400 mm.

O relevo é acidentado, caracterizado por vales, ravinas e serras com muitas montanhas. O Huambo é uma província rica em recurso hídricos. No município de Tchicala-Tcholoanga (Vila- nova) nascem os rios Keve, Kutato, Kubango e Kunene. Os solos desta província são ricos em minerais e próprios para a prática da agricultura. As principais aptidões agrárias atuais da província são: culturas arbóreas, florestal e frutíferas, produção agrícola e pecuária em grande escala de gado bovino. A província do huambo é eminentemente agrícola com uma área arável de cerca de 80%, cujas culturas predominantes são: milho, soja, batata, feijão, abacate, banana, jinguba, abóbora.

Nos trabalhos desencadeados pelo Recenseamento Geral da população e Habitação de Angola aos 16 de maio de 2014, os resultados definitivos ditam que a população residente no Huambo era de 2 091 555 de habitantes, dos quais 958 140 do sexo masculino (47% da população total residente) e 1 061 414 do sexo feminino (53 da população total residente). No Huambo, o índice de masculinidade (rácio homens ou mulheres) é cerca de 90, o que significa que existem

---

<sup>64</sup> Cf. INE, *Resultados Definitivos. Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola - 2014. Província do Huambo*, Luanda, 2016, p.23.

90 homens para cada 100 mulheres. O município em que se regista o índice mais baixo de masculinidade é o do Lomduimbale, onde existem 87 homens por cada 100 mulheres. O Huambo é o município mais habitado, com 713 134, enquanto que o Tchinjaenje é o menos habitado, com 30 443. A população com 0-14 anos é de 52% e a de idoso é de 2,4%, tendo como idade média 20 anos. Entre a população com 18-24 anos, 8% completou o II ciclo do ensino secundário e 1,4 entre a população com 24 anos ou mais, completou o ensino superior<sup>65</sup>.

A sua população configura o complexo sociocultural Ovimbundo, a língua materna, tida como maioritária do país, é falada por quase todas as pessoas residentes. A província é ainda beneficiada por um dos maiores aeroportos do país, com capacidade de funcionamento para voos internacionais<sup>66</sup>. A cidade do Huambo tem várias zonas urbanas, a citar: a cidade baixa, a cidade alta, São Pedro, São João, Cacilhas, Chivas, bom pastor, benfica, académico entre outros. Esse último é onde se localiza o nosso campo de ação, a Escola de Formação de Professores (INE) *Ferraz Bomboco*.

---

<sup>65</sup> Cf. INE, *Resultados Definitivos. Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola - 2014. Província do Huambo*, 2016, p.11.

<sup>66</sup> Cf. INE, *Resultados Definitivos. Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola - 2014. Província do Huambo*. Luanda, 2016; Belmiro Quissindo, *Avaliação da vegetação arbórea nas principais ruas da cidade do Huambo*, monografia nº 011/2014, Huambo: Faculdade de Ciências Agrárias, 2015; Sílvia Amaral, *O Impacto da Universidade do Huambo no Desenvolvimento do Planalto Central de Angola*. Tese de mestrado em Gestão Pública, Universidade dos Açores, 2004.

## Capítulo 2. A linguística e a sociolinguística Laboviana

Se ninguém jamais usa uma estrutura oracional prevista pela gramática, esse fato pode ser desconsiderado, porque as formas sintáticas complexas são sabidamente muito raras - simplesmente não houve ocasião para que emergissem (LABOV, 2008, p. 234).

Neste capítulo faremos uma breve descrição da linguística e do aparato teórico-metodológico que nos serviu de suporte à pesquisa elaborada. Trata-se, então, da teoria da sociolinguística.

No padrão escrito, no qual se insere o tema da nossa pesquisa, as regras são muito rígidas, porque se baseiam em gramáticas, dicionários e textos científicos. Esse padrão exige dos falantes que respeitem à norma; que visa o uso escrito e falado adequado às situações formais de intercomunicação linguística (FARACO, 2002, pp. 39-45; LUCCHESI, 2002, pp. 64, 65). Ao pensar e ao falar utilizamos palavras, construímos frases, relacionamos palavras, ideias, factos, argumentos, construímos um discurso organizado e lógico para transmitir os nossos saberes e experiências (Neves, 2008, p. 12).

A linguística tem como objecto de estudo a língua, sem a preocupação do certo e do errado. A partir da segunda metade do século XX com as contribuições de Ferdinand Saussure<sup>67</sup> e Noam Chomsky, a linguística transformou-se numa ciência social ou ciência da cognição<sup>68</sup>. A sua origem remonta à antiguidade. A linguística é o estudo científico da linguagem e das línguas naturais, cobrindo o aspeto funcional dos fonemas dentro do sistema da língua, assim como os morfossintáticos, semânticos e pragmáticos<sup>69</sup>. Para Aitchison (1993, p. 9), a linguística pode ser definida como o estudo sistemático da linguagem que a descreve em todos os seus aspetos e formula teorias acerca do seu funcionamento. Esse funcionamento era visto apenas no plano interno, ignorando a inter-relação entre os fatores externos<sup>70</sup>. O mesmo autor diz que existe dois importantes aspetos da linguística: a linguística histórica e a linguística comparada. A outra que documenta a língua de forma rigorosa chama-se descritiva. Para Labov

os procedimentos da linguística descritiva se baseiam na conceção da língua como um conjunto estruturado das normas sociais. No passado, era natural considerar essas normas como invariáveis, compartilhadas por todos os membros da comunidade de fala. No entanto, estudos mais detalhados do contexto social em que a língua é usada mostram que muitos elementos da estrutura linguística estão envolvidos em variação

---

<sup>67</sup> Para uma visão mais detalhada sobre o modelo dicotómico saussuriano, ver por exemplo Maria João Marçalo, *Introdução à Linguística Funcional*, 1ª ed., 1992, pp. 103-105.

<sup>68</sup> Cf. Aitchison, 1993.

<sup>69</sup> Cf. Labov, 2008, pp. 215-220.

<sup>70</sup> Cf. Silva e Osório, 2008, p. 14.

sistemática que reflete tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralinguísticos (LABOV, 2008, p. 140).

Todavia, é no campo da linguística histórica onde as atenções estão viradas ultimamente para os contextos socioculturais por ter como objeto de estudo o fenômeno de mudanças linguísticas<sup>71</sup>. Labov diz que

para lidar com a língua, temos de olhar para os dados da fala cotidiana o mais perto e diretamente possível, e caracterizar seu relacionamento com as teorias gramaticais do modo mais acurado que pudermos, corrigindo e adequando a teoria para que ela se ajuste ao objeto visado (LABOV, 2008, p.236).

O autor defende que o *status social* é indicativo para a mudança da língua na sociedade em que o falante se insere e que esses mecanismos não interferem na vida pessoal do indivíduo, contrariamente, na medida em que a posição social do indivíduo aumenta ou diminui, apresentará uma mudança na manifestação linguística.

Na tentativa de compreender as variações linguísticas dentro da sociedade, surge a Sociolinguística<sup>72</sup> variacionista, que tem como o seu expoente máximo William Labov. A Teoria Sociolinguística variacionista nasceu da tentativa de se compreender a relação entre língua e sociedade, e por isso se ocupa da observação e análise de fatores estruturais e sociais que motivam as formas distintas ou variantes de uso da língua. Entretanto, essa variação não é livre e, sim, condicionada por fatores internos e externos à língua. O objeto central de estudo da Sociolinguística variacionista é o *vernáculo*<sup>73</sup>, a língua falada (e escrita) no cotidiano, especialmente nos empregos linguísticos heterogêneos<sup>74</sup>, considerados, nessa perspectiva teórica, como inerentes a todas as línguas naturais. Para a Sociolinguística variacionista, a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada fora do contexto social em que é utilizada como meio de comunicação, por isso contesta a ideia de que a variação é *aleatória* ou *livre*.

As pesquisas de William Labov na ilha de Martha's Vineyard, nos Estados Unidos, datada de 1963, publicada em 1972, têm um grande contributo para a compreensão do fenômeno de variação e mudanças linguísticas até os tempos hodiernos. Essas pesquisas tidas como a quo da Sociolinguística variacionista inspiraram numerosos estudos do *português não-padrão*, com maior acentuação do português brasileiro. Na metodologia empreendida para a Sociolinguística

---

<sup>71</sup> Cf. Silva e Osório, 2008, pp. 11, 15.

<sup>72</sup> Para Lucchesi (200, p. 66), a Sociolinguística tem como objeto de estudo os padrões de comportamento linguístico observáveis dentro de uma comunidade de fala e os formaliza analiticamente através de um sistema heterogêneo, constituído por unidades e regras variáveis.

<sup>73</sup> Labov (1972) refere-se normalmente ao termo vernáculo para designar o estilo de linguagem em que é prestada menor atenção, ou seja, a fala é realizada da forma mais natural. Para Garmadi (1983) citado por Monteiro (2000, p.), o vernáculo pode ser definido como um sistema linguístico ligado a uma determinada região. Uns vão mais longe, considerando-o como *língua pátria*.

<sup>74</sup> Referimo-nos aqui à heterogeneidade linguística que dá conta da variação social e das suas diferenças no uso das variantes.

Laboviana<sup>75</sup>, Labov (2008) apresenta a entrevista como método sine qua non para se obter resultados consistentes em dados de fala rápida e anónima em contexto social natural com pessoas que estejam interagindo com os membros da sua comunidade, e para ele, a pesquisa levada a peito deve ter como escopo «observar o modo como as pessoas usam a língua quando não estão sendo observadas» (LABOV, 2008, p. 83). O olhar de mestre que se faça às variações linguísticas para mapear a fala deve ter-se em linha de conta «as observações de duas gerações sucessivas de falantes - gerações de características sociais comparáveis que representam estágios na evolução da mesma comunidade de fala» (LABOV, 2008, p. 194). A partir desses postulados, o sociolinguista desenvolveu dois estudos exaustivos na língua inglesa falada. Pela importância que é atribuída a esses estudos no capítulo da sociolinguística variacionista, faremos uma resenha com alguns detalhes. A primeira pesquisa foi na ilha de Martha's Vineyard nos Estados Unidos da América, onde Labov observou a variação fonológica das variantes /aw/ e /ay/. A segunda também nos Estados Unidos da América, mas na Cidade de Nova Iorque em novembro de 1962, verificou o apagamento da consoante /r/ (r-0) e a pronúncia da consoante /r/ (r-1) em posições pós-vocálicas em *car*, *card*, *four*, *fourth* (*carro*<sup>76</sup>, *cartão*, *quatro*, *quarto*), nas três lojas de vendas de diversos vestuários, a saber, a *Saks da 5ª Avenida, com status superior, situada na esquina da rua 50 com a 5ª Avenida, perto da zona comercial mais sofisticada, junto com lojas de alto luxo como Bonwit Teller, Henri Bendel, Lord and Taylor; a Macy's, com status médio, situada na esquina da rua 34 com a 6ª Avenida, perto da zona das confecções, junto com Gimbel's e Saks na rua 34 e outras lojas de preços e prestígios medianos; e a Klein, com status inferior, situada na rua 14 com Broadway, não muito longe do Lower East Side*. Essas distinções dos traços fonéticos basear-se-iam na posição de prestígio ou não, que cada estabelecimento apresentava em relação à área de jurisdição ou localização espacial. Para a realização deste estudo, Labov confessou que o método utilizado não permitiu a realização de uma entrevista gravada por se tratar de fala monitora em que pode envolver maior concentração da exposição linguística e apresentar *um grau de insegurança linguística* por parte do entrevistado, o melhor seria a *observação assistemática*<sup>77</sup>. Podemos afirmar que, a gravação obrigou a memorização, na tentativa de capturar todos os eventos da fala dialógica de forma natural, apesar de que os funcionários já se dispunham de algumas frases, perguntas-respostas (vice-versa), mecanicamente elaboradas, como acontece em outras e várias lojas das cidades. Labov (2008, p. 64, 85) verificou que a variável linguística (r)

---

<sup>75</sup> Na visão de autores como Silva e Osório (2008, p. 16) consideram a Sociolinguística Laboviana como uma metodologia, e não como uma teoria propriamente dita por outros autores.

<sup>76</sup> Para o contexto angolano, se tivermos que olhar para as regiões do norte, especialmente alguns falantes do Uíge e Zaire, que têm como língua materna o Kikongo, uma das línguas nacionais de Angola, apresentam dificuldades na pronúncia de palavras em que se pronunciam com a consoante vibrante. Assim, nas palavras, como *terra*, *cerrote*, *carro*, pronunciam com apenas um *r*, e nas palavras, como *arame*, pronunciam com se tivesse a consoante vibrante, ou seja, com dois *r*. O facto curioso é que isto só se procede, quando a consoante *r* é seguida de uma vogal, mas se tivermos depois de *r* uma consoante, o facto acima esboçado não acontece, caso das palavras *carta*, *corda*. Deste modo, para suprir a carência, os locutores de língua materna africana, sobretudo os menos escolarizados, recorrem com frequência ao lateral [l]. Em outras ocasiões, há alternância do [l] com [r]. Julgamos que o esforço de adaptar o [r] na VAP tem provocado um emprego deficiente deste, trocando-o por vezes por [R] (Cf. ZAU, 2011, p. 66).

<sup>77</sup> Cf. LABOV, 2008, pp. 245-246, 249-250.

apresenta-se como uma marca de distinção social em todas as camadas da fala da cidade metrópole dos Estados Unidos da América e que a posição sócioespacial das lojas interferem no uso da variável linguística (r).

Na visão de Labov (2008, pp. 276-282), nos dialetos de algumas regiões um dos marcadores sociolinguísticos generalizado na língua inglesa é o (ing), observou a presença ou ausência desse sufixo em fatores sociais como: o género homem e mulher. O linguista renomado concluiu que as mulheres usam menos formas estigmatizadas<sup>78</sup> do que os homens, e há maior tendência à sensibilidade do que o género oposto relativamente ao padrão mais prestigiado<sup>79</sup>. Resumiu em curta frase que «as mulheres são mais sensíveis do que os homens aos valores sociolinguísticos explícitos.» (LABOV, 2008, p. 282). Esse resultado também foi constatado em trabalhos desenvolvidos por vários investigadores. Com os resultados obtidos durante as pesquisas, Labov considerou que existem fatores linguísticos e extralinguísticos que podem despoletar a mudança linguística numa determinada sociedade. Para chegar aos resultados das pesquisas feitas, Labov utilizou um programa estatístico que pudesse cruzar os dados e interpretá-los. A análise das variantes linguísticas em conjunto com as variantes extralinguísticas permitiram-lhe observar a direção e as ocorrências do fenómeno de variação e mudança. A seguir faremos uma breve descrição desse sumário.

## 2.1. Variação e mudança

(...) nem toda a variação resulta em mudança, mas toda mudança pressupõe uma variação. (MONTEIRO, 2008).

Qualquer língua natural varia ao longo do tempo e do espaço em que é utilizada. Esta variação pode apresentar-se ao longo da sua própria história como varia ao longo da vida dos falantes que a utilizam quer como língua materna quer como língua não materna. Ela varia de região para região onde é utilizada, varia em função do contacto com outras línguas, como no caso de Angola e Brasil (Cf. LUCCHESI, 2002, p. 78), varia em função das pertenças sociais e culturais dos seus falantes, varia em função das próprias situações em que é utilizada. Ao mesmo tempo em que os falantes nativos de uma língua são capazes de reconhecer a sua língua e de reconhecer que outras não as são, apercebem-se também que a sua língua é objeto de variação e de mudança.

Rodrigues (2002, p. 11, 12) diz que as línguas podem apresentar-se de duas ordens de variações: A primeira, relacionada em função do falante (emissor), que pertence as variantes espaciais (dialetos geográficos), variantes de classe social (dialetos sociais ou diastráticos), variantes de grupo de idades (dialetos etários), variantes de sexo (dialetos masculinos e

---

<sup>78</sup> Variantes estigmatizadas são aquelas usadas de menor prestígio na sociedade por parte de uma comunidade baixo nível académico, financeiro, social, que linguisticamente falando, trata-se de preconceito linguístico, nos termos de Marcos Bagno.

<sup>79</sup> Variante de prestígio são aquelas usadas por grupos ou classes consideradas como superiores. Esse grau de superioridade pode ser visto pelo grupo que tenha maior poder financeiro, económico, social e político.

femininos). A segunda, relacionada em função do ouvinte (recetor), que incluem as variantes de formalismo, variantes de modalidades (falada e escrita) e variante de sintonia (ajustamento do emissor ao recetor). Para as variantes de modalidades (falada e escrita) são as que mais ocorrem dentro de uma sociedade letrada em combinação com as variantes de formalismo (Cf. RODRIGUES, 2002, p. 12).

Lucchesi (2002), com base nas pesquisas feitas por Labov (1972, 1994), faz uma divisão da variação linguística em variação social e variação estilística, e distingue-as da seguinte forma. A primeira refere-se às diferenças observadas na fala por intermédio de várias classes sociais, como a baixa, a média, a alta, a idade, o sexo entre outras (p. 67, 86). A segunda tem a ver com as diferenças da fala do indivíduo durante o contexto comunicativo, se formal ou informal. O autor adiante que a variação estilística depende também da atitude linguística manifestada pelo falante por imposição do meio inserido (*id.*, *ibid.*).

As línguas alteram-se lentas, graduais e continuamente, se observadas no decorrer da história. As mudanças parciais ocorrem (nos níveis: fonético, sintático, morfológico, semântico, lexical e pragmático) quase sempre imperceptíveis aos usuários, embora o mais estudado e analisado seja o fonético-fonológico que se atém às mudanças dos sons, pronúncia e tem a fala como material de suporte (Cf. SOUZA, 2009, p. 83). Mesmo assim, precisa-se ter a clareza de que a mudança atinge, simultaneamente, mais de um fator e/ou nível linguístico.

Quando pretendemos abordar sobre o fenómeno de variação e mudança linguística deve-se levar em conta os tipos de fatores que os influenciam<sup>80</sup>. Para Silva e Osório (2008, p. 12), a mudança linguística pode ser sucedida por fatores linguísticos e extralinguísticos (contexto social, económico, culturais, políticos entre outros), que em função da sua coabitação vão originando um estado de evolução da mesma língua.

Toda e qualquer língua que estiver em funcionamento pode ser passível de mudança, e para explicar esse fenómeno devemos partir de duas questões: quais são as *causas* e em que *circunstâncias*<sup>81</sup>. Para os autores referenciados acima, as *causas* estão ligadas a capacidade que o falante possui na criação linguística, na forma de manifestar as emoções, crenças entre outras, enquanto as *circunstâncias* têm a ver com o carácter universal, por se tratar de um sistema de comunicação. Depois de responder estas questões, entende-se delinear o caminho a percorrer, para isso, invocamos aqui, mais uma vez, a sociolinguística Laboviana<sup>82</sup> para solucionar os cinco problemas da mudança linguística, conforme a corrente variacionista, explicitadas por Silva e Osório:

*constraints problem (que tem a ver com as condições que podem ou não favorecer o fenómeno da mudança e determinar o número de mudanças possíveis), transition problem (relaciona-se com o itinerário em que uma mudança linguística se efectiva), embedding problem (prende-se com o facto do fenómeno da mudança linguística exhibir relações com o sistema linguístico onde actua, embora para a Sociolinguística assumam capital relevância a*

---

<sup>80</sup> Cf. Silva e Osório, 2008, p. 12.

<sup>81</sup> Cf. Silva e Osório, 2008, p. 12.

<sup>82</sup> Utilizamos o termo Sociolinguística Laboviana como metodologia, nos termos de Silva e Osório (2008).

*influência das tessituras sociais no plano sistemático da língua), evaluation problem (incide na problemática da reacção de um falante face ao processo da mudança linguística) e o actuation problem (aspeto que pretende analisar os motivos que levaram a que um fenómeno de mudança linguística tenha tido lugar num determinado espaço e período de tempo e não noutros contextos espaço-temporais) (SILVA E OSÓRIO, 2008, p. 16).*

Monteiro (2000) esquematiza vários fatores que podem desencadear a mudança linguística, a saber: *a lei de menor esforço, a influência do substrato, a herança genética, a influência climática, os condicionamentos culturais, a mudança de geração (...).*

Compartilhando o pensamento de que o signo está sempre carregado de ideologia e que o mesmo reflete e retrata uma realidade exterior<sup>83</sup>, é compreensível a afirmação de que na sociedade, jovens urbanos considerados da classe socioeconómica média são os maiores produtores de mudanças linguísticas e também os primeiros a percebê-las. Isso acontece, pois, socialmente, tendem a distanciar-se da classe socioeconómica considerada baixa e buscam aproximar-se da alta. Também é importante observar que a mudança ocorre antes mais rapidamente na fala, para depois chegar à escrita. Essa é mais conservadora, porque sofre controlo social rigoroso (por parte da elite), é mais formal, mantém certa distância da fala e é mais rica em possibilidade de uso. Mas é preciso certificar que a grande maioria das variantes surgidas não chega à condição de mudança. Daí, geralmente atrelada à condição social prestigiada do grupo de usuários, sobrepõe-se à (s) outra (s), incorpora-se ao sistema e torna-se única para o uso da língua.<sup>84</sup> Além de vencer as especificidades da própria fala e da escrita, as situações de fala, seguem o percurso gradativo. Geralmente, surgem em grupos sociais inferiores, passam à fala normal de grupos intermediários, à fala informal de grupos socioeconómico dominantes a situações formais de fala e, enfim, chegam à escrita. Ainda, deve-se considerar que há interferência e influência de fatores linguísticos internos: forma organizada, sistema em funcionamento, elementos, normas, etc., e externos ou extralinguísticos: escolaridade, etnia, idade, profissão, história do grupo, prestígio e poder do mesmo, lealdade de seus formadores, situação socioeconómica, género entre outros. Nesse percurso, a grande maioria das formas variantes não consegue ultrapassar alguma dessas barreiras e desaparece, não chega a se tornar mudança que, para acontecer de facto, processasse no sistema linguístico, refletindo-se no sistema extralinguístico.

Na próxima seção será apresentada uma breve visão de conjunto de trabalhos com a mesma linha metodológica e teórica no que tange a variação do imperativo nas formas indicativa e conjuntiva, observando sempre as causas desse fenómeno no atinente aos fatores linguísticos e aos fatores extralinguísticos.

---

<sup>83</sup> Cf. Bakhtin, 2002, p. 35

<sup>84</sup> «(...) Nem toda variação implica mudança, mas que toda mudança pressupõe variação, o que significa, em outros termos, que a língua é uma realidade heterogeneia, multifacetada e que as mudanças emergem dessa heterogeneidade, embora nem todo facto heterogéneo resulte necessariamente mudança» (FARACO, 1991, p. 13).

## 2.2. Estudos sobre a variação do imperativo

### 2.2.1. Fatores linguísticos

Com o despertar da Sociolinguística variacionista, vários estudos procuram observar o efeito dos fatores linguísticos para dar resposta ao fenómeno de variação linguística relativamente a alternância verbal na forma imperativa (SCHERRE *et alii*, 1998, 2001-2003, 2007; EVANGELISTA, 2010; BARBOSA, 2013; SILVA, 2017). A partir desses estudos, as pesquisas são especificamente direcionadas aos grupos de conjugação verbal, à regularidade dos verbos, ao número de sílabas do verbo no modo infinitivo, à presença ou ausência de pronomes. Para que isso se proceda, os autores baseiam-se na abordagem funcional, que tem como escopo científico «descrever e explicar os próprios fenómenos linguísticos e não a formulação de constructos teóricos e analíticos.» (SCHERRE, 1998, p. 40). Essas descrições e explicações dos fenómenos da língua são apresentadas a partir dos grupos ou fatores linguísticos mencionados acima.

No que diz respeito ao grupo de conjugação verbal, os resultados obtidos por Scherre *et alii* (1998, 2001-2003, 2007) e Evangelista (2010), em análise do imperativo na forma conjuntiva e indicativa, contexto de fala e escrita, ditam que os verbos de primeira conjugação<sup>85</sup> tendem a favorecer categoricamente o imperativo na forma indicativa. Ao passo que os verbos de segunda e terceira conjugações favoreceriam o imperativo na forma conjuntiva. Tendo em conta ao grupo de número de sílabas, as autoras verificaram que os verbos no infinitivo com duas sílabas no máximo favoreceriam o imperativo na forma indicativa, já os verbos com mais de duas sílabas desfavorecê-lo-iam.

Scherre (2003, p. 9) e Evangelista (2010, p. 75, 102) observaram que, os verbos *olhar*, *deixar*, *esperar* e *imaginar*, da primeira conjugação, apresentam um efeito diverso relativamente ao favorecimento categórico das suas estruturas verbais. Essa diversificação que merece um olhar especial tem a ver com a regularidade dos verbos e o número de sílabas. Como se pode verificar nos exemplos acima, os verbos *olhar* e *deixar*, quanto ao número de sílabas, são de duas sílabas, e os verbos *esperar* e *imaginar* são de três a quatro sílabas. Esses verbos, por se apresentarem com mais de uma sílaba, embora sejam da primeira conjugação, demonstram favorecimento da estrutura verbal do imperativo na forma conjuntiva. As autoras adiantam que, outros elementos concorrem para alteração de uma forma verbal a outra. Assim, teríamos em consideração a vogal precedente mais aberta, nos verbos de primeira conjugação, com uma e mais de uma sílaba, como em *olhar* (*olha/olhe*) e *esperar* (*espera/espere*) e em vogal precedente menos aberta, como em *deixar* (*deixa/deixe*) e *imaginar* (*imagina/imagine*). Importa referir que nos dados de escrita analisado por Scherre (2003), na fala das regiões sul,

---

<sup>85</sup> O favorecimento categórico da primeira conjugação na forma indicativa deve-se ao fato de serem os verbos mais utilizados pelos falantes. Sendo assim, se usarmos frequentemente uma determinada forma verbal da primeira conjugação, que não apresente complexidade na sua estrutura, favorecerá o imperativo na forma indicativa. Mas, se a forma verbal for menos frequente, em que obriga o falante ter o domínio da sua estrutura complexa, como no caso dos verbos da segunda e terceira conjugação, favorecerá a conjuntiva (SILVA, 2017, p. 18, 19).

sudeste e centro-oeste do Brasil, esses quatro verbos não apresentaram o mesmo comportamento dos verbos acima esboçados.

Na pesquisa feita por Scherre (2008, p. 309) com dados da escrita com formato de diálogo, relatada na revista *Turma da Mônica*, do escritor Maurício de Sousa, a autora baseou-se em dois *corpora*: um do início da década de 70; *As Primeiras Histórias da Mônica*; outro da década de 90; *As Segundas Histórias da Mônica*, que já se encontravam as personagens, Cebolinha, Chico Bento entre outras. A autora menciona que esses dados foram observados em contexto exclusivo do pronome  *você*, e os resultados da primeira década mencionada acima apresentaram 7% (11/162) de imperativo na forma indicativa com os verbos, *fala, abre, faz*. Ao passo que, os dados da segunda década revelaram 55% (363/658) de imperativo na forma indicativa. O escopo dessa pesquisa foi o de demonstrar e explicar o processo de variação do imperativo na forma indicativa e conjuntiva e mudança linguística na escrita.

Barbosa (2013, pp. 68-100) estudou a alternância do modo indicativo e conjuntivo na fala dos moradores de Vitória, na região sudeste do Brasil, com o objetivo de entender os fatores que influenciam o uso do imperativo na forma indicativa onde se requer o uso do conjuntivo, assim como o contexto de variação em que apresenta maior destaque de uma forma, para tal, analisou as orações subordinadas introduzidas pela conjunção *que* e orações independentes iniciadas pelo modalizador *talvez*, contextos que, segundo a gramática tradicional, despoletam categoricamente o imperativo na forma conjuntiva. Passaremos a expor alguns verbos analisados na sua pesquisa.

O verbo *concordar* apresenta uma frequência do uso do conjuntivo na ordem de 100%. O verbo *gostar*, por sua vez, apresenta um resultado de 20% de frequência do uso do conjuntivo, pois desfavoreceu o uso daquela forma com 0,384 de peso relativo. O verbo *querer* apresentou um resultado significativo com peso relativo de 0,963. Os verbos *supor, pensar, imaginar, parecer, importar e considerar*, nos dados analisados pelo autor, apresentaram um resultado favorável ao imperativo na forma conjuntiva com peso relativo de 0,717, e 0,963 para os verbos *pedir, mandar, exigir, determinar, esperar, aceitar, concordar, permitir, preferir, pretender, precisar*. O verbo *achar* apresenta uma posição intermédia relativamente as duas formas do imperativo, mas os resultados da amostra do autor citado demonstram o desfavorecimento do uso do conjuntivo com peso relativo de 0,165, assim como os verbos *falar, dizer e comentar* com 0,340 de peso relativo.

Em relação a presença/ausência de pronomes, Evangelista (2010, p. 77, 88), em dados das *Tirinhas de Marly, A Solteirona*, constatou a presença de pronome oblíquo e reto. A autora observou que o pronome oblíquo *se* na posição enclítica desfavoreceram o imperativo na forma indicativa com (0/4= 0%) enquanto que os pronomes retos favoreceram sistematicamente o imperativo na forma indicativa.

Para ter uma visão de conjunto do comportamento favorecedor do uso do imperativo na forma indicativa ou conjuntiva, decidimos ilustrar a seguir a tabela sintetizada por Scherre (2007, p. 207) com algumas especulações nossas da fala e escrita no português de Angola.

Tabela 11: Favorecimento do imperativo indicativo e conjuntivo.

Tendem a favorecer o imperativo na forma indicativa - imperativo com pronome de tratamento <i>tu</i>	Tendem a favorecer o imperativo na forma conjuntiva - imperativo com pronomes ou formas de tratamento
1) Eventos de fala menos formais e de natureza explicitamente mais dialógica	1) Eventos de fala mais formais e de natureza explicitamente menos dialógica
2) Construções afirmativas	2) Construções com negação pré-verbal
3) Contexto com pronome <i>tu</i> explícito no contexto da fala e escrita em algumas regiões do Brasil e de Angola	3) Contexto com pronomes ou formas de tratamento presente na fala e escrita em algumas regiões do Brasil e de Angola
4) Construções frásicas com pronomes na forma reta e oblíqua, a título exemplificativo, <i>deixa eu ir, chama ele, lhe chama, lhe vi<sup>86</sup>, me deixa/deixa-me, faz-me/faz-me, aproxima-te.</i>	4) Construções com pronome na forma oblíqua, do tipo, <i>deixe-me ir, chame-o, veja-o/lhe veja, faça-me, aproxime-se</i>
5) Paradigmas irregulares com posição menos marcada: <i>dá/dê; vai/vá; vem/venha; põe/ponha</i>	6) Paradigmas irregulares com posição mais marcadas: <i>faz/faça, diz/diga; sê/seja</i>
6) Verbos de até duas sílabas: <i>dar, ir, vir, ter, pôr; olhar, deixar, falar, ficar, abrir</i>	6) Verbos de mais de duas sílabas: <i>esperar, apertar, perguntar, desculpar, respirar, imaginar, aproveitar</i>
7) Verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente aberta: <i>fala/ olha/espera</i>	7) Verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente fechada: <i>use/ abuse/ imagine</i>
8) Formas verbais em série precedidas de formas associadas ao indicativo ( <i>deixa/ recebe/ abre/ dá/ diz/ vai</i> )	8) Formas verbais em série precedidas de formas do imperativo na forma conjuntiva ( <i>deixe/ receba/ abra/ dê/ diga/ vá</i> )
9) Falantes mais jovens	9) Falantes mais velhos

(Adaptação nossa e de SILVA, 2017, p. 20, 21).

## 2.2.2. Fatores extralinguísticos

Nos estudos feitos com quatro peças teatrais do século XVIII, dos quais três portuguesas e uma luso-brasileira, Sampaio (2004) *apud* Silva (2017, p. 16-17) com base no modelo funcionalista verificou a ocorrência da expressão do imperativo no português brasileiro, baseando-se em contexto discursivos e pragmáticos, assim como a forma tratamental utilizada pelo emissor ao destinatário. Os resultados mostraram que das quatro peças teatrais do século acima mencionado, duas delas, a escolha do imperativo na forma indicativa ou conjuntiva estava condicionada aos fatores extralinguísticos ou sociais dos falantes. A amostra aludiu 84 ocorrências para o uso do imperativo na forma indicativa, que se estendia entre relações de casais namorados, esposos, de pai para filhas(os), entre amigas(os), de inferior para superior na tentativa de manifestar desprezo ou falta de reconhecimento e de superior para inferior. Ao passo que para o uso do imperativo na forma conjuntiva que despoletam os pronomes ou a forma de tratamento formal estendiam-se aos ambientes ou contextos em que não se

<sup>86</sup> No português de Angola há uma maior preferência pela forma proclítica em contexto de ênclise. A pronúncia do pronome *lhe* toma o som de *li*, quer em situações informais quer em situações formais. No contexto informal, do português de Angola, o uso preferencial desta forma e daquela pronúncia é categórico. Apesar de se apresentar em contradição com a norma gramatical, que dita o uso do *o* para o verbo *chamar*, assim como o verbo *ver*.

apresentavam assimetrias, como nas relações piramidais ou militares, ou seja, de inferior para superior, de sobrinho para tio.

Reis (2003) *apud* Silva (2017, p. 17), com base no romance traduzido *Vinhas da Ira*, analisou as ocorrências da variação do imperativo na forma indicativa e conjuntiva, nas relações sociais entre os personagens. A sua amostra alinham-se a de Sampaio (2004), bem como a orientação passada pelas gramáticas tradicionais relativamente ao uso do imperativo com o pronome *tu/você*. Os resultados obtidos pelo autor chegam a conclusão que, o imperativo na forma indicativa seria a expressão utilizada nas relações assimétricas, ou seja, para marcar mais proximidade enquanto o imperativo na forma conjuntiva seria o modo usado em contextos de simetrias, em outros termos, para relações de distanciamento.

A semelhança dos trabalhos desembocados pelos pesquisadores mencionados acima, Silva (2017), com base no português brasileiro em cartas pessoais, e Evangelista (2010), com base em dados de fala de moradores de Vitória, analisaram a variação do imperativo na forma indicativa (*tu*) e conjuntiva (*você*), virando o olhar para o fator social género<sup>87</sup>. As autoras partiram da hipótese de outros estudos de que as mulheres tendem a usar mais a forma conjuntiva em relação aos homens. Os resultados da autora relativamente ao género demonstraram que há um grau de equilíbrio na expressão de uma ou outra forma para a missivista/falante mulher e para o missivista/falante homem.

Diferente da variação social observado por Silva (2017), Barbosa (2013) no estudo feito sobre a alternância do imperativo no indicativo e conjuntivo, com base na fala dos moradores de Vitória, o autor decidiu virar o foco para a variável social escolaridade. Barbosa (2013, pp. 113,124) verificou que, na comunidade de fala de Vitória o uso do imperativo na forma conjuntiva está relacionado ao grau de escolaridade. Assim, quanto maior for o grau de escolaridade do falante maior seria a frequência dessa forma. No controlo feito, constam: o ensino fundamental com peso relativo de 0,233; o ensino médio com peso relativo de 0,562 e o ensino superior com 0,636 de peso relativo. O autor chama atenção que o resultado do ensino superior não se deu de forma categórica, havia registo de variação do imperativo no indicativo e conjuntivo nesse estabelecimento de ensino.

Evangelista (2010), na pesquisa desenrolada, por coincidência com a mesma região estudada por Barbosa, já havia observado o fator escolaridade e idade. Os resultados em Evangelista (2010, pp. 65, 66) mostraram que tanto para a variável social escolaridade como para a idade não são fatores decisivos no uso do imperativo com maior ocorrência para uma ou outra forma. Os pesos relativos obtidos dos dados analisados evidenciam um comportamento diferente do outro investigador, contando 0,492 para o ensino fundamental, 0,574 para o ensino médio e para o universitário 0,469. Já a faixa etária de 07 a 49 anos apresentou uma ordem de 97,3% e a acima de 50 anos 97,8%, com valor de aplicação do indicativo. Como se pode observar, não há, em termos percentuais, nenhuma diferença significativa entre as duas faixas etárias.

---

<sup>87</sup> Para aprofundar sobre as diferenças na *linguagem da mulher em relação à do homem*, em outros contextos, *vide* João Silva Correia (1927) citado por Marlene Vasques Loureiro (2008, pp. 31-45).

O instrumental quantitativo que serviu para a análise desses estudos foi o programa de regra variável, o *GOLDVARB-X*, que dá um tratamento estatístico às variantes, bem como aos fatores linguísticos e extralinguísticos que despoletem a alternância ou variação do fenômeno linguístico, por exemplo: «Assinale com f as afirmações falsas e com v as afirmações verdadeiras. (...). Argumenta esta afirmação.» (Prova de geografia da 11ª classe do II trimestre, 2017), em que temos duas variantes em alternâncias no imperativo nas formas indicativa e conjuntiva ocorrendo ao mesmo tempo para a mesma pessoa, ou seja, com quem se fala. Sendo assim, para compreender esse fenômeno explicaremos o funcionamento do suporte quantitativo de análise estatística aplicada à linguística, que também nos serviu de suporte a nossa pesquisa.

### 2.2.3. Suporte quantitativo de análise estatística

As estratégias do uso do imperativo indicativo e conjuntivo têm sido analisadas como um fenômeno que se subscreeve no capítulo da Sociolinguística variacionista. Das inúmeras pesquisas levantadas, todas apontam para os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos como um *imput* significativo para a compreensão do processo de variação vs mudança linguística do imperativo na forma indicativa e conjuntiva. Os dados levantados nos enunciados de provas foram submetidos a um aplicativo com funções estatísticas<sup>88</sup>, já utilizado por vários pesquisadores, denominado *GOLDVARB-X*<sup>89</sup>. O programa calcula as frequências e pesos relativos por meio de vários cruzamentos entre os grupos de fatores com o escopo de localizar as variáveis com significância estatística.

Na codificação dos dados feitos por nós e aplicado ao programa, cada fator de cada variável recebe um único código a fim de que o programa possa gerar as frequências absolutas e as frequências relativas em relação às variantes. Após a codificação é feita a primeira análise dos dados, observando as frequências absolutas e as relativas. Nessa etapa, os resultados podem indicar os contextos invariantes, de fatores de efeito categóricos, se forem apresentados. Como esse programa é de variação, ele pressupõe sempre que há variação, quando há duas formas em alternância e uma delas é mais vantajosa ou mais favorecedora do que a outra. Quando ele coloca *Knockout*, isso significa que não tem variação, dando 100%, o que se refere ao uso categórico. Como esse instrumental apenas produz probabilidades, reconhecido como pesos relativos, para fenômenos linguísticos variáveis, os fatores de contextos invariáveis devem ser eliminados ou amalgamados antes da etapa da análise quantitativa que calcula os pesos relativos dos fatores. O peso relativo vai medir o seguinte, por exemplo: embora tenha variação e o uso do conjuntivo é o mais produzido por se tratar de texto escrito e por, supostamente, os professores terem domínio da norma, apesar de pouco controlada, a variação não é aleatória,

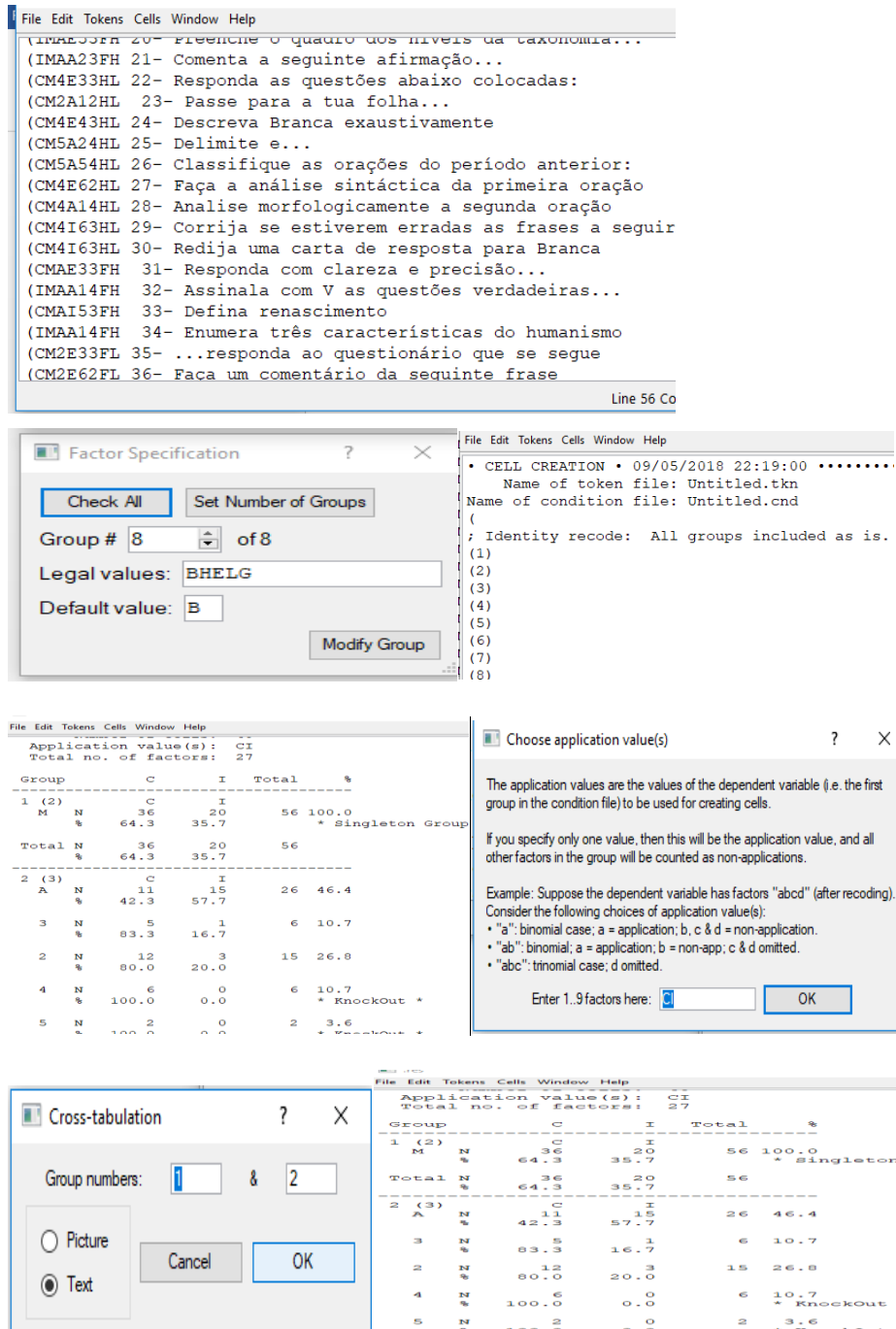
---

<sup>88</sup> Uma das vantagens da estatística aplicada à linguística resume-se no fato de poder dar conta dos dois fatores favorecedores de uma determinada variante que pode intervir significativamente no processo de variação linguística. A análise desses grupos de fatores normalmente são apresentadas em cada frequência ou em pesos relativos para facilitar a leitura em termos probabilísticos ou, em outras palavras, informar quais são os dados (ir)relevantes.

<sup>89</sup> Importa referir que este é um programa recente relativamente ao usado nos tempos vetustos, denominado *VARBRUL*, utilizado pela primeira vez nas pesquisas variacionistas por Cedergren e David Sankoff em 1974 (SILVA e SCHERRE, 1996, p. 44).

invocando os pressupostos básicos de Labov (1972), que a língua está em constante processo de variação e, ela pode ou não levar à mudança por determinados fatores linguísticos e sociais, sem que se ignore os contextos próprios que restringem essas ocorrências. Para dar esses resultados, segundo Scherre *et alii.* (2007, p.152), «os dados que evidenciam real efeito categórico são, todavia, de fundamental importância para se ter uma visão de conjunto do fenômeno linguístico sob análise. Portanto, eles não são retirados da análise linguística», são apenas retirados da análise quantitativa para que o programa possa gerar os pesos relativos. De acordo com Guy e Zilles (2007, p.159) *apud* Evangelista (2010, p. 40), «para eliminar ou amalgamar fatores de efeitos categóricos é preciso considerar a quantidade de dados, pois pode ser suposto contextos de efeito categórico, como nos casos representados por apenas um dado.» O pesquisador deve ter em mente que, na análise quantitativa, «queremos combinar fatores que são linguisticamente ou socialmente semelhantes, ou que podem ser tratados como subtipos de uma super categoria, e que ao mesmo tempo são semelhantes em termos quantitativos» (GUY e ZILLES, 2007, p.160 *apud* EVANGELISTA, 2010, p. 40)). Os grupos de fatores são submetidos ao cálculo de pesos relativos. O programa oferece probabilidade de um nível de significância maior de 0,50, para fenômenos binários, o que quer dizer que favorecem a hipótese analisada, probabilidades menores do que 0,50 não a favorecem e as em torno de 0,50 não são consideradas (SILVA E SCHERRE, 1996, p. 45). Diversos cruzamentos são feitos automaticamente pelo programa a fim de refutar a hipótese rejeitada. O *tokens* e *general factors specification* são as formas de ajuste entre a codificação e os grupos de fatores que são computadorizadas em cada avaliação. Depois de confirmado em *check tokens* podemos avançar, novamente, para *tokens* no *recode* que nos mostrará os grupos codificados, por fim clicamos em *cell (load cells to memory)* que apresentará os primeiros resultados. O programa trabalha com o método em que um grupo de fatores mais importante é escolhido e o compara com os demais grupos, um a um, sozinho, e seleciona um segundo grupo, se houver significância estatística, atribuindo 0,000 e faz novamente a comparação entre os dois grupos selecionados e os grupos restantes (SILVA E SCHERRE, 1996, p. 47). Efetua esse procedimento até não apresentar nenhum grupo de fatores estatisticamente significativo. Depois de avaliar todos os grupos, ele localiza o grupo com maior relevância. O conjunto dos pesos relativos mais significativo estaticamente, aquele nível em que se encontram todas e apenas as variáveis consideradas significativas, é o que vai prioritariamente compor a apresentação visual dos resultados, por meio de gráficos e/ou tabelas. Importa ressaltar que, durante a codificação dos dados, o programa também verifica os suscetíveis erros de aplicação, e se assim for, o pesquisador pode alterá-lo no momento em que realiza a análise, assim como outros tipos de informações, como: «número total de registros de entrada e saída; número total de aplicação da regra; número total de ocorrências; cálculo percentual de aplicação da regra para cada fator de cada variável, bem como para a sua aplicação global.» (SILVA E SCHERRE, 1996, p. 50). Mas, convém lembrar que é apenas um programa de respaldo, por conseguinte, toda a codificação, todo o levantamento dos dados e leitura dos resultados é da inteira responsabilidade do investigador. Fora das percentagens apresentadas, foram realizadas verificações estatísticas

binárias<sup>90</sup> para identificar os grupos de fatores favorecedores de uma ou outra forma identificada. O valor de aplicação nas rodadas binárias nas diversas amostras foi o indicativo. As frequências relativas e os pesos relativos dos fatores foram calculados em relação à variante indicativa. Neste sentido, percentuais maiores do que a média de imperativo indicativo e pesos relativos mais altos do que 0,50 indicam favorecimento do imperativo expresso pela variante conjuntiva (SANKOFF, 1988b *apud* SCHERRE, 2004, p. 7, SILVA E SCHERRE, 1996, p. 43-50). As imagens a seguir ilustram alguns passos do programa referido.



<sup>90</sup> Além do programa efetuar estatísticas binárias, ou seja, de duas variáveis, como é o caso do nosso estudo, já há novas versões de programas que podem realizar análises eneárias, que se trata de análise de dados de mais de duas variáveis, podendo chegar até cinco variantes (SILVA e SCHERRE, 1996, p. 46).

Figura 3: Programa Goldvarb-X.

## Capítulo 3. Metodologia

«Toda pessoa que comece a estudar a língua em seu contexto social imediatamente se depara com o clássico problema metodológico: os meios empregados para coletar os dados interferem nos dados a serem coletados» (LABOV, 2008, p. 63).

Os enunciados de provas que se apresentam como amostra foram recolhidos na Escola de Formação de Professores (INE) *Ferraz Bomboco* do município do Huambo, no fim de 2017. As provas analisadas, cuja data de elaboração pelos professores, são as do mesmo ano. Apesar de os recolhermos nesse ano, não significa que só nos limitaríamos com as provas atualizadas, poder-se-ia dar o caso de analisarmos também as provas de outros anos, para que alargássemos a nossa pesquisa, mas não fomos bem-sucedidos, por dois motivos: primeiro, pela escola ter sido transferida recentemente, perdendo maior parte desse material; segundo, por encontrarmos apenas cinco provas, mas em péssimos estados de conservação. No primeiro contacto com os dirigentes e funcionários da instituição, nomeadamente o diretor-geral e a direção-pedagógica, explicitamos o a quo e o objetivo da pesquisa. Antes gostaríamos de dizer que os dados foram recolhidos com muitas dificuldades, pese embora sob orientação do diretor-geral na presença dos professores, porque nem todas as provas estavam sob a guarda da direção pedagógica da escola. Mesmo assim, não nos desmoralizamos, tentamos recolhê-las, pessoalmente, contactando os professores e coordenadores de disciplinas para o fornecimento das mesmas, desta vez com a orientação da diretora-pedagógica, que nos informou que os docentes dessa escola guardavam os enunciados de provas nos seus dispositivos eletrónicos. Entretanto, nem todos os professores que foram comunicados aceitaram disponibilizar o material. Dos professores que se mostraram desinteressados a fornecer as provas, diziam que seriam conhecidos ou mencionados como professores que apresentam incompetências linguísticas no que diz respeito à norma culta. Relembremos-lhes, mais uma vez, de forma retórica, o princípio da ética profissional, que os seus nomes seriam totalmente ocultos e que nem seriam reconhecidos por ninguém e por nenhum tipo de esforço, mesmo assim não resultou, o que tornou reduzida a amostra, tentando frustrar a investigação. Todavia, o número reduzido apresentado, não retirará a credibilidade e significância da pesquisa. Outra informação passada pela direção-pedagógica é de que as disciplinas ministradas pelos professores, nem todas lhes são atribuídas por terem formação específica na respetiva área, ou seja, alguns docentes de língua portuguesa, geografia, história e entre outras, geralmente, atribui-se-lhes as cadeiras para preencherem as vagas de professores formados que a instituição ou os órgãos de direito não conseguiram/conseguem recrutar, muito menos efetivar. Constatamos também que não há um critério para a atribuição das cadeiras a esses professores, apenas as propostas surgem em gabinetes, de forma individual, dependendo da aceitação do professor indicado ou convidado. Os enunciados de provas permitiram-nos conhecer, em

primeiro lugar, as competências linguísticas e comunicativas apresentadas pelos professores, assim como a variação das formas verbais do imperativo nos modos: indicativo e conjuntivo. Em segundo lugar, passamos a saber que os professores apresentam variação na expressão do imperativo na forma indicativa e conjuntiva, abandonando, em alguns casos, os princípios da norma europeia, ao adotarem o *vernáculo*. O uso arbitrário das formas verbais no imperativo, bem como das formas tratamentais, tendo em conta a idade e principalmente a relação entre aluno e professor faz com que haja insegurança na forma mais apropriada a ser utilizada em textos escritos na identificação do aluno perante o leitor. A título exemplificativo, se considerarmos uma turma maioritariamente adulta, mas com a presença de alunos de idade abaixo dos 20 anos, o professor poderá utilizar por distração, nos enunciados de provas, as duas formas para se referir aos mesmos estudantes. Essa situação causa confusão a um leitor que nunca esteve em contato com a turma, no sentido de identificar que tipo de alunos pertencem a esta turma, se menos jovens ou adultos. No capítulo da variação com as formas de tratamento, o exemplo a ilustrar é o seguinte: para o contexto angolano, a expressão aluno é aplicado a pessoas que estejam a frequentar o ensino primário até o ensino do Iº Ciclo, e a designação de estudante refere-se àquelas pessoas matriculadas no IIº Ciclo até o superior. Diante dessas formas conseguimos identificar o grau académico de cada um, e o seu uso indevido pode criar equívoco as pessoas.

A pesquisa levada a cabo tem como pano de fundo explicar o fenómeno de variação e mudança linguística, especificamente, na comunicação escrita, caso de folhas de provas, com base na sociolinguística variacionista Laboviana (LABOV, 1972) como um suporte teórico para entender e analisar os fatores linguísticos e extralinguísticos que estariam influenciando no uso da variação do imperativo em enunciados de provas de variadas disciplinas e classes. As provas recolhidas e analisadas foram entregues pela direção-pedagógica da escola referida, sob orientação do diretor-geral, com o objetivo de saber esclarecer a especificidade e o campo de análise de conteúdo. Recolhemos cerca de 80 provas, sendo: 20 de língua portuguesa, 10 de matemática, 10 de biologia, 10 de empreendedorismo, 10 de geografia, 10 de história e 10 de metodologia de ensino, do primeiro, segundo e terceiro trimestre letivos, das 10ª e 11ª classes de várias turmas, nos dois períodos laborais: manhã e tarde, com maior destaque o último turno, nos diversos cursos ministrados, como língua portuguesa, geo-história, bioquímica etecetera. A partir da leitura das 80 provas identificamos que, em algumas delas, havia variação de formas para expressar o imperativo nos enunciados formulados pelos professores. Assim, optámos por separar o material em três grandes grupos:

1) a forma conjuntiva para expressar o imperativo, como por exemplo em 1a e b:

1 a) «Leia atentamente a prova e de acordo a sua capacidade de síntese responda de forma precisa.»;

b) «Sobre a Angola diga:» (Provas de geografia do I trimestre da 10ª classe da tarde de opção geo-história do ano de 2017);

2) indicativo exclusivo: provas em que o professor apenas utilizou a forma indicativa para expressar o imperativo, como por exemplo em 2 c e d:

2 c) «Lê atentamente o texto e responde com satisfação as perguntas que se seguem:»;

d) «Fundamenta a tua resposta com base no texto.» (Prova de língua portuguesa do II trimestre da 11ª classe da tarde de opção geo-história do ano de 2017);

3) variação entre conjuntivo e indicativo para expressão do imperativo em uma mesma prova, como por exemplo em 3 e e f: 3 e) «Atendendo aos conteúdos adquiridos ao longo do ano lectivo (*sic*), prova os seus conhecimentos respondendo com clareza e objectividade (*sic*) as questões abaixo indicadas. Faça correspondência entre os elementos da coluna A com os da coluna B.» (Prova de história da 10ª classe do III trimestre, 2017).

Conforme podemos observar nos exemplos ilustrados, o estudo dos referidos enunciados permitiu-nos constatar, com certa facilidade, que os professores dessa escola usam duas formas imperativas (indicativa e conjuntiva) na elaboração dos enunciados de provas para se dirigirem aos mesmos alunos.

### 3.1. Descrição da escola

A Escola de Formação de Professores *Ferraz Bomboco* está localizada no município do Huambo, concretamente no bairro académico, com os seguintes limites: a norte: Avenida Comandante N´zaji; a sul: Avenida Heróis da Ocupação; a este: A Escola Comandante Bula; a oeste: O Instituto Superior Politécnico Ho - Chi - Min. A Escola de Formação de Professores *Ferraz Bomboco* foi criada pelo DECRETO EXECUTIVO nº 39/ 08 de 3 de 3. Ao abrigo do disposto no Artigo 71º da Lei nº 13/01 de 31 de Dezembro que aprova as bases do sistema de educação, conjugado com as disposições do Decreto - Lei nº 5/02, de 01 de Fevereiro.

A Escola de Formação de Professores *Ferraz Bomboco* leciona as seguintes classes: 10ª, 11ª, 12ª, e 13ª, com 20 salas de aulas, 40 turmas e 2 turnos. Ela está constituída pelo seguinte quadro Diretivo: 1 Diretor; 2 Subdiretores; 20 Coordenadores; 1 Chefe de Secretaria, com um total de 100 professores, destes 60 são do sexo feminino; 71 professores Licenciados com formação pedagógica, dos quais 54 são do sexo feminino, 7 Licenciados sem formação pedagógica, destes, 1 do sexo feminino, 2 mestres sem formação pedagógica, 6 Bacharéis sem formação pedagógica, 9 Bacharéis com formação pedagógica, dos quais 4 são do sexo feminino, 4 mestres com formação pedagógica, dos quais 1 do sexo feminino, e 1 doutorado. A seguir ilustraremos as tabelas com a constituição completa da escola.

#### a) Infraestrutura

Tabela 12: Infraestruturas.

Número de ordem	Designação	Números de compartimento
01	Gabinetes	03
02	Laboratórios	01
03	Secretarias	01
04	Reprografia	01
05	Casas de banho	02
06	Sala de professores	01
07	Sala de aulas	20
08	Cantina	01

09	Ginásio	01
11	Parque de estacionamento de viaturas	01

b) Recursos humanos

Tabela 13: Recursos humanos.

Número de ordem	Categoria/Função	Quantidade
01	Diretor	01
02	Subdiretor	02
03	Coordenadores	20
04	Chefe de secretaria	01
05	Pessoal docente	100
06	Pessoal administrativo	09
07	Pessoal auxiliar de limpeza	21
08	Operários não qualificados	05
Total de trabalhadores		159

c) Estrutura do conselho pedagógico

A instituição controla 100 docentes com os seguintes níveis académicos, conforme ilustra a tabela.

Tabela 14: Grau académico dos docentes sem formação pedagógica.

Número total	Habilitações literárias dos professores							
	Sem formação pedagógica							
	Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento	
MF	F	MF	F	MF	F	MF	F	
100	6	0	7	1	2	0	0	0

Tabela 15: Grau académico dos docentes com formação pedagógica.

Número total	Habilitações literárias dos professores							
	Com formação pedagógica							
	Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento	
MF	F	MF	F	MF	F	MF	F	
100	9	4	71	54	4	1	1	0

d) Mapa estatístico dos alunos matriculados por classes, cursos e género

Tabela 16: Distribuição das classes e turmas.

Nº	CLASSES	TURMAS							TOTAIS
1	10ª	10.6	10.7	10.8	10.13	10.14			
		MF 43	43	44	50	48			228
		F 19	18	23	37	33			130
2	11ª	11.8	11.9	11.10					
		MF 40	43	42					125
		F 21	20	25					66
3	12ª	12.A	12.B						
		MF 51	52					103	

		F	32	38							70
4	13ª	13.A	13.B	13.C	13.D	13.E	13.F	13.G	13.H		
		MF	48	46	48	43	38	39	39	56	357
		F	22	29	24	31	23	23	23	26	201
TOTAL GERAL											1280

### 3.2. Descrição do *corpus*

Os estudos sobre o fenómeno de variação linguística pode ocorrer de diversas formas, como na fala e na escrita. O último obedece escrupulosamente às normas ditadas pelas gramáticas, quando redigimos um determinado texto. Todavia, na visão de Scherre (2005, p. 118-128), «a língua escrita não impede que acompanhe as mudanças ocorridas na fala, ou seja, há em certa medida reflexão da língua falada na língua escrita.» As investigações levadas a cabo sobre o fenómeno de variação do imperativo indicativo e conjuntivo estão na responsabilidade de Scherre *et alii* (1996, 1998, 2001, 2002, 2007); Cardoso e Andrade (2004); Evangelista (2010), Barbosa (2013); Silva (2017), com escopo de analisar a variação do imperativo na forma indicativa e conjuntiva na língua falada e escrita. Em função de o material observado ser o enunciado de prova, optamos por analisar as ocorrências da forma imperativa indicativa e conjuntiva conforme a colocação em que se ocupam os textos escritos. Dessa forma, todas as provas foram escolhidas previamente. A hipótese que norteia a nossa pesquisa tem como a quo os trabalhos de Scherre *et alii*, na perspectiva de que «eventos de natureza menos dialógica tendem a favorecer a ocorrência de imperativo subjuntivo. Mesmo assim, identificamos construções imperativas expressas por formas indicativas neste tipo de evento [...]» (SCHERRE, 2000, p. 8). Vale ressaltar que os enunciados de provas estão numa dicotomia entre a oralidade e a escrita e são textos escritos previamente planeados e elaborados. Em função disso, esperamos que os resultados dos dados obtidos da nossa amostra em relação ao imperativo na forma conjuntiva seja mais frequente nos enunciados de provas.

Para a composição deste trabalho, que se inscreve na análise da variação do imperativo na escrita, contamos com a identificação de um *corpus* constituído por um total de 80 provas. Gostaríamos de frisar que os dados mensurados na amostra em causa ocorrem em contexto escrito dirigidos aos alunos de idade compreendida entre os 20 aos 30 anos de idade, contexto em que a tradição gramatical prescreve rigorosamente o uso do imperativo - conjuntivo, regra bem patente na língua portuguesa. O *corpus* está organizado com as designações das disciplinas, números de provas, classes e nomes dos docentes de forma codificada, obedecendo os parâmetros da ética deontológica, conforme ilustra a tabela a seguir:

Tabela 17: Enunciados de provas: disciplinas.

Enunciados de provas: disciplinas	Número de provas	Classes	Professores	
Língua Portuguesa	20	10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup>	L1, L2, L3	
Matemática	10	10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup>	MA1, MA2	
História	10	10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup>	H1, H2, H3,	
Biologia	10	10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup>	B1, B2, B3	
Empreendedorismo	10	10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup>	B1, B2	
Geografia	10	10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup>	G1, G2, G3	
Metodologia de Ensino	10	10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup>	ME1, ME2	
Total	7	80	2	18

Os dados da tabela de enunciados de provas das disciplinas apresentam 20 folhas de provas de língua portuguesa, 10 folhas de provas de matemática, 10 enunciados de provas de biologia, 10 de empreendedorismo, 10 de geografia, 10 de história e 10 de metodologia de ensino, num total de 80 provas e 7 disciplinas. Prossegue com duas classes, sendo 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup> e variados professores, perfazendo um total de 18. De uma forma geral, em média, obtivemos para cada disciplina 2 a 3 professores diferentes, no sentido de verificar se o uso das duas estratégias linguísticas são comuns entre os professores das mesmas e outras disciplinas. Para a disciplina do ensino secundário, como a língua portuguesa, tivemos mais provas do que as outras disciplinas especializadas, como por exemplo, história, biologia entre outras, conforme aludimos acima. Entretanto, os números das disciplinas apresentadas não desequilibram a nossa amostra. O objetivo foi recolher mais amostras da língua portuguesa por se tratar da cadeira em que abordam a temática no que tange ao imperativo associado ao indicativo e conjuntivo. A 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes correspondem ao 1<sup>o</sup> ano para um, e 2<sup>o</sup> ano para outro, do ensino médio pré-universitário. Para assegurar que os professores não fossem identificados, como afluímos acima, criou-se um código com letras e números para os mesmos. Na tabela, *exempli gratia*, ilustra L1, L2 e L3, o que significa dizer que temos a disciplina de língua portuguesa, representado pelo grafema maiúsculo (L) e, os números cardinais 1, 2 e 3 que significam os nomes dos professores. Consequentemente, a codificação pode ser lida da seguinte maneira: L1 (Prova de língua portuguesa do professor X ou *fulano*); MA2 (Prova de matemática do professor y ou *beltrano*); H3 (Prova de história do professor z ou *sicrano*) e (Vice-versa). Depois da leitura dos dados codificados, prosseguimos com a descrição dos grupos de fatores controlados.

### 3.3. Grupos de fatores controlados

Como já explicitado em *suporte quantitativo*, as estratégias do uso do imperativo na forma indicativa e conjuntiva são fenómenos olhados com maior foco no capítulo da Sociolinguística variacionista. Das inúmeras pesquisas ressuscitadas e ocorridas, todas apontam para os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos como elementos potenciais que despoletam significativamente a compreensão do processo de variação vs mudança linguística do imperativo na forma indicativa e conjuntiva. Os dados levantados nos enunciados de provas

foram submetidos a um aplicativo com funções estatísticas, já utilizado por vários pesquisadores, denominado *GOLDVARB-X*.

A seguir apresentaremos de forma sinótica os grupos de fatores exercitados. Para melhor compreensão da análise dos grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos aplicados, selecionados pelo programa e segmento do escopo da pesquisa, descrevemos minuciosamente de forma hipotética cada grupo analisado.

### 3.3.1. Grupos de fatores linguísticos

#### a) Imperativo empregue nas folhas de provas

A hipótese que norteia este grupo tem que ver com o uso das formas imperativas por parte dos professores na elaboração das folhas de provas. Procuramos observar se o imperativo na forma conjuntiva e indicativa foram utilizadas na mesma prova, razão pela qual, controlamos as folhas de provas com uso exclusivo da forma conjuntiva, folhas com uso exclusivo da forma indicativa, folhas com o uso das duas estratégias linguísticas. Dessa forma, esperamos que a ocorrência da forma conjuntiva seja mais predominante por parte dos professores, mantendo a simetria do tratamento empregue nas folhas de provas.

#### b) Presença/ausência de formas do mesmo paradigma

Os trabalhos apresentados por Scherre *et alii*. (1998; 2002; 2004) ditam que o pronome reto depois do verbo favorece quase categoricamente o imperativo na forma indicativa, o pronome oblíquo na posição enclítica favorece de forma categórica o uso do imperativo na forma conjuntiva enquanto que o pronome oblíquo se for da primeira pessoa favorece a forma indicativa, contrariamente, se for da terceira pessoa.

#### c) Conjugação dos verbos

No que diz respeito à conjugação dos verbos, os trabalhos, como de Scherre *et alii* (2004); Evangelista (2010); Barbosa (2013); Silva (2017) observaram a importância e influências que a mesma tem no uso do imperativo na forma conjuntiva e indicativa. Na perspectiva das autoras, exceto Silva (2017), os verbos de primeira e segunda conjugações favoreceriam o imperativo na forma indicativa, ao passo que os verbos da terceira conjugação favoreceriam o imperativo na forma conjuntiva.

#### d) Regularidade dos verbos

Scherre *et alii* (2004, p. 15, 18) verificaram que os verbos de primeira conjugação com a vogal precedente [+ aberta] favorecem à ocorrência do imperativo na forma indicativa, como, por exemplo, em *fala/olha*. Para os verbos da terceira conjugação tendem a favorecer o imperativo na forma conjuntiva. Essa regra sofre uma alteração, quando estivermos diante de verbos com saliência fônica mais marcada, como, a título de exemplo, o verbo *fazer*, *faz/faça* - em que prevalece a forma do conjuntivo e nas menos marcadas - *vai/vá* -, a forma do indicativo:

1) Paradigma regular menos marcado - 1.<sup>a</sup> conjugação vogal precedente [+ aberta] (*fala/fale; olha/olhe; espera/espere*);

2) Paradigma regular menos marcado - 1.<sup>a</sup> conjugação vogal precedente [- aberta] (*manda/mande; conta/conte; tenta/tente; vira/vire; desculpa/desculpe*);

3) Paradigma irregular, oposição menos marcada - (*dá/dê; vai/vá; sai/saia; vem/venha; põe/ponha*);

4) Paradigma irregular, oposição mais marcada - (*faz/faça; traz/traga; diz/diga; vê/veja; pede/peça; sê/seja*).

e) Número de sílabas dos verbos na forma infinitiva

Uma outra variável de cunho especial para a análise da variação das formas imperativas tem a ver com o número de sílabas dos verbos na forma infinitiva. Segundo Scherre (2004, p. 17)), os verbos que apresentam uma única sílaba, ditos monossílabos, favorecem a ocorrência de imperativo na forma indicativa, ao passo que os dissílabos e trissílabos estariam em um meio-termo, podendo aparecer tanto relacionado ao imperativo na forma indicativa como na forma conjuntiva. Os verbos polissílabos tendem a favorecer apenas a forma conjuntiva.

### 3.3.2. Grupos de fatores extralinguísticos

As pesquisas ligadas à Sociolinguística mostram que as variáveis sociais são também fatores determinantes no processo de mudança e variação linguística, tendo em conta os fatores externos ou extralinguísticos. A variação Linguística é a propriedade que as línguas têm de se diferenciarem em função da geografia, da sociedade e do tempo (Azeredo, Pinto e Lopes, 2012:18). Na perspectiva de Cunha e Cintra (2008, p. 4), «[...] todas as variedades linguísticas são estruturadas e correspondem a sistemas e subsistemas adequados às necessidades dos seus usuários [...], a língua apresenta um quadro de diversidades internas, tendo em conta vários fatores», tais como: geográficos ou diatópicos (falares locais...); sociocultural ou diastrático (nível popular, culto, língua padrão, etc.) e diafásico (língua falada, escrita, literária, linguagem dos homens, linguagem das mulheres) (p.4). Neste sentido, variável como género é sempre aplicada para análise Sociolinguística.

a) Género

Desde a época vetusta, a arte de educar sempre esteve associada ao género feminino. Os géneros são indicadores sociais que concorrem na identificação de uma linguagem. Estes fatores muitas vezes são apontados como naturais, ou seja, uma característica divina, que se estende até ao jeito de manifestar a língua, utilizando formas verbais. As mulheres são consideradas mais moderadoras, quando se dirigem de forma oral ou quando elaboram um determinado texto escrito. Esse facto pode ser entendido por se tratar de alguém que mais tem o papel social da facilidade, do afeto e da educação do berço, contrariamente ao homem, que se apresenta mais com o *status* da proibidade e da rigidez. Segundo Tasca

[...] as mulheres comportam-se diferentemente dos homens no uso de determinados aspetos da linguagem. Isso tem sido verificado principalmente em relação ao emprego de formas de prestígio. Quer dizer, se a forma é prestigiada socialmente, as mulheres tendem a usá-la mais que os homens (TASCA, 2002, p. 46).

Desse modo, controlamos, de forma separada, os gêneros masculino e feminino dos(as) professores(as), com intuito de verificar se o uso de imperativo indicativo ou conjuntivo ocorre de maneira (des)favorecedora em que gênero.

#### b) Disciplinas

Essa terminologia de origem latina, pode ser designada como sendo o conjunto de aulas ministradas pelos professores na escola, com diferentes métodos de avaliação para testar os conhecimentos obtidos pelos alunos durante o ano letivo.

Durante a investigação, consideramos os gêneros: masculino, feminino e as disciplinas como fatores extralinguísticos, mas, infelizmente, o programa estatístico *GOLDVARB-X* não selecionou o grupo dos gêneros como significativo.

### 3.4. A codificação dos dados

Como referimos anteriormente sobre a constituição do *corpus* do trabalho, analisamos cerca de 80 enunciados de provas de várias disciplinas e das 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes. Nossas variáveis dependentes e independentes, que podem ser definidas como binárias, representadas pelo imperativo na forma indicativa e conjuntiva, que se revelam normalmente em expressões *crystalizadas* do tipo (*faz, faça*) estão distribuídos em função dos fatores linguísticos (imperativo: conjuntivo e indicativo; prova: somente indicativo, somente conjuntivo e mista; presença/ausência de formas do mesmo paradigma: A - forma isolada ou ausência; O - pronome oblíquo de 1<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> pessoa; refira-se; 2 - presença de pronome ou desinência verbal de 2<sup>a</sup> pessoa (o que dirias..., teu) no mesmo enunciado; 3 - presença de pronome ou desinência verbal de 3<sup>a</sup> pessoa (seu); 4 - presença de marcas de 2<sup>a</sup> pessoa fora do enunciado (o que entendes?); 5 - presença de marcas de 3<sup>a</sup> pessoa fora do enunciado; conjugação verbal: (A) 1<sup>a</sup> conjugação, (E) 2<sup>a</sup> conjugação, (I) 3<sup>a</sup> conjugação: regularidade dos verbos: (1) paradigma regular menos marcado - 1<sup>a</sup>. conjugação vogal precedente [+aberta] (fala/fale; olha/olhe; assinala/assinale), (2) paradigma regular menos marcado - 1<sup>a</sup>. conjugação vogal precedente [- aberta] (conta/conte; tenta/tente; determina/determine), (3) paradigma regular mais marcado de 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> conjugação (descreve/descreva; atende/atenda), (4) paradigma regular de 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> conjugação, oposição menos marcada - (abre/abra), (5) paradigma irregular oposição menos marcada (dá/dê; põe/ponha, (6) paradigma irregular oposição mais marcada (faz/faça; diz/diga; define/defina; corrige/corrija.); número de sílabas: (1) monossílabo, (2) dissílabo, (3) trissílabo, (4) polissílabo; gênero: (H) masculino, (F) feminino; disciplinas: L: português, B: biologia, H: história, E: empreendedorismo, G: geografia, M: matemática e D: metodologia de ensino) e dos fatores extralinguísticos (gênero e disciplina). Para olhar com mais força o fenômeno em análise optamos por ilustrar o quadro a seguir como foram codificados e controlados os grupos de fatores:

Tabela 18: Codificação dos grupos de fatores controlados.

<p>1 - Imperativo  C - conjuntivo  I - indicativo  2 - Prova  I - somente indicativo  S - somente conjuntivo  M - mista</p> <p>3 - Presença/ausência de formas do mesmo paradigma  A - forma isolada ou ausência; O - pronome oblíquo de 1ª e 3ª pessoa: Refira-se; 2 - presença de pronome ou desinência verbal de 2ª pessoa (o que dirias..., teu) no mesmo enunciado; 3 - presença de pronome ou desinência verbal de 3ª pessoa (seu); 4 - presença de marcas de 2ª pessoa fora do enunciado (o que entendes?); 5 - presença de marcas de 3ª pessoa fora do enunciado</p> <p>4 - Conjugação verbal  (A)1ª conjugação  (E)2ª conjugação  (I)3ª conjugação</p> <p>5 - Regularidade dos verbos: (1) Paradigma regular menos marcado - 1ª. conjugação vogal precedente [+aberta] (fala/fale; olha/olhe; assinala/assinale) (2) Paradigma regular menos marcado - 1ª. conjugação vogal precedente [- aberta] (conta/conte; tenta/tente; determina/determine) (3) Paradigma regular mais marcado de 2ª e 3ª conjugação (descreve/descreva; atende/atenda) (4) Paradigma regular de 2ª e 3ª conjugação, oposição menos marcada - (abre/abra)  (5) Paradigma irregular oposição menos marcada (dá/dê; põe/ponha)  (6) Paradigma irregular oposição mais marcada (faz/faça; diz/diga; define/defina; corrige/corrija.)</p>	<p>6 - Número de sílabas  (1) monossílabo  (2) dissílabo  (3) trissílabo  (4) polissílabo  7 - Género  (H) masculino  (F) feminino  8 - Disciplina  L: português; B: biologia; H: história; E: empreendedorismo; G: geografia; M: matemática; D: metodologia de ensino</p>
--	--

Como se pode depreender na observação atenta aos dados acima esquematizados, os contextos a cada variante aplicamos um símbolo. Nossa hipótese é a de que os fatores explicitados, um deles favorecerá mais o uso do imperativo na forma indicativa. Gostaríamos de lembrar que, além da descrição dos grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos testados para a análise da variação entre as formas imperativas indicativas e conjuntivas nas provas, realizamos uma rodada binária com o programa estatístico *GOLDVARB - X* a fim de observar quais os fatores realmente relevantes para a explicação do fenómeno. O programa *GOLDVARB-X* realiza uma análise multivariada confrontando todos os contextos (fatores) postulados e seleciona aqueles relevantes, indicando o peso relativo de cada grupo de fatores. Trata-se, grosso modo, dizer que o programa indica, em termos estatísticos probabilísticos, que fatores favorecem ou desfavorecem o fenómeno em estudo. Para a verificação multivariada, consideramos a forma variante indicativa com o *valor de aplicação* da regra variável. Dos sete grupos testados, o programa *GOLDVARB - X* selecionou como relevante dois grupos: um linguístico e outro extralinguístico. O primeiro foi o padrão de regularidade do verbo e o segundo diz respeito ao grupo de disciplina das provas em análise. Estes resultados serão abordados mais adiante. Posteriormente, apresentaremos os resultados com a descrição referentes à rodada geral e parcial, a fim de que seja observado o comportamento do fenómeno analisado nos enunciados.

# Capítulo 4. Análise do imperativo na forma conjuntiva e indicativa nas folhas de provas da 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes

Os resultados a seguir foram obtidos por intermédio de uma análise qualitativa e quantitativa de dados relativos à expressão do imperativo na forma conjuntiva e indicativa extraídos de provas de diversas disciplinas da 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes produzidas por professores da Escola de Formação (INE) *Ferraz Bomboco*. Para tal, utilizou-se um *corpus* composto de um total de 80 provas do ano letivo de 2017. Os dados recolhidos nas folhas de provas foram submetidos ao programa estatístico *GOLDVARB-X* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005 *apud* SILVA, 2017, p. 46). Foram identificadas 371 ocorrências de formas imperativas, sendo 291 ocorrências de conjuntivo (80.4%) e 80 ocorrências de indicativo (19.6%), como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 19: Resultados globais das formas variantes de imperativo.

Expressão do Imperativo	Conjuntivo	Indicativo	Total
Número de ocorrências	291	80	371
Frequências	80,4%	19,6%	100%

Os resultados gerais do *corpus* analisado comprovam que houve uma presença significativa da forma imperativa conjuntiva em documentos de cunho mais formal, como é o caso das provas de diferentes disciplinas aplicadas aos alunos da 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes. Por um lado, a variante padrão do imperativo foi preponderante com quase 80,5% de frequência de uso. Por outro lado, as provas documentadas na escola não apresentaram significativamente a forma do indicativo para expressar o imperativo, que seria a variante mais comum para o tratamento com os mais jovens, ou seja, para o tratamento informal. Apesar de os índices para o indicativo não ultrapassarem os 20% de frequência, cabe-nos procurar compreender que fatores determinam tal variação nesta amostra de provas de diferentes professores bacharéis, licenciados e mestres. Em função desses resultados globais, algumas questões precisam ser respondidas:

- 1) Por que houve variação na expressão do imperativo em textos de um mesmo género de escrita, no caso, em provas que seriam, em princípio, um texto mais formal e monitorado?
- 2) Como se deu tal variação? Houve professores que apenas utilizaram o conjuntivo e outros que empregaram o indicativo nos enunciados das provas para marcar maior proximidade ou distanciamento no tratamento com os alunos?
- 3) Houve variação das duas formas (conjuntivas e indicativas) em uma mesma prova?
- 4) Que fatores linguísticos e extralinguísticos favorecem o uso de cada uma das formas variantes na expressão do imperativo?

5) Os contextos favorecedores para o uso das formas variantes identificados por Scherre *et alii.* (1998; 2000; 2003; 2004) para o português brasileiro são os mesmos que favorecem a variação do imperativo na forma conjuntiva e indicativa no nosso *corpus* de provas de professores(as) angolanos(as)?

Como mencionamos na seção em que foram descritos os grupos de fatores utilizados para a análise do fenómeno variável em estudo e para tentarmos responder as questões 2 e 3, controlamos os dados, tendo em vista a presença ou não de mistura das formas imperativas em uma mesma prova. Para o controle deste grupo, como esboçado anteriormente, foram observados três fatores. O primeiro deles previa o uso exclusivo do conjuntivo em toda a prova. O segundo, por outro lado, pressupunha o emprego apenas do chamado imperativo indicativo. Por fim, consideramos as provas que apresentavam a mistura das duas estratégias imperativas: conjuntiva e indicativa. O nosso objetivo era observar se uma mesma prova e se o(a) mesmo(a) professor(a) apresentava, ou não, o uso variável das estratégias imperativas nos enunciados de suas provas: textos monitorados e produzidos por professora(e)s que, em sua maioria, possuem grau mínimo de bacharelato. Os resultados constam na tabela a seguir:

Tabela 20: Formas variantes (conjuntivas e/ou indicativas).

	Uso das formas variantes de imperativo nas provas				
	Conjuntivo	%	Indicativo	%	Total
Presença exclusiva de forma conjuntiva	177	100	0	0	177
Presença exclusiva de forma indicativa	0	0	9	100	9
Presença de forma conjuntiva e indicativa (provas mistas)	114	61,6	71	38,4	185
Total	291	80,4%	80	19,6	371

Como mostramos na tabela 1 e agora na 2, o conjuntivo foi a estratégia predominante no *corpus*, quer seja como a única forma presente nas provas com 177 ocorrências, quer seja como forma variante em relação ao indicativo com 114 ocorrências. Neste último caso ou, em outras palavras, neste grupo de provas que apresentaram variação, o conjuntivo também prevaleceu: identificaram-se 114 ocorrências do conjuntivo (61,6%) contra 71 do indicativo (38,4%) nas provas que denominamos, aqui, de mistas. Os 9 dados da forma indicativa, como única estratégia do imperativo empregue, ocorreu em apenas uma prova de língua portuguesa (L2) do II trimestre aplicada à 11ª classe no período da tarde no curso de geo-história, como mostram os exemplos *a*, *b*, *c* e *d* a seguir:

- a) «Fundamenta a tua resposta com base no texto.»;
- b) «Identifica as personagens do texto e classifica-as psicologicamente e socialmente.»;
- c) «Passa as formas verbais sublinhadas no texto para o tempo futuro, modo indicativo.»;
- d) «Numa linguagem clara e objectiva (*sic*), fala do amor ao próximo, não acima de 10 linhas.»

É curioso observar que a professora L2 optou pela variante indicativa do imperativo, mas não apresentou variação nesta prova. Verificamos que o uso exclusivo dessa forma em

outras folhas de provas por parte da professora L2 não foi a mesma, ou seja, outras provas da mesma professora apresentaram variação. Nos dados em análise, aparentemente, a professora usou a estratégia imperativa mais informal nos seus enunciados para maior aproximação da forma que prepondera no vernáculo dos seus alunos. Interessante observar que a manutenção de formas do mesmo paradigma, ou seja, formas associadas ao pronome pessoal de segunda pessoal do singular, portanto, *tu*, neste caso, prevaleceram na prova, uma vez que a professora também usou um pronome possessivo de segunda pessoa do singular *tua*, conforme ilustra o exemplo *a*, obedecendo totalmente a exigência da norma padrão quanto à uniformidade tratamental.

Como nos referimos ao princípio, a repartição geral dos enunciados de provas analisados demonstram que, neste contexto, há 80,4% de estruturas imperativas associadas à forma conjuntiva. Este resultado apresentado alude-se de maneira significativa ao cumprimento por parte dos professores da elaboração dos documentos formais monitorados com o uso da estratégia linguística recomendada pelos mestres-mudos. Todavia, importa realçar que a mesma não se aplica aos textos dialógicos, quando se dirigem ao seu público-alvo (aluno) por se tratar de textos menos controlados.

Durante a análise dos dados registamos um único caso em que há presença de frase negativa no contexto formal. Pensamos que se deve ao facto de as provas serem testes psicotécnicos em que as perguntas são formuladas de forma direta. Os resultados do estudo de Scherre *et alii* demonstraram que a polaridade negativa apresenta no enunciado escrito o modo imperativo ligado à forma do conjuntivo: 0% deles estão escritos na forma indicativa. Verificar-se-á que a polaridade negativa diminui o uso do modo imperativo ligado ao indicativo, contrariamente, a polaridade negativa aumenta o uso do conjuntivo (SCHERRE, 2003, p. 3), o que corrobora com as teorias gramaticais. A seguir ilustramos com os exemplos *1a* e *b*:

Polaridade negativa

*1a)* «(...) não esqueça de achar as suas proporções.» (Prova de geografia, 11<sup>a</sup> classe do I trimestre do curso de geo/história, 2017).

Polaridade afirmativa

*b)* «*Sobre o que aprendeu neste trimestre, responde.*» (Prova de história, 11<sup>a</sup> classe do II trimestre do curso de geo/história, 2017).

Scherre (2003), baseado nos diálogos das revistas em *Quadrinhos da Turma da Mônica* publicadas no final do século XX, analisou a expressão do imperativo no português brasileiro a partir de dados das regiões sul, sudeste e centro-oeste em que revelam presença de enunciados imperativos ligados à forma indicativa em contexto discursivo do pronome você, situação em que as teorias gramaticais ditam o uso do imperativo ligado ao conjuntivo. Os resultados obtidos evidenciam a entrada deste fenómeno na língua escrita, conforme mostram os exemplos *2a* e *b*:

Polaridade negativa

*2a)* «Da próxima vez não fale a verdade!»; *b)* «Não deixem a uva cair! Lá vai!»

Polaridade afirmativa

b) «Faz de conta que você está andando pela rua (...)»

Nesses exemplos, observam-se as frases pelo efeito da polaridade através da frequência da forma indicativa na polaridade afirmativa por intermédio da forma verbal, diferente dos dados que analisamos nos enunciados de provas. Ambos os casos analisados, a polaridade negativa está mais associada à variante conjuntiva.

Para responder à terceira questão, realizamos um cruzamento entre o tipo de prova (mista para o uso do imperativo ou não - mista) e a disciplina da prova. A tabela a seguir mostra como os dados estão distribuídos:

Tabela 21: Provas mistas e não-mistas.

	Provas mistas		Provas não-mistas	
	Conjuntivo	Indicativo	Só Conjuntivo	Só Indicativo
Língua Portuguesa	38	10	115	9
Biologia	9	6	12	--
Metodologia de Ensino	9	6	27	--
Matemática	8	7	17	--
Geografia	15	13	6	--
História	11	20	---	--
Empreendedorismo	24	9	--	--
Total	114	71	177	9

Em primeiro lugar, gostaríamos de referir que apenas nas provas de língua portuguesa houve todos os tipos previstos. Provas em que se usou apenas o conjuntivo (a maioria), provas em que se usou apenas o indicativo e provas com variação. Apesar da forte variação nessas provas, predominou o conjuntivo nas provas de língua portuguesa, o que confirma a hipótese inicial do uso do imperativo na forma conjuntiva em textos de maior monitoramento e formalidade.

Conforme a tabela, as provas em que o uso do conjuntivo prevaleceram foram: biologia, metodologia e matemática. Além do conjuntivo ser predominante nas provas dessas disciplinas houve, em menor grau, variação entre indicativo e conjuntivo nessas disciplinas. As provas de geografia se diferenciam das anteriores pelo fato de a maior parte dos dados levantados ocorrerem nas provas com variação. Por fim, mostrar que em duas disciplinas (História e Empreendedorismo) houve sempre variação entre as duas estratégias previstas para expressar imperativo. Tal resultado pode evidenciar que os professores dessas disciplinas aparentemente estavam menos monitorados para o controle de aspectos relativos à norma padrão, deixando-se influenciar pela norma de uso.

Em suma, os resultados confirmaram a hipótese prevista do maior uso do imperativo na forma conjuntiva nos enunciados das provas analisadas por ser tal variante a estratégia imperativa mais formal associada a *você/o senhor* ou em outras formas de tratamento conforme prevê a tradição gramatical. Além disso, o conjuntivo predominou nas provas de língua portuguesa, o que reitera nossa hipótese do seu uso estar ainda associado a contextos de escrita mais monitorados e distantes.

De qualquer forma, identificamos no material analisado casos de variação para expressar o imperativo. Falta-nos, desse modo, compreender e explicar os contextos em que tal variação ocorre. Assim, na próxima seção, apresentaremos os resultados parciais relativos aos dados extraídos de provas que apresentaram coexistência das estratégias imperativas.

## 4.1. Resultados parciais

### 4.1.1. Variação do imperativo nas folhas de provas das 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes

Na hipótese levantada, a ideia era de que os enunciados de provas fossem maioritariamente escritos com verbos na forma conjuntiva, corroborando com a prescrição tradicional gramatical em contexto do uso do pronome *ocê*, da desinência verbal de terceira pessoa, do pronome oblíquo de terceira pessoa e de presença de marcas de terceira pessoa fora do enunciado. Para dar continuidade e sustento à pesquisa realizada, decidimos demonstrar os nossos resultados tendo em linha de conta as rodadas parciais organizadas através de subamostras dos dados linguísticos e extralinguísticos. Para calcular esses grupos foram levados em conta três aspetos. O primeiro deles foi a marcação das ocorrências no imperativo das formas indicativa e conjuntiva mostrada também nas tabelas anteriores. O segundo aspeto, como mencionado, refere-se, principalmente, ao postulado defendido por Scherre *et alii*. Tal como a pesquisadora, pretendemos comprovar que nos documentos escritos, como é o caso dos enunciados de provas, há maior ocorrência da forma conjuntiva, apesar de aparecer marcas da forma indicativa em alguns casos. O terceiro foi o fato de o grupo de regularidade dos verbos e o grupo das disciplinas serem selecionadas na rodada geral como grupos de fatores relevantes. Como o nosso principal objetivo é observar os fatores linguísticos e extralinguísticos que favorecem as formas imperativas conjuntiva e indicativa, o nosso foco ficou direcionado para as provas que apresentaram variação. Os resultados dos outros grupos de fatores controlados (presença/ausência de formas do mesmo paradigma, conjugação verbal, número de sílabas, regularidade dos verbos, género e disciplinas) serão indicados a seguir.

### 4.1.2. Os efeitos dos fatores linguísticos

Como aludimos acima, as variáveis dependentes são fatores decisivos na variação do imperativo na forma indicativa e conjuntiva. Para essa demonstração, começaremos por explicitar a presença/ausência de formas do mesmo paradigma, que poderá ajudar-nos a compreender o fenómeno analisado.

#### 4.1.2.1. Presença/ausência de formas do mesmo paradigma

Para a presença/ausência de formas do mesmo paradigma, Scherre (2000, p. 6) analisou casos muito interessantes. No diz respeito à posição dos pronomes na polaridade da estrutura imperativa.

Da pesquisa feita por Scherre (2007, p. 122), na revista da *Turma da Mônica*, verificou-se mais de 80 casos com o pronome reto de primeira pessoa -eu- como «deixa eu ver» em estruturas de imperativo - indicativo e apenas um caso no conjuntivo. Para autora, esse fato demonstra que pronomes do caso reto favorecem o imperativo na forma indicativa. No nosso material analisado, não ocorreram tais estruturas com pronomes retos «deixa eu ver» por conta da natureza mais formal e menos dialógica do gênero prova. A pesquisa feita por Cardoso (2009, p. 120-21) conclui que, «o contexto *teu* favorece o imperativo indicativo [...]». Na investigação feita por Leite (1994) *apud* Scherre (2008, p. 31), com diálogos da novela *Fera Ferida*, verificou-se que a presença e a posição de um pronome oblíquo tende a favorecer o conjuntivo. Em outra pesquisa levada a cabo pela investigadora no contexto da fala com diálogo, chegou à conclusão que outra estrutura que favorece o imperativo na forma conjuntiva é caracterizado pela presença do clítico *se* depois do verbo, e.g. «Refira-se», que assegura a leitura imperativa. A pesquisadora adianta que, o motivo é de natureza sintática: se tivéssemos que ter em conta a estrutura «Refere-se», haveria a necessidade da colocação do sujeito, interpretando-a de forma reflexiva, em vez de imperativa. Logo, a função do pronome *se* depois do verbo para assegurar a leitura imperativa na forma conjuntiva é também encontrada nas folhas de provas. Se o clítico *se* estiver antes do verbo, embora favoreça fortemente a forma conjuntiva, apresenta a possibilidade de ocorrência da forma indicativa, como já observado por Scherre (2000, p. 6); Leite (1994) e Evangelista (2010).

Para a nossa pesquisa, foi necessário fazer certos ajustes no grupo de fatores proposto por Scherre e pelos autores citados em função da natureza da amostra. Diferentemente do que ocorre com os trabalhos mencionados que analisaram situações mais dialógicas, no nosso estudo com base no gênero prova, os enunciados têm um caráter injuntivo, pois o(a) professor(a) recomenda/pede que o(a) aluno(a) cumpra uma sequência de atividades sobre um determinado assunto. Assim, foram feitas adaptações tendo em vista a natureza do nosso *corpus* e os objetivos da pesquisa.

Um dos aspetos que nos interessou verificar foi a presença ou ausência de uniformidade de tratamento e de que maneira isso poderia interferir na variação das formas de imperativo. Desse modo, procuramos analisar se no entorno da forma imperativa analisada (em contexto mais próximo ou mais distante) havia uma forma do paradigma de *tu* ou do paradigma de *você* que poderia favorecer o uso do imperativo na forma indicativa ou na conjuntiva, respetivamente. Na verdade, na amostra de provas, as formas dos dois paradigmas mais presentes foram as formas possessivas (*teu/seu*) e formas desinenciais de 2ª ou de 3ª pessoa. Se for levado em linha de conta o paralelismo formal, uma das hipóteses era a de que a presença de formas do paradigma de *tu* favoreceriam o imperativo - indicativo, ao passo que a presença de formas do imperativo de *você* favoreceria o imperativo - conjuntivo. Tal presença/ausência foi observada inclusive tendo em vista a proximidade de ocorrência junto aos dados em análise. Para o controle do grupo, postulamos os seguintes fatores:

- 1) Forma isolada ou ausência

2) Pronome oblíquo de 1ª e 3ª pessoa: «Refira-se sobre a importância da planificação para o professor» (Prova de metodologia de ensino da 11ª classe do III trimestre, 2017):

3) Presença de pronome possessivo teu ou desinência verbal de 2ª pessoa no mesmo enunciado: «Ortografia - Passe para a tua folha de prova o parágrafo sublinhado no texto, utilizando uma boa caligrafia e corrigindo os erros ortográficos» (Prova de língua portuguesa da 11ª classe do I trimestre, 2017);

4) Presença de pronome possessivo seu ou desinência verbal de 3ª pessoa;

5) Presença de marcas de 2ª pessoa fora do enunciado (o que entendes?); «O que dirias ao teu colega que faltou a aula sobre texto literário e texto não literário?» «Delimite e classifique as orações do período anterior» (Prova de língua portuguesa da 11ª classe do III trimestre, 2017);

6) Presença de marcas de 3ª pessoa fora do enunciado

Verificamos o controlo dessas restrições, observando a ausência de pronome, presença de pronome *seu* e *teu*, presenças de marca de segunda pessoa ou de terceira. Apresentamos, a seguir, em uma tabela o grupo de presença/ausência de formas do mesmo paradigma:

Tabela 22: Presença/ausência de formas do mesmo paradigma.

Presença/ausência de formas do mesmo paradigma	Indicativo Ocorrências	%	Conjuntivo Ocorrências	%	Total
Forma isolada/ausência	40	42,6	54	57,4	94
Presença de pronome (seu) ou desinência verbal de 3ª pessoa	10	55,6	8	44,4	18
Presença de pronome (teu) ou desinência verbal de 2ª pessoa	18	35,3	33	64,7	51
Presença de marcas de 2ª pessoa fora do enunciado	2	11,8	15	88,2	17
Pronome oblíquo de 1ª e 3ª pessoa	1	20	4	80	5

Conforme a tabela 6, a hipótese do paralelismo formal não foi confirmada no nosso *corpus*. Contrariamente ao que prevíamos a presença, no mesmo enunciado, de formas do paradigma de *tu* (possessivo teu e/ou desinências verbais) não se mostrou favorecedora do imperativo indicativo, do mesmo modo que formas do paradigma de *você* (*seu* e desinência de 3ª pessoa) não favoreceram o conjuntivo. Tivemos, em relação a essa questão do paralelismo, um resultado inverso. Foram 62% de frequência para formas de 3ª pessoa com o indicativo e 64,7% de conjuntivo com formas de 3ª pessoa. Nos casos em que as formas dos dois paradigmas ocorriam fora do enunciado, embora tenhamos registrado poucos dados, houve sempre favorecimento para o conjuntivo.

Nos nossos dados, houve assim um facto curioso que tem a ver com a disparidade total dos pronomes possessivos de segunda e terceira pessoas, que ocorrem de modo aleatório, abandonando o princípio das regras gramaticais de uniformidade ou regularidade de tratamento. Segundo as teorias da gramática tradicional, o pronome *teu* ocorre em contexto informal, ao passo que o pronome *seu* dá-se em situação formal da língua (ALMEIDA, 2011, p. 156; PINTO, 2007, p. 138; ESTRELA *et alii*, 2013, p. 89; LOPES *et alii*, 2011, p. 327; WILHELM, 1979: p.17). Entretanto, na nossa amostra, como mostramos anteriormente, a presença do

pronome *teu* favoreceu mais o imperativo na forma conjuntiva e a presença do pronome *seu* tende a influenciar mais o imperativo na forma indicativa. No entender de Estrela *et alii* (2013, p. 132), Cunha e Cintra (2008, p. 229), corroborando Pinto (2007, p. 140), os pronomes possessivos (*teu/seu*) usados como tratamento (ou de segunda pessoa indireta) apresentam certas peculiaridades, uma vez que ambos são formas variantes em referência à segunda pessoa. A partir dessa ideia, pensamos que o número de ocorrências (10) da presença do pronome *seu* na forma indicativa, segundo a tabela, esteja em concorrência com a terceira pessoa do verbo na construção frasal indireta (está) com a forma do conjuntivo em enunciado direto (esteja)<sup>91</sup>, pode dar-se o caso de um novo fenómeno que mereça um olhar atento, facto que não descreveremos aqui por não ser a linha da nossa pesquisa. Então, poderia haver duas interpretações possíveis para estes resultados. Por um lado, percebemos que os dados analisados demonstram que outras formas vernáculas entram na elaboração das folhas de provas. Por outro lado, podemos postular que o emprego de variantes do imperativo estão cada vez mais autônomas em termos discursivos e cognitivos em relação à pertença a um ou outro paradigma, principalmente, em relação aos possessivos *teu e seu* que podem funcionar como formas variantes de 2ª pessoa. Trata-se de uma questão a investigar.

Em relação aos fatores testados aqui que se basearam nas previsões de Scherre, as hipóteses foram confirmadas. Registamos a ocorrência de pronomes oblíquos na posição enclítica que favoreceram a forma conjuntiva com 80% de frequência. Conforme os dados, o *se* ocorreu com maior frequência com a forma conjuntiva. Cabe dizer que tivemos apenas 5 ocorrências neste contexto, sendo 04 dados da forma conjuntiva, fazendo 80%, contra 1 ocorrência, com 20%.

De modo completo, a amostra esboçada permite resumir o seguinte:

I - Não houve, na amostra de provas, correlação (uniformidade de tratamento) quando as formas variantes do imperativo ocorriam no mesmo contexto das formas possessivas *teu e seu*, provavelmente pelo fato de tais formas serem variantes possessivas para referência à segunda pessoa, uma vez que:

1) Pronomes possessivos *teu(s)/tua(s)* que fazem parte do tratamento informal favoreceram o imperativo na **forma conjuntiva** quando ocorriam no mesmo enunciado:

a) «Ortografia - Passa para a tua folha de prova o parágrafo sublinhado no texto, utilizando uma boa caligrafia e corrigindo os erros ortográficos» (Prova de língua portuguesa da 11ª classe do I trimestre, 2017);

2) Presença de marcas de **2ª pessoa ou de 3ª pessoa fora do enunciado** favoreceram o imperativo na **forma conjuntiva** (estratégia imperativa mais frequente no *corpus*):

b) «O que dirias ao teu colega que faltou a aula sobre texto literário e texto não literário?» b1) «Delimite e classifique as orações do período anterior» (Prova de língua portuguesa da 11ª classe do III trimestre, 2017);

---

<sup>91</sup> Por exemplo, Aquimi, o seu carro está com um pequeno problema. Kiami, espero que o seu trabalho esteja bom.

3) Pronomes possessivo *seu(s)/sua(s)* que fazem parte do tratamento formal favoreceram levemente o imperativo na **forma indicativa** quando ocorriam no mesmo enunciado:

c) «Atendendo aos conteúdos adquiridos ao longo do ano lectivo (*sic*), prova os seus conhecimentos respondendo com clareza e objectividade (*sic*) as questões abaixo indicadas» (Prova de história da 10ª classe do III trimestre, 2017);

II - Pronomes oblíquos na posição enclítica favoreceram o imperativo na **forma conjuntiva**, considerado como a estratégia mais formal:

a) «Faça a escanção do 1º, 10º, 15º verso e classifique-os quanto ao número de sílaba métrica» (Prova de língua portuguesa da 11ª classe do II trimestre do curso de língua portuguesa, 2017);

b) «Refira-se sobre a importância da planificação para o professor» (Prova de metodologia de ensino da 11ª classe do I trimestre, 2017).

De uma forma geral, a nossa pesquisa não corrobora, em alguns aspetos, a proposta de uniformidade de tratamento presente nas gramáticas tradicionais, uma vez que formas de paradigmas distintos ocorreram frequentemente no mesmo enunciado, principalmente, os possessivos: *teu* associado ao imperativo - conjuntivo e *seu* associado ao imperativo -indicativo. Aparentemente, como ocorre no português brasileiro, está a ser constituído um paradigma misto de segunda pessoa que precisa ser mais abordado/descrito para o português de Angola.

#### 4.1.2.2. Conjugação verbal

Nos estudos feitos no Brasil por Scherre *et alii* (2003, 2006, 2007), a autora considera importante o olhar atento à conjugação verbal nas suas análises das formas variantes de imperativo indicativo e conjuntivo. Com base num *corpus* constituído em *Diálogos de histórias em quadrinhos da Turma da Mônica*, publicadas em 1998 e 1999, a autora verificou que o imperativo indicativo ou a forma tratamental informal, relacionada, originalmente, a *tu*, ocorre com maior frequência que a forma conjuntiva<sup>92</sup> em verbos de primeira conjugação. Os verbos de segunda e terceira conjugações, entretanto, tenderam a favorecer a ocorrência para forma conjuntiva. Em estudos mais recentes feitos com base em cartas trocadas por brasileiros em fins do século XIX e ao longo do século XX, Silva (2017, p. 60) não identificou em termos de frequências brutas resultados significativos em sua análise feita com todo o *corpus* em mais de 100 anos de produção de escrita. Houve um favorecimento irrelevante do imperativo na forma conjuntiva em verbos de segunda conjugação com quase 50% de frequência (49, 9%). Nos verbos de primeira conjugação, o percentual para o conjuntivo foi bem próximo desse índice (48, 9%). Quando, entretanto, a autora analisa os pesos relativos gerados pelo programa *GOLDVARB-X*, os resultados mostraram favorecimento do conjuntivo nos verbos terminados em -er- com .657 e desfavorecimento nos verbos terminados em -ar- com .437. Um outro trabalho tem que ver com a pesquisa feita por Alves (2009, p. 10) *apud* Silva (2017, p. 59), que também observou a

---

<sup>92</sup> Para o português brasileiro, as aqui chamadas formas conjuntivas são designadas pela autora como imperativo - subjuntivo.

relevância da conjugação verbal na análise das formas variantes de imperativo. Com base num *corpus* formado a partir de diálogos de quadrinhos, tal como Scherre, o autor verificou que a forma imperativa associada a *tu* ocorre com mais frequência que a relacionada a *você* em verbos de primeira conjugação. Nos seus resultados obteve um peso relativo de .58 para indicativo com verbos terminados em -ar. Em contrapartida, os verbos de segunda e terceira conjugações tendem a favorecer a ocorrência do imperativo de *você*. Alves (2009) mostra pesos relativos bem baixos para o imperativo indicativo: .20 para verbos em -er e .31 para verbos terminados em -ir.

Pesquisas, como as de Scherre (2007) e Silva (2017), fazem uma análise das conjugações dos verbos do imperativo na forma indicativa e conjuntiva ligadas à regularidade verbal e ao número de sílabas dos verbos. Essas abordagens correlatas, mencioná-lo-emos a *posteriori*.

Partindo dos resultados das pesquisas variacionistas feitas no português brasileiro em relação ao imperativo na forma conjuntiva e indicativa levantamos a que conjugações pertenciam as formas imperativas nos enunciados de provas que constituem a nossa amostra, especificamente o caso de uma escola da província do Huambo. A seguir, apresentamos na tabela os resultados do grupo conjugação verbal relativo a rodada parcial feita com as provas que apresentavam variação interna entre indicativo e conjuntivo para a expressão do imperativo:

Tabela 23: Conjugação verbal: verificação parcial em provas com variação.

Grupo conjugação verbal	Indicativo Ocorrências	%	Conjuntivo Ocorrências	%	Total
1ª Conjugação (ar)	55	55	45	45	100
2ª Conjugação (er)	13	17,8	60	82,2	73
3ª Conjugação (ir)	3	25	9	75	12

Os nossos resultados, com base na produção escrita de professores angolanos, vão ao encontro, em alguns aspetos, do que fora observado nos estudos feitos para o português brasileiro. As formas indicativas para expressão do imperativo foram ligeiramente favorecidas nos verbos de primeira conjugação, uma vez que obtivemos 55% de indicativo contra 45% de conjuntivo. Nas outras conjugações, os resultados são mais esclarecedores e reiteram mais eficazmente as hipóteses postuladas para o português brasileiro. Os verbos do imperativo na forma conjuntiva prevaleceram tanto em verbos de 2ª conjugação com 82,2% quanto em verbos de 3ª conjugação com 75%.

Os resultados obtidos de forma geral relativamente ao grupo conjugação verbal corroboram, parcialmente, a hipótese de que os verbos da conjugação menos marcada (a primeira) favorecerem a ocorrência do indicativo, enquanto as conjugações mais marcadas, os da segunda e da terceira, favorecerem o conjuntivo.

Se tivermos em conta os verbos da primeira e segunda conjugações, a análise da conjugação verbal não nos pareceu bastante esclarecedora, pois nesse grupo estão reunidos verbos regulares, irregulares, monossílabos, dissílabos, polissílabos e mais/ ou menos frequentes entre outros: tais aspetos, como veremos, também podem interferir nos resultados,

segundo Scherre *et alli*. Sendo assim, achamos importante levar em conta se o comportamento identificado nos dados gerais se refere sempre aos mesmos itens verbais. Por outras palavras, quais as formas verbais das três conjugações apareceram mais frequentemente em nossa amostra? Por que os resultados dos verbos da primeira e segunda conjugações não corroboraram totalmente as hipóteses, inicialmente, postuladas por Scherre (2004)? O número de ocorrências de cada verbo foi sempre mesmo em todas as provas? Na tentativa de responder essas questões, fizemos um levantamento do número de ocorrências dos verbos imperativo na forma indicativa e conjuntiva da primeira, segunda e terceira conjugações identificadas no *corpus*. A tabela a seguir aponta o comportamento de todos os dados analisados:

Tabela 24: Formas imperativas com ocorrências da 1ª conjugação.

1ª Conjugação			
Indicativo	Ocorrência	Conjuntivo	Ocorrência
Assinalar	12	Classificar	2
Falar	6	Passar	5
Comentar	1	Falar	7
Enumerar	2	Analisar	3
Destacar	2	Assinalar	9
Calcular	2	Delimitar	2
Citar	1	Citar	3
Determinar	2	Dar	6
Completar	2	Formar	2
Apontar	1	Calcular	2
Explicar	5	Identificar	1
Prova	1	Conjugar	1
Nomear	1	Classificar	1
Apresentar	1	Diferenciar	3
Mencionar	1	Demonstrar	1
Dar	1	Caraterizar	1
Total	41	Provar	1
		Representar	1
		Contar	1
		Total	52

Tabela 25: Formas imperativas com ocorrências da 2ª conjugação.

2ª Conjugação			
Indicativo	Ocorrência	Conjuntivo	Ocorrência
Ler	7	Responder	21
Responder	2	Fazer	14
Descrever	2	Dizer	14
Preencher	1	Resolver	4
Total	12	Ler	5
		Descrever	4
		Preencher	3
		Escrever	3
		Compreender	2
		Total	70

Tabela 26: Formas imperativas com ocorrências da 3ª conjugação.

3ª Conjugação			
Indicativo	Ocorrência	Conjuntivo	Ocorrência
Definir	3	Definir	7
Total	3	Corrigir	3
		Redigir	1
		Total	11

Os comentários concernentes às tabelas serão apresentados tendo em conta os resultados em relação a cada uma das três conjugações, observando sempre as frequências quanto ao tipo de verbo e quanto ao número de ocorrências.

Na **primeira conjugação**, as diferenças apresentadas entre os tipos de verbos e o número de ocorrências não é bastante significativo, se for considerada a totalidade dos dados, mas verifica-se uma grande diferença quantitativa entre o imperativo na forma indicativa e a conjuntiva, o que quer dizer que houve maior predomínio do segundo sobre o primeiro nos verbos de 1ª conjugação menos/mais marcados: 52 dados de conjuntivo contra 41 de indicativo, mesmo se tivermos em conta as ocorrências dos primeiros verbos mais frequentes, a forma conjuntiva continua a superar a forma indicativa: 36 na forma conjuntiva e 23 na indicativa. Por localizarmos as ocorrências do verbo *determinar*, observámos também se haveria maior possibilidade de ocorrências na forma indicativa do que na conjuntiva com base na teoria de Almeida (1994, p. 561) *apud* Santos (2003, p. 164-165), que sustém que este verbo revela mais tendência em acompanhar o «indicativo.»

Considerando a diversidade de verbos com apenas uma ocorrência, prevaleceram na amostra geral dos verbos de 1ª conjugação as formas do conjuntivo. Por outras palavras, o imperativo mais marcado (conjuntivo) apresentou mais verbos distintos. Em relação aos diferentes verbos, temos na lista 13 verbos na forma conjuntiva e 19 na indicativa. Desse número identificaram-se 10 verbos que ocorreram exclusivamente na forma indicativa e 13 na conjuntiva. A variação do imperativo na forma indicativa e conjuntiva registou-se em 6 verbos.

Na **segunda conjugação**, considerada mais marcada que a primeira, as diferenças entre tipos de verbos e o número de ocorrências é totalmente diferente entre a forma indicativa e a conjuntiva. Foram 12 ocorrências no indicativo com apenas 4 formas distintas e 70 no conjuntivo com 9 formas distintas. Desse número não identificamos nenhum verbo que ocorreu exclusivamente no indicativo, mas verificamos 5 no conjuntivo. A variação do imperativo deu-se em 4 verbos.

No que se refere aos primeiros verbos mais frequentes, há uma disparidade significativa da forma verbal *responder* no indicativo (2 ocorrências) entre a forma variante no conjuntivo (21 ocorrências). As formas exclusivas do conjuntivo foram: *ler*, *compreender*, *escrever*, *preencher*, *descrever*, *resolver*, *dizer*, *fazer* e *responder*. No quadro das indicativas constam o verbo *responder*, *descrever*, *preencher*, *ler*. Se levarmos em conta os primeiros verbos mais frequentes, as ocorrências do conjuntivo ultrapassam a expectativa: 62 de conjuntivo contra 7 de indicativo.

Na **terceira conjugação**, a mais marcada, em princípio, que as duas primeiras houve, contrariamente ao que se esperava, predomínio de forma indicativa, mas apenas num único dado: 3 ocorrências de indicativo com o mesmo verbo (*definir*) contra 11 ocorrências do conjuntivo com verbos diferentes. Em relação aos tipos de verbos, identificou-se diferenças significativas. O verbo que apresentou variação foi unicamente o verbo *definir*, que por sinal é o com maior ocorrência de entre o quadro dos verbos da terceira conjugação do imperativo na forma conjuntiva.

Em termos qualitativos, o item verbal mais frequente foi o *responder* que ocorreu 21 vezes na forma conjuntiva *responda* e o assinalar que ocorreu 12 vezes no imperativo na forma indicativa. Os dados a seguir demonstram alguns exemplos com o verbo *responder*, desconsiderando o verbo *assinalar* por apresentarmos nos e.g. anteriores:

- a) «Leia atentamente a prova e de acordo a sua capacidade de síntese responda de forma precisa.» (Prova de geografia da 10ª classe do I trimestre do curso de bio/química);
- b) «À luz do manancial teórico que estudou, responda as questões abaixo colocadas:» (Prova de língua portuguesa da 11ª classe do II trimestre do curso de língua portuguesa, 2017);
- c) «Responda com clareza e precisão as seguintes questões:» (Prova de matemática da 10ª classe do III trimestre do curso de bio/química e história/geografia, 2017).

Nos exemplos *a*, *b* e *c*, o imperativo na forma conjuntiva *responda* aparece quase sempre na mesma construção frasal, podendo-se posicionar em diversos lugares, ora no princípio, ora no meio, até aparecem em casos que se localizam ao meio da frase. Apesar dessa forma se apresentar com maior ocorrência em todos os itens verbais dos dados analisados, não descartou a possibilidade de haver variação na sua expressão, embora pouco significativa.

Em síntese, com esse quadro geral das frequências de tipo e de ocorrências na totalidade dos dados, tem-se o seguinte:

- 1) Os verbos de **primeira conjugação** que apareceram na amostra, os tipos de verbos que ocorrem no imperativo conjuntivo (mais marcado) são fortemente mais numerosos que no imperativo indicativo (menos marcado);
- 2) Na totalidade dos dados de **primeira e segunda conjugações** identificou-se uma considerável variação das formas imperativas indicativas e conjuntivas;
- 3) Em termos dos tipos de verbos e das ocorrências, a **primeira, segunda e terceira conjugações** apresentaram resultados muito elucidativos se for levada em conta a totalidade da amostra relativamente ao uso maioritário da expressão do imperativo na forma conjuntiva em folhas de provas produzidas pela(o)s professor(a)es.

#### 4.1.2.3. Número de sílabas

O outro grupo trabalhado estatisticamente analisado por nós foi o do número de sílabas. Segundo Scherre *et alii.* (2000, 2007), no português brasileiro, o número de sílabas dos verbos é relevante para analisar o fenómeno de variação no imperativo, uma vez que os verbos monossílabos favorecem a ocorrência de imperativo na forma indicativa. Os verbos dissílabos e

trissílabos, por sua vez, estariam numa posição intermediária, ou seja, podem estar associados ao imperativo indicativo como ao imperativo conjuntivo, ao passo que os verbos polissílabos favorecem o conjuntivo. Tendo em conta os casos apresentados, a autora com base em estudo com língua falada, observou que os verbos monossílabos, como *dar, ir, vir*, tiveram frequência superior a 90% de imperativo indicativo e os verbos *olhar* e *deixar* de duas sílabas favoreceriam também a ocorrência de imperativo na forma indicativa, com 89%. Na sua pesquisa, os verbos de três sílabas ou mais, como *esperar* e *imaginar* apresentaram frequências mais baixas para o imperativo na forma indicativa com 18%, favorecendo o imperativo na forma conjuntiva. A partir desses resultados, a autora aponta para a tendência de verbos com até duas sílabas favorecerem o imperativo - indicativo, enquanto os com mais de duas sílabas, o imperativo conjuntivo (SCHERRE, 2007, p. 207). Partindo desses estudos, buscamos observar o comportamento do grupo número de sílabas em nossos dados, conforme observado nos trabalhos de Scherre *et alii* (1998; 2000; 2004; 2007).

Tabela 27: Número de sílabas: verificação parcial em provas com variação.

Número de sílabas	Indicativo Ocorrências	%	Conjuntivo Ocorrências	%	Total
Monossílabo (dar, ler, por)	8	40	12	60	20
Dissílabo (fala, citar, passar)	11	23,4	36	76,6	47
Trissílabo (explicar, responder, definir,)	27	38	44	62	71
Polissílabo (determinar, assinalar, correlacionar)	25	53,2	22	46,8	47

Os resultados apresentados na tabela da variável independente número de sílabas revelam-nos que, como o imperativo na forma conjuntiva foi a estratégia mais frequente na nossa amostra de provas, os percentuais de frequência foram bastante altos em todos os tipos de verbos, ou seja, nos verbos monossílabos (60%), dissílabos (76,6%) e trissílabos (65%). A única exceção está nos verbos polissílabos que apresentaram um certo equilíbrio entre o imperativo nas formas: indicativa (53,2%) e conjuntiva (46,8%).

De um modo geral, os nossos dados não corroboram as amostras de Scherre *et alii*. (1998; 2000; 2004; 2007), na linha de raciocínio afluída acima. Verificamos apenas um único caso que se refere aos verbos trissílabos. Talvez aqui, novamente, esteja atuando a natureza do *corpus* em análise que se diferencia bastante do material utilizado nos estudos de Scherre *et alii*. Diferentemente dos trabalhos da autora que dão conta de amostras mais dialógicas como *histórias em quadrinhos*, o nosso *corpus* de escrita é constituído por enunciados de provas e apresenta características próprias. Causou-nos, a título exemplificativo, bastante estranheza o fato de verbos polissílabos terem apresentado maior frequência para o imperativo na forma indicativa. Num levantamento breve desses dados, verificamos a forte presença no imperativo - indicativo em verbos como: *assinalar, argumentar, diferenciar, determinar, enumerar, justificar* entre outros. Tratam-se realmente de verbos próprios do discurso do género prova.

O mais frequente da lista foi o verbo *assinalar* que teve 12 ocorrências conforme mostram os exemplos a seguir:

- 1) Assinala com um X a opção... (Prova de Biologia)
- 2) Assinala com V as opções... (Prova de Biologia)
- 3) Assinala com V... as falsas com F ... (Prova de História)
- 4) Assinala com V as questões verdadeiras... (Prova de História)
- 5) Assinala com V... (Prova de Geografia)
- 6) Assinala com um X a opção... (Prova de Biologia)
- 7) Assinala com um V as afirmações... (Prova de História)
- 8) Assinala com um V a opção (Prova de Empreendedorismo)
- 9) Assinala com V as fórmulas corretas (Prova de Matemática)
- 10) Assinala com V as afirmações (Prova de Geografia)
- 11) Assinala com V as afirmações (Prova de Geografia)
- 12) Assinala com um V a opção (Prova de História)

Como podemos observar, na lista de exemplos, a natureza do *corpus* interferiu sobremaneira nos nossos resultados, haja vista para o valor de aplicação com o imperativo-indicativo. O uso do verbo *assinalar*, por exemplo, é bastante típico do gênero prova e ocorreu predominantemente nas provas de História (4 ocorrências), nas provas de Biologia (3 ocorrências), nas de Geografia (3 ocorrências) e nas de Matemática e Empreendedorismo (1 ocorrência em cada). É interessante observar que a alta frequência está relacionada a uma tradição discursiva do gênero prova que se repete com estruturas do tipo: *assinala com X ou V a opção...* Tal uso no imperativo - indicativo, por assim dizer, pode estar relacionado à forma vernácula do professor que elaborou a prova. Se ele usa um sistema de *tu* ou se adota um tom mais informal em suas provas, formas relacionadas a tal sistema ocorrerão nos seus enunciados, se ele usa um sistema de *você* ou se adota um discurso mais monitorado, pronomes como *você/o senhor* e outras formas tratamentais em concorrência com o imperativo na forma conjuntiva também se farão notar nos seus enunciados.

Como referimos acima, o perfil aspetual da variação do imperativo na forma conjuntiva e indicativa depende da concorrência de vários componentes linguísticos<sup>93</sup> e também de «questões que podem ser esclarecidas pela situação extralinguística [...]» (SANTOS, 2003, p. 121).

#### 4.1.2.4. Regularidade dos verbos

O grupo selecionado pelo programa como estatisticamente significativo tem a ver com a (ir)regularidade dos verbos menos ou mais marcados quanto à posição, à colocação das formas do indicativo e conjuntivo. Tal grupo foi postulado nos estudos de Scherre (2000) e, na verdade, a autora conjuga em apenas um grupo de aspetos fonéticos-fonológicos, como saliência fônica, aspetos morfológicos para categorizar as formas verbais mais e menos complexas. No controle

---

<sup>93</sup> Cf. Mória e Alves, 2013, pp. 604-669.

do grupo, a autora analisa, por exemplo, à natureza precedente das vogais (se (+) aberta ou fechada), e os padrões regulares e irregulares dos verbos.

A hipótese que norteia esse grupo foi testada em alguns trabalhos, como de Silva (2017), Evangelista (2010) e Scherre (2000), as autoras verificaram, no português brasileiro, que os verbos que têm vogal precedente + aberta favorecem à ocorrência de imperativo na forma indicativa, enquanto que os que forem precedidos de uma vogal [- aberta], dar-se-ia o favorecimento do imperativo na forma conjuntiva.

Em relação ao estudo da variação do imperativo na forma conjuntiva e indicativa, Scherre (1998, 2000) com base em dados da fala e escrita, apresenta resultados que mostram que formas imperativas de segunda pessoa do singular com vogal do radical do verbo (precedente à *marca desinencial* de imperativo) [+ aberta] *fala/fale, olha/olhe, espera/espere* apresentam pesos relativos acima de .600, favorecendo o imperativo na forma indicativa, enquanto os verbos com vogal precedente [- aberta] *manda/mande, tenta/tente, conta/conte, vira/vire, usa/use* -, desfavorecem a ocorrência dessa variante, com peso relativo abaixo de .500. Scherre (2003, p. 8-10) no estudo feito com *Diálogos de histórias em quadrinhos da Turma da Mônica* publicadas em 1998 e 1999, em contexto discursivo do pronome *você*, observou que o paradigma dos verbos regulares da primeira conjugação tendem a liderar o uso da forma indicativa, mesmo em zonas geográficas de pouca frequência do imperativo na forma indicativa, a título de exemplo, a cidade de Salvador, no Brasil, onde se verificou cerca de 72% do imperativo na forma conjuntiva.

A observação criteriosa da autora indica que menor marcação interna no paradigma verbal implica tendência de uso do imperativo menos marcado, no caso do português brasileiro, a variante de tendência mais geral (a forma do indicativo). A maior marcação interna, ou seja, formas estruturalmente mais complexas implicam o uso da variante imperativa mais marcada: a variante de tendência menos geral, que é a forma do conjuntivo. O menor número de sílabas e a vogal precedente mais aberta favorecem a forma indicativa; o maior número de sílabas e a vogal precedente menos aberta favorecem a forma conjuntiva. A autora verificou outros fatores nesse grupo de regularidade dos verbos. Constaríamos nesse caso os verbos irregulares com oposição **menos marcada** entre as formas indicativas e conjuntiva do imperativo, como: *dá/dê, sai/saia, vai/vá, vem/venha, põe/ponha*. Na perspectiva da autora, esses verbos favorecem o imperativo indicativo. Por outro lado, nos verbos irregulares com oposição **mais marcada**, ou seja, maior diferença entre as formas variantes, como *faz/faça, diz/diga, sê/seja*, a tendência seria ocorrer preferencialmente o imperativo conjuntivo. A tabela a seguir sintetiza os dados apresentados.

Tabela 28: adaptada por Scherre: Efeito do tipo de paradigma verbal, do tipo de oposição entre a forma indicativa/ subjuntiva e do paralelismo fônico para verbos da 1ª conjugação no uso do imperativo na forma indicativa em contexto discursivo do pronome *você* - *Diálogos de histórias em quadrinhos da Turma da Mônica* publicadas em 1998 e 1999.

Fatores	Frequência ind. Peso Relativo
(1) Paradigma irregular oposição menos marcada - (dá/dê; vai/vá; sai/saia; vem/venha; põe/ponha)	73/94 78% 0,67
(2) Paradigma irregular - oposição mais marcada: (faz/faça; traz/traga; diz/diga; vê/veja; pede/peça; sê/seja)	14/51 27% 0,15
(3) Paradigma regular menos marcado - 1ª conjugação vogal precedente[-aberta] (manda/mande; conta/conte; tenta/tente; vira/vire; desculpa/desculpe)	134/255 53% 0,42
(4) Paradigma especial - 2ª e 3ª conjugações - oposição menos marcada: (corre/corra; segue/siga; sobe/suba)	22/39 56% 0,66
(5) Paradigma regular mais marcado - 2ª e 3ª conjugações (come/coma; abre/abra)	6/22 27% 0,36
(6) Paradigma regular menos marcado 1ª conjugação com vogal precedente [+aberta]: (fala/fale; olha/olhe; espera/espere)	73/94 78% 0,67

Em síntese, o imperativo indicativo é favorecido nos grupos regulares e irregulares menos marcados; o imperativo conjuntivo nos mais marcados e no grupo especial que abarca os verbos com abertura diferenciada da vogal anterior à final.

No trabalho de Silva (2017, p. 104), com base na proposta esboçada acima, os seus resultados obtidos não confirmaram por inteiro a hipótese de que verbos mais marcados favoreçam o imperativo de *você*, visto que as maiores frequências e pesos relativos dessa forma foram justamente nos subgrupos (2) e (3), respetivamente, *paradigma irregular com oposição mais marcada e paradigma regular menos marcado*. As frequências e pesos relativos foram de 53,7%/ .629 para o subgrupo 2 e 56%/ .555 para o subgrupo 3. Além disso, o imperativo conjuntivo não foi favorecido nas formas mais marcadas de verbos irregulares, apresentando, assim, peso relativo baixo de .365. Podemos observar no quadro sinótico a seguir o comportamento das formas verbais desse grupo, conforme as pesquisas de Scherre (2003, p. 8-10; 2004, p. 18).

A partir dos trabalhos apresentados, observamos os casos esboçados acima nas folhas de provas elaboradas por professora(s) angolana(o)s da escola já mencionada da província do Huambo. A tabela a seguir ilustra os resultados parciais obtidos com base na rodada multivariada do programa *GOLDVARB - X*. Na primeira coluna apresentamos os fatores do grupo, na segunda coluna, indica-se o número de ocorrências das formas imperativas - indicativas, na terceira coluna, o percentual de frequência e na última coluna, indicam-se os pesos relativos para cada fator postulado. É bom lembrar que os pesos relativos acima de .500 indicam favorecimento da regra de aplicação e os valores abaixo de .500 sinalizam o desfavorecimento do fator para a forma imperativa em questão. O valor de aplicação, como dissemos, foi a forma indicativa:

Tabela 29: Regularidade dos verbos: verificação parcial em provas com variação. Valor de aplicação: forma indicativa do imperativo.

Regularidade dos verbos	Indicativo Ocorrências	%	Peso relativo
(1) Paradigma regular menos marcado - 1ª. conjugação vogal precedente [+aberta] (fala/fale; olha/olhe; assinala/assinale)	30/59	50,8	.669
(2) Paradigma regular menos marcado - 1ª. conjugação vogal precedente [-aberta] (conta/conte; tenta/tente; determina/determine.)	18/27	66,7	.828
(3) Paradigma regular mais marcado - 2ª, 3ª conjugação (descreve/descreva; atende/atenda)	2/27	7,4	.142
(4) Paradigma regular de 2ª, 3ª conjugação, oposição menos marcado - (abre/abra)	2/7	28,6	.402
5) Paradigma irregular oposição menos marcada - (dá/dê; põe/ponha)	18/38	47,4	.723
6) Paradigma irregular, oposição mais marcada - (faz/faça; diz/diga; define/defina; corrige/corrija)	1/27	3,7	.072

Em termos de tendências, os resultados obtidos na produção escrita de Angola, no caso; nos enunciados de provas analisados, são semelhantes aos obtidos por Scherre (1998; 1999; 2000) para dados do discurso falado e escrito no português brasileiro. Como verificamos na tabela, os dois primeiros grupos (1 e 2) que reúnem os verbos regulares menos marcados de 1ª conjugação, seja com vogal precedente [+ abertas] ou [- aberta], favoreçam o imperativo - indicativo, visto que apresentaram pesos relativos acima de .500. O grupo (2) com vogal precedente [- aberta] apresentou-se como o contexto linguístico mais favorecedor da aplicação da regra. O percentual foi de 66,7% frequência com o peso relativo mais alto, .828. O grupo (1) com vogal precedente [+ aberta] teve 50,8% de frequência com o peso relativo menos alto do que o grupo (2), com .669. O outro fator que se mostrou favorecedor do imperativo - indicativo foi o grupo (5), dos paradigmas irregulares com oposição menos marcada. Neste caso, o percentual foi de 47, 4% e .723 de peso relativo.

No geral, os verbos regulares mais marcados de 2ª e 3ª conjugação (pertencentes aos grupos 3 e 4) desfavorecem o imperativo na forma indicativa. O grupo (6) (padrão irregular) com oposição mais marcada também se revelou desfavorecedor do imperativo na forma indicativa.

#### 4.1.3. Os efeitos dos fatores extralinguísticos

Para além do fator disciplina que foi selecionado como relevante, e, que será revelado a seguir ao grupo do género, embora não tenha sido selecionado como estatisticamente significativo pelo programa, o seu resultado poderá esclarecer a variação das formas verbais em análise.

##### 4.1.3.1. Género

O primeiro grupo de fatores extralinguísticos selecionado trata-se do género (masculino e feminino) dos(as) professores(as). O grupo levado em conta tem como respaldo a pesquisa

desenrolado por Silva (2017) que analisou o uso do imperativo associado à forma conjuntiva (*você*) e à forma indicativa (*tu*) no português brasileiro em cartas pessoais ao longo do século XX e XIX. A autora verificou, nos dados analisados, que não há diferenças significativas em relação ao peso relativo de imperativo entre as mulheres e os homens, mas sim um certo equilíbrio no uso desta ou daquela forma imperativa, apresentando um leve favorecimento da forma imperativa - conjuntiva nas cartas escritas por homens na ordem de 49,2% contra 48,2% para as cartas escritas por mulheres. Como um dos escopos deste trabalho é comparar com dados do português brasileiro, decidimos testar esse grupo, manifestando a intenção de observar quais dos gêneros favoreceriam mais o uso de uma ou outra forma imperativa nas folhas de provas. Importa referir que existem muito mais professoras na amostra da tabela número 15 do grau acadêmico dos professores, quer sem formação pedagógica quer com formação pedagógica, do que professores. Na análise feita com os dados da tabela 10, para rodada parcial em provas com variação, fica patente que a presença do gênero feminino não favoreceu categoricamente o uso do imperativo na forma conjuntiva em relação ao gênero masculino. A tabela a seguir apresenta os resultados do gênero nas provas com variação:

Tabela 30: Gênero: verificação parcial em provas com variação.

Gênero	Indicativo Ocorrências	%	Conjuntivo Ocorrências	%	Total
Masculino	26	31,7	56	68,3	82
Feminino	45	43,7	58	56,3	103

Na tabela 30, sobre os gêneros, importa ressaltar que houve uma diferença significativa no número de ocorrências do imperativo na forma indicativa por parte do gênero feminino em relação ao gênero masculino. Embora ocorra aqui o que vimos nos resultados das tabelas anteriores, ou seja, a maior frequência do imperativo na forma conjuntiva nos dois gêneros, os números parciais apresentam uma ligeira diferença relativamente à ocorrência do imperativo na forma indicativa com 45 na ordem de 43,7% nas folhas de provas elaboradas por professoras contra 26 ocorrências na ordem de 31,7% nas folhas de provas elaboradas por professores.

O resultado da amostra esboçada acima diz-nos que nem sempre o fator gênero (homem ou mulher) tem um papel preponderante na escolha das variantes imperativas. Os nossos dados estão mais de acordo com os resultados de Silva (2017) do que os de Tasca (2002, p. 46), que as mulheres tendem a usar mais o imperativo na forma conjuntiva que os homens pela sua «programação» natural. Portanto, os resultados do gênero feminino não são consistentes com a hipótese.

A primeira avaliação dos dados mostrou que alguns grupos de fatores são muito significativos para o favorecimento do imperativo na forma conjuntiva. Sendo assim, foi necessário considerar alguns grupos de fatores testados como, os nomes das disciplinas e a regularidade dos verbos, que serão abordados a seguir.

#### 4.1.3.2. Disciplinas

O outro grupo relevante selecionado pelo programa foi o das provas. Como não tivemos oportunidade de obter informações mais precisas sobre o perfil social dos docentes que formularam as provas, utilizamos a referência às disciplinas das provas em que os dados foram obtidos. Dos estudos feitos sobre o tema em análise, não verificamos até ao momento uma pesquisa relacionada com o género prova, para que pudéssemos levar em conta a comparação neste grupo.

A nossa hipótese inicial era a de que os professores de língua portuguesa apresentariam menor variação no uso das estratégias imperativas por conta de uma preocupação mais monitorada e normativa da disciplina em si. Assim, o uso do imperativo - conjuntivo predominaria nesta disciplina. Os professores das outras disciplinas, por sua vez, não teriam necessariamente um monitoramento linguístico tão forte e possivelmente empregariam formas vernáculas, no caso, o imperativo - indicativo na formulação dos enunciados de suas provas. Curiosamente, este grupo extralinguístico foi selecionado pelo programa *GOLDVARB - X* como favorecedor da regra variável.

Por se tratar de um único grupo não referenciado pelos pesquisadores esboçados acima e para explicitar o resultado do (des)favorecimento do mesmo, tendo em conta a especificidade da cadeira lecionada (língua portuguesa), numa tentativa de revelar dados que talvez ajudem para posteriores trabalhos de comparações em enunciados de provas, no sentido de verificar o comportamento das disciplinas. A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos:

Tabela 31: Disciplina: verificação parcial em provas com variação. Valor de aplicação: imperativo na forma indicativa.

Disciplinas	Indicativo Ocorrências	%	Peso relativo
Língua portuguesa	10/48	20,8	.311
Matemática	7/15	46,7	.644
História	20/31	64,5	.787
Biologia	6/15	40	.548
Empreendedorismo	9/33	27,3	.328
Geografia	13/28	46,4	.581
Metodologia de ensino	6/15	40	.508

Os resultados da tabela mostram que em todas as disciplinas houve variação nas estratégias para expressar o imperativo, mas identificou-se uma diferença de comportamento dos docentes de cada área como previsto em nossa hipótese inicial. Os docentes que elaboraram as provas de história tiveram os maiores pesos relativos para o emprego do indicativo, com .787. Em segundo lugar, estão os docentes de matemática que apresentaram peso relativo de .644. Em termos dos resultados gerais, seriam estas as disciplinas em que houve maior favorecimento para o uso do imperativo - indicativo. Com pesos relativos próximos da média de .500, estão os professores de geografia, com .581, de biologia, com .548 e de metodologia de ensino, com .508. A prova de empreendedorismo também teve baixos índices para o imperativo na forma indicativa. Como não podia deixar de ser, as provas da disciplina de língua

portuguesa apresentam menos favorecimento do imperativo na forma indicativa com peso relativo de .311. Em outros termos, houve mais favorecimento do imperativo na forma conjuntiva, por se tratar de professores com maior domínio do uso das duas estratégias linguísticas endereçadas ao aluno (inquerido), tendo em conta o carácter da disciplina, onde se planificam e ensinam conteúdos sobre a expressão do imperativo na forma indicativa e conjuntiva.

De uma forma geral, a análise de todos os dados esboçados acima permitem apresentar a seguinte súmula:

1) **Presença/ausência do mesmo paradigma:** forma isolada/ausência favoreceu a expressão do imperativo na forma conjuntiva com 57,4%; presença de pronome (seu/sua) ou desinência de 3ª pessoa desfavoreceu a expressão do imperativo na forma conjuntiva com 44,4%: «Dentro dos textos de seu domínio e incluindo os de património oral, diz a que classe está inserido este da sua prova?» (Prova de língua portuguesa da 10ª classe do I trimestre, 2017); «De acordo ao que aprendeu durante o trimestre (...), argumenta esta afirmação» (Prova de empreendedorismo da 10ª classe do II trimestre, 2017); «A palavra educação tem a sua origem no grego *educare* (...). Fala da sua importância.» (Prova de metodologia de ensino da 11ª classe do I trimestre, 2017); «Lê atentamente o texto e responde com satisfação as perguntas que te são colocadas. Na sua opinião, o que devia fazer a mulher antes e depois de sair da caserna?» (Prova de língua portuguesa da 10ª classe do II trimestre, 2017); presença de pronome (teu/tua) ou desinência verbal de 2ª pessoa desfavoreceu o uso do imperativo na forma indicativa com 35,3%; «O beija-flor ficou com medo? Justifique a tua resposta. A partir de palavras do texto (...), forme outras pelos seguintes processos (...).» (Prova de língua portuguesa da 10ª classe do I trimestre, 2017); «Passa para a tua folha de prova o primeiro parágrafo do texto (...)» (Prova de língua portuguesa da 11ª classe do II trimestre, 2017); «Lê atentamente a tua prova e responda com clareza as seguintes questões:» (Prova de empreendedorismo da 11ª classe do II trimestre, 2017); «Fale da importância dos recursos minerais para o desenvolvimento da tua província» (Prova de língua portuguesa da 10ª classe do II trimestre, 2017); «(...), escreva uma carta (...), argumentando sobre o teu futuro comportamento nas aulas de língua portuguesa» (Prova de língua portuguesa da 11ª classe do I trimestre, 2017); presença de marcas de 2ª pessoa fora do enunciado desfavoreceu a expressão do imperativo na forma indicativa com 11,8%; «O que entendes por pesquisa de mercado? Assinale com (v) as questões verdadeiras e com (f) as falsas» (Prova de empreendedorismo da 11ª classe do II trimestre, 2017); «Quais são os tipos de avaliação que aprendeste (...). Cite e explique três tipos de avaliação» (Prova de metodologia do ensino da 11ª classe do III trimestre, 2017); «O que dirias ao teu colega que faltou a aula (...). Faça um comentário da seguinte frase. Corrija se estiverem erradas (...)» (Prova de língua portuguesa da 11ª classe do I trimestre, 2017); «Em harmonia com o que aprendeste durante o trimestre, resolva os exercícios apresentados:» (Prova de matemática da 10ª classe do II trimestre, 2017); «Como caracterizas o texto da sua prova. Diga em que tempo se encontra a forma verbal do período anterior» (Prova de língua portuguesa da 10ª classe do II trimestre, 2017); presença de pronome oblíquo

de 1ª e 3ª pessoa favoreceu a expressão do imperativo na forma conjuntiva com 80%: «(...) , não se esqueça de achar as suas proporções» (Prova de biologia da 11ª classe do I trimestre, 2017); «Faça a escanção do 1º, 3º e 13º verso e classifique-os quanto ao número de sílabas métricas.» (Prova de língua portuguesa da 11ª classe do III trimestre, 2017); «Delimite as orações do período anterior e classifique-as. Passe-as para o pretérito-mais-que-perfeito.» (Prova de língua portuguesa da 10ª classe do II trimestre, 2017).

2) **Conjugação verbal:** os verbos de 1ª conjugação (ar) favoreceram levemente a expressão do imperativo na forma indicativa com 55%: «Assinala com (v) as questões verdadeiras e com (f) as falsas. Enumera três características do humanismo.» (Prova de história da 11ª classe do I trimestre, 2017); «Calcula pela definição os seguintes logaritmos. Dada a função  $Y = \log^3 X$ , determina» (Prova de matemática da 10ª classe do III trimestre, 2017); os de 2ª conjugação (er) desfavoreceram a expressão do imperativo na forma indicativa com 17,8%: «À luz do manancial teórico que estudou, responda as questões abaixo colocadas:» (Prova de língua portuguesa da 11ª classe do II trimestre, 2017); «Leia atentamente o texto e responda com clareza as questões abaixo descrita» (Prova de empreendedorismo da 10ª classe do I trimestre, 2017); «Resolva as seguintes equações:» (Prova de matemática da 11ª classe do II trimestre, 2017); Faça corresponder os elementos da coluna A com os elementos da coluna B» (Prova de biologia da 11ª classe do III trimestre, 2017); os de 3ª conjugação (ir) favoreceram a expressão do imperativo na forma conjuntiva com 75%: «Divida e classifique as orações do período anterior. Tendo em conta a norma, corrija as frases a seguir:» (Prova de língua portuguesa da 11ª classe do II trimestre, 2017); «Defina perfil transversal.» (Prova de geografia da 11ª classe do III trimestre, 2017).

3) **Número de sílabas:** os verbos de uma e duas sílabas (monossílabo e dissílabo) desfavoreceram, o primeiro levemente se tivermos em conta o número de ocorrências, a expressão do imperativo na forma indicativa com 40%; 23,4%: «(...) . Dê um título ao texto. Dê exemplos de cada um deles. Faça um comentário breve e sucinto» (Prova de língua portuguesa da 10ª classe do I trimestre, 2017); «Leia as questões abaixo para com clareza responder. Diga três papéis importantes das florestas no equilíbrio ambiental.» (Prova de geografia da 11ª classe do III trimestre, 2017); os verbos de três sílabas (trissílabos) favoreceram o uso do imperativo na forma conjuntiva com 62%: «Descreva os limites de Angola. Com base nos conceitos apreendidos durante a aula, defina rios» (Prova de geografia da 10ª classe do I trimestre, 2017); «Responda com clareza e objectividade as questões abaixo indicadas. Complete os seguintes espaços em branco» (Prova de história da 11ª classe do II trimestre, 2017); verbos de mais de três sílabas (polissílabos) desfavoreceram levemente a expressão do imperativo na forma conjuntiva com 46,8%: «Determina a que fuso pertence um lugar, cuja longitude é 60º E» (Prova de geografia da 11ª classe do III trimestre, 2017); «Assinala com f as afirmações falsas e com v as afirmações verdadeiras. (...). Argumenta esta afirmação.» (Prova de história da 11ª classe do II trimestre, 2017).

4) **Género:** o género masculino favoreceu levemente a expressão do imperativo na forma conjuntiva com 68,3%: «Cite e explique três princípios de avaliação. Sobre as tarefas de

avaliação assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.» (Prova de metodologia de ensino da 11ª classe do III trimestre, 2017); «Passa a frase abaixo para os tipos declarativo e interrogativo, forma passiva: (...). Tendo em conta as regras de acentuação gráfica, diga que palavras são as sublinhadas no texto. Classifique as palavras da tabela seguinte quanto à relação fonética e gráfica.» (Prova de língua portuguesa da 10ª classe do II trimestre, 2017); género feminino favoreceu o uso do imperativo na forma indicativa com 45 ocorrências contra 26: «Menciona os fatores que levaram ao desencadeamento da 2ª Guerra Mundial. Explica as duas fases da descolonização dos territórios ocupados pelos europeus.» (Prova de história da 11ª classe do III trimestre, 2017); «Assinala com F as afirmações falsas e com V as afirmações verdadeiras. Menciona as duas grandes correntes para explicar a origem e diversidade das espécies.» (Prova de biologia da 11ª classe do III trimestre, 2017)

5) **Disciplinas:** as provas aplicadas nas disciplinas de história, matemática, geografia, biologia e metodologia de ensino, favoreceram a expressão do imperativo na forma indicativa com .787; .644; .581; .548; .508; ao passo que as de língua portuguesa e empreendedorismo desfavoreceram-no: «Faça a análise sintáctica da primeira oração. Analise morfológicamente a última oração. Usando uma linguagem convincente, fale do valor da agricultura» (Prova de língua portuguesa da 11ª classe do III trimestre, 2017); «Leia atentamente e responda com clareza as questões abaixo descritas. Das afirmações abaixo passa para a folha de prova as correctas. Diga se são verdadeiras ou provas.» (Prova de empreendedorismo da 10ª classe do I trimestre, 2017).

6) **Regularidade dos verbos:** os paradigmas regulares menos marcados da 1ª conjugação com vogal precedente (+) e (-) aberta e o irregular com posição menos marcada favoreceram a expressão do imperativo na forma indicativa com pesos relativos de .669; .828; .723; os paradigmas regulares (+) e (-) marcados da 2ª e 3ª conjugação ao lado dos irregulares com oposição (+) e (-) marcadas desfavoreceram quase categoricamente a expressão do imperativo na forma indicativa com .142; .402; .072.

# Conclusão

Em jeito de conclusão, os resultados que chegamos a partir da análise da sociolinguística Laboviana (1972) com os dados da variação do imperativo na forma indicativa e conjuntiva foram significativos para a descrição do fenómeno ocorrido nos enunciados de provas da escola de Formação de Professores *Ferraz Bomboco*. A frequência dos resultados globais das formas variante do imperativo na nossa amostra foi bastante desequilibrada, com 80,4% da forma referente ao conjuntivo e 19,6% ao indicativo. Apesar de os índices para o indicativo não ultrapassarem os 20% de frequência, coube-nos procurar compreender que fatores determinaram tal variação nesta amostra de provas de diferentes professores bacharéis, licenciados e mestres. Em função desses resultados globais, algumas questões precisaram ser respondidas:

1) Por que houve variação na expressão do imperativo em textos de um mesmo género de escrita, no caso, em provas que seriam, em princípio, um texto mais formal e monitorado?

2) Como se deu tal variação? Houve professores que apenas utilizaram o conjuntivo e outros que empregaram o indicativo nos enunciados das provas para marcar maior proximidade ou distanciamento no tratamento com os alunos?

3) Houve variação das duas formas (conjuntivas e indicativas) em uma mesma prova?

4) Que fatores linguísticos e extralinguísticos favorecem o uso de cada uma das formas variantes na expressão do imperativo?

5) Os contextos favorecedores para o uso das formas variantes identificados por Scherre *et alii*. (1996, 2000-207) para o português brasileiro são os mesmos que favorecem a variação do imperativo na forma conjuntiva e indicativa no nosso *corpus* de provas de professores(as) angolanos(as)?

Para responder a segunda e terceira questão, controlamos os dados, tendo em vista a presença ou não de mistura das formas imperativas em uma mesma prova. No controle deste grupo foram observados três fatores. O primeiro deles previa o uso exclusivo do conjuntivo em toda a prova. O segundo, por outro lado, pressupunha o emprego apenas do chamado imperativo indicativo. Por fim, consideramos as provas que apresentavam a mistura das duas estratégias imperativas: conjuntiva e indicativa. Os resultados ditaram que, o conjuntivo foi a estratégia predominante no *corpus*, quer seja como a única forma presente nas provas com 177 ocorrências, quer seja como forma variante em relação ao indicativo com 114 ocorrências. Neste último caso ou, em outras palavras, neste grupo de provas que apresentaram variação, o conjuntivo também prevaleceu: identificaram-se 114 ocorrências do conjuntivo (61,6%) contra 71 do indicativo (38,4%) nas provas que denominamos, aqui, de mistas. Os 9 dados da forma indicativa, como única estratégia do imperativo empregue, ocorreu em apenas uma prova de língua portuguesa (L2) do II trimestre aplicada à 11ª classe no período da tarde no curso de geo-história.

Para responder a quarta questão, analisámos apenas os dados extraídos de provas que apresentaram coexistência das duas estratégias imperativas a partir de resultados parciais olhando para o fator linguístico (presença/ausência de formas do mesmo paradigma, conjugação verbal, número de sílabas, regularidade dos verbos) e o fator extralinguístico (género e disciplina). Em relação aos fatores, foi observado que: **presença/ausência do mesmo paradigma**; forma isolada/ausência favoreceu a expressão do imperativo na forma conjuntiva com 57,4%; presença de pronome (seu) ou desinência de 3ª pessoa desfavoreceu a expressão do imperativo na forma conjuntiva com 44,4%; presença de pronome (teu) ou desinência verbal de 2ª pessoa desfavoreceu o uso do imperativo na forma indicativa com 35,3%; presença de marcas de 2ª pessoa fora do enunciado desfavoreceu a expressão do imperativo na forma indicativa com 11,8%; presença de pronome oblíquo de 1ª e 3ª pessoa favoreceu a expressão do imperativo na forma conjuntiva com 80%: **conjugação verbal**: os verbos de 1ª conjugação (ar) favoreceram levemente a expressão do imperativo na forma indicativa com 55%; os de 2ª conjugação (er) desfavoreceram a expressão do imperativo na forma indicativa com 17,8%; os de 3ª conjugação (ir) favoreceram a expressão do imperativo na forma conjuntiva com 75%: **número de sílabas**: os verbos de uma e duas sílabas (monossílabo e dissílabo) desfavoreceram, o primeiro levemente se tivermos em conta o número de ocorrências, a expressão do imperativo na forma indicativa com 40%; 23,4%; verbos de três sílabas (trissílabos) favoreceram o uso do imperativo na forma conjuntiva com 62%; verbos de mais de três sílabas (polissílabos) desfavoreceram levemente a expressão do imperativo na forma na forma conjuntiva com 46,8%: **regularidade dos verbos**: os paradigmas regulares menos marcados da 1ª conjugação com vogal precedente (+) e (-) aberta e o irregular com posição menos marcada favoreceram a expressão do imperativo na forma indicativa com pesos relativos de .669; .828; .723; os paradigmas regulares (+) e (-) marcados da 2ª e 3ª conjugação ao lado dos irregulares com oposição (+) e (-) marcadas desfavoreceram quase categoricamente a expressão do imperativo na forma indicativa com .142; .402; .072: **género**: o género masculino favoreceu levemente a expressão do imperativo na forma conjuntiva com 68,3%; género feminino favoreceu o uso do imperativo na forma indicativa com 45 ocorrências contra 26: **disciplinas**: as provas aplicadas nas disciplinas de história, matemática, geografia, biologia e metodologia de ensino, favoreceram a expressão do imperativo na forma indicativa com .787; .644; .581; .548; .508; ao passo que as de língua portuguesa e empreendedorismo desfavoreceram-no.

No geral, a guisa de resposta da última e da primeira questão, pode depreender-se, pelos resultados deste trabalho de investigação, que a variação do imperativo na forma indicativa e conjuntiva parecem confirmar, em relação ao contexto angolano, concretamente nos textos monitorados, isto é, em enunciados de provas produzidos por professores angolanos, no caso da escola já mencionada, da província do Huambo, que os professores adotam a forma vernácula, resultando assim na similaridade das ocorrências desse fenómeno linguístico com o português brasileiro, corroborando, em alguns aspetos, com os postulados formulados por Sherre *et alii* (1996-2007). Haja vista que a explicitação no que diz respeito a determinados fenómenos de variação e mudança linguística não se resumem simplesmente nas análises e

interpretações de fatores linguísticos, mas também no olhar atento a determinados comportamentos extralinguísticos, que se vão revelando importantes para a descrição e compreensão dos dados mensurados para melhor compreensão do fenómeno em estudo<sup>94</sup>. Esse facto por si só tem levado a Sociolinguística para novos rumos, na tentativa de melhor explicar o funcionamento da língua e do processo de variação em curso.

Em considerações finais, os resultados confirmaram a hipótese prevista do maior uso do imperativo na forma conjuntiva nos enunciados das provas analisadas por ser tal variante a estratégia imperativa mais formal associada a *você/o senhor* e outras formas tratamentais conforme descreve a tradição gramatical. Além disso, o conjuntivo predominou nas provas de língua portuguesa, o que reitera nossa hipótese de seu uso estar ainda associado a contextos de escrita mais monitorados e distantes. Este singelo trabalho descritivo-comparativo no que tange a variação do imperativo na forma indicativa e conjuntiva é, na verdade, o a quo de uma investigação que será realizada em Angola e no contexto angolano com maior número de dados. Quiçá as próximas análises consigam espelhar mais detalhes acerca do assunto.

---

<sup>94</sup> Cf. Labov, 2008, p. 126.

# Referências bibliográficas

- ADRIANO, Paulino Soma, *Tratamento Morfosintático de Expressões e Estruturas Frásicas do Português em Angola: Divergências em Relação à Norma Europeia*, Tese de doutoramento, Évora, Universidade de Évora, 2014.
- AGUALUSA, José Eduardo, *A Conjura*. 2ª ed., Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- AITCHILSON, Jean, *Introdução aos Estudos Linguísticos*. [trad. e adapt. de António H. Branco], 1.ª ed., Portugal: Europa-América, 1993.
- ALMEIDA, José Carlos de, *Ensaboado e Enxaguado; Língua Portuguesa e Etiqueta*, 1.ª ed., Luanda: Barbosa e Filho, 2011.
- AMARAL, Sílvia, *O Impacto da Universidade do Huambo no Desenvolvimento do Planalto Central de Angola*. Tese de mestrado em Gestão Pública, Açores, Universidade dos Açores, 2004.
- AMENDRA, Maria Ana; FIGUEIREDO, José Nunes, *Compêndio de Gramática Latina*, 1ª ed., Lisboa: Porto Editora, 1997.
- ANDRADE, C. Q.; MELO, F. G. de; SCHERRE, Maria M. Pereira, *História e Variação Lingüística: Um Estudo em Tempo Real do Imperativo Gramatical em Revistas em Quadrinhos da Turma da Mônica*. *Jornal Finos Leitores*, 2007.
- AQUINO, Renato, *Gramática Objetiva da Língua Portuguesa*, 5.ª ed., Rio de Janeiro, 7.ª Reimp.: Elsevier editora Ltda, 2010.
- AZEREDO, M. Olga; PINTO, M. Isabel Freitas M.; LOPES, M. Carmo Azeredo, *Da Comunicação à Expressão-Gramática Prática de Português: Língua Portuguesa. 3º Ciclo de Ensino Básico e Ensino Secundário*, 1.ªed., Lisboa: Raiz, 2012.
- BARBOSA, Astrid Franco, *Alternância de Formas Indicativas e Subjuntivas na Fala de Vitória (ES)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Letras 2013.
- BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela, *Frases Imperativas*, in: Maria Helena Mira Mateus et alii (Orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed., Lisboa: Editorial Caminhos, pp. 449-460, 2003.
- CARDOSO, Miguel Esteves, *Confiança*, in: *A causa das coisas*, Lisboa: Assírio & Alvim, 7.ª ed., (S.d).
- CAUSSE-CATHCART, Mercedes, *Mi Vida, Mi Amor, Mi Corazón... Formas de Tratamento en el Habla de la Ciudad de Santiago de Cuba*, in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro - Brasil: Editora da UFF, 2011.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, 1ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.
- CHICUNA, Alexandre Mavungo, *Portuguesismos nas Línguas Bantu: Para um Dicionário Português - Kiyombe*, 2ª ed., Lisboa: Edições Colibri, 2015.

- CINTRA, F. Lindley, *Sobre Formas de Tratamento na Língua Portuguesa*, 1.ªed., Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- CINTRÃO, Heloisa Pezza, *Pensando as Formas de Tratamento a partir da Semiótica e a Semiótica a partir das Formas de Tratamento*, in: COUTO, Leticia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro - Brasil: Editora da UFF, 2011.
- CIPRIANO, Sony Kambol, *O Surgimento da Crise de Identidade Linguística*, 1ª ed., Luanda, 2004.
- COELHO, Izete L., GÖRSKI, Edair Maria, *A Variação no Uso dos Pronomes Tu e Você em Santa Catarina*, in: COUTO, Leticia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro - Brasil: Editora da UFF, 2011.
- COLL, Magdalena, *Las Formas de Tratamiento Nominales Usadas por y para la Población de Origen Africano en Montevideo en los Siglos XVIII y XIX*, in: COUTO, Leticia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro - Brasil: Editora da UFF, 2011.
- CONCEIÇÃO, Adriana Angelita, MARCOTULIO, Leonardo Lennertz, *História e Linguagem: Um Diálogo sobre o Tratamento Nominal na Prática Epistolar Luso-Brasileira Setecentista*, in: COUTO, Leticia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro - Brasil: Editora da UFF, 2011.
- COSTA, Teresa M. C. José, *Umbundismos no Português de Angola: Proposta de um Dicionário de Umbundismos*, Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2015.
- COUTO, Leticia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro - Brasil: Editora da UFF, 2011.
- CUNHA, Celso, CINTRA, F. Lindley, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 4ª, 21.ª edição, Lisboa: Edições Sá Costa, 2008, 2014.
- DIAS, Helena Bárbara M., *Exercícios e Notas Gramaticais: Curso Básico de Português -- Língua estrangeira*, 4.ª ed., Lisboa: Colibri-Antes gráficas, 2010.
- Dicionário de Latim- Português*, 2.ª edição, Porto: Porto editora, 2001.
- Dicionário de Português- Espanhol*, Porto: Porto editora, 2000.
- ESTRELA, Edite; SOARES, Maria Almira; LEITÃO, Maria José, *Saber Escrever, Saber Falar*, 13.ª ed., Lisboa: Dom Quixote, 2013.
- EVANGELISTA, Elaine Meireles, *Fala, Vitória! - A Variação do Imperativo na Cidade de Vitória/ES e Sua Posição no Cenário Nacional*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Letras, 2010.
- FARIA, Isabel Hub; PEDRO, Emília Ribeiro; DUARTE, Inês & GOVEIA, Carlos A. M. Orgs., *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, 2.ªed., Lisboa: Editorial-Caminho SA, 1996.

FERNADES, João e NTONDO, Zavoni, *Angola: Povos e Línguas*, 1ª ed., Luanda: Editorial Nzila, 2002.

*Gramática Moderna da Língua Portuguesa*, 1ª ed., Lisboa: Editora Escolar, 2010.

INE, *Resultados Definitivos. Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola - 2014. Província do Huambo*, 1ª ed., Luanda, 2016.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine, *Modelo de variações intraculturais e interculturais: As formas de tratamento nominais em Francês* [trad.: Fernando A. Almeida e Letícia R. Couto], in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro - Brasil: Editora da UFF, 2011.

LABOV, William, *Padrões Sociolinguísticos* [trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso], 1ª ed., São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAPA, M. Rodrigues, *Fórmulas de Modéstia, de Magestade e de Cortesia: in Estatística da Língua Portuguesa*, 11.ª ed., Coimbra: Coimbra editora, 1984.

LOPES, Célia R. dos Santos, MARCOTULIO, Leonardo L., RUMEU, Márcia C. de Brito, *O Tratamento em Bilhetes Amorosos no Início do Século XX*, in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro - Brasil: Editora da UFF, 2011.

LOUREIRO, Marlene Vasques, *A Língua da Mulher em Relação à do Homem, de João da Silva Correia (1927)*, 1ª ed., Covilhã: UBI LETRAS 02, 2008.

LUCHESSI, Dante, *Norma Lingüística e Realidade Social*, in: BAGNO, Marcos (Orgs.), *Lingüística da Norma*, 1ª ed., São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 2002.

MARÇALO, Maria João Broa Martins, *Introdução à Linguística Funcional*, 1ª ed., Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

MARQUES, Rui, *O Modo Conjuntivo*, in: Ana Maria Martins, Ernestina Carrilho (Eds.), *Manual de Linguística Portuguesa*, vol. 16, Boston, 610-635, 2016.

MIGUEL, Maria Helena, *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*, 1.ª ed., Luanda: Mayamba Editora, 2014.

MIGUEL, Maria Helena; ALVES, Maria Antónia, *Convergências: Manual Universitário*, 1.ª ed., Luanda: Nzila, 2007.

MINGAS, Amélia A., *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, 2ª ed., Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2007.

MÓIA, Telmo; ALVES, Ana Teresa, *Fatores Linguísticos que Intervêm na Formação das Propriedades Aspetuais*, in: Eduardo B. Paiva Raposo et alii (Orgs.), *Gramática do Português*, vol. 1, 1ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 604-669, 2013.

MONTEIRO, José Lemos, *1944- Para Compreender LABOV*, 1ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira, *Garimpo das origens do português brasileiro*, 1ª ed., São Paulo: Parábola Editora, 2007.

NEVES, Maria Amélia Correia, *Semiótica Linguística e Hermenêutica do Texto Jurídico*, 1ª ed., Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

NORTON, José, *Norton de Matos: Biografia*, 2ª ed., Lisboa: Editora Marta Ramires, 2016.

OLIVEIRA, Fátima, *O Modo Imperativo*, in: Maria Helena Mira Mateus et alii (Orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed., Lisboa: Editorial Caminhos, pp. 254-272, 2003.

OLIVEIRA, Fátima, *Tempos do Conjuntivo*, in: Eduardo B. Paiva Raposo et alii (Orgs.), *Gramática do Português*, vol. 1, 1ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 533-544, 2013.

OROZCO, Leonor, *Análisis Sociolingüístico de las Formas Nominales de Tratamiento: Datos de la Ciudad de Guadalajara en Jalisco, México*, in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro - Brasil: Editora da UFF, 2011.

PENAGOS, Luis, *Gramática Latina*, 1ª ed., Espanha: Editorial Sal Terrae, 1973.

PINTO, José Manuel de Castro; LOPES, Maria do Ceu Vieira, *Gramática do Português Moderno*, 14.ªed., Lisboa: Plátano editora, 2014.

Quissindo, I. A. Belmiro, *Avaliação da vegetação arbórea nas principais ruas da cidade do Huambo*, monografia nº 011/2014, Huambo: Faculdade de Ciências Agrárias, 2015.

RAMIREZ, Diego Jiquilin, POZZANI, Denise, *Formas de Tratamento do Espanhol Paraguai: Um Caso de Híbridismo Lexical nas Formas Nominais*, in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, 1ª ed., Rio de Janeiro - Brasil: Editora da UFF, 2011.

RAMOS, Jânia Martins, *Tratamenti na Díade Pai e Filho: O Uso de Você e Senhor*, in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, 1ª ed., Rio de Janeiro - Brasil: Editora da UFF, 2011.

RIGATUSO, Elizabeth M., *De Vos, de Tú, de Usted? Gramática y Variación: Hacia una Reinterpretación de los Pronombres de Tratamiento en el Español Bonaerense*, in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, 1ª ed., Rio de Janeiro - Brasil: Editora da UFF, 2011.

SANTOS, Maria J. de Almeida, *Os Usos do Conjuntivo em Língua Portuguesa: uma Proposta de Análise Sintática e Semântica-Pragmática*, 1ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SCHERRE, Maria M. P. et alii, *Restrições Sintáticas e Fonológicas na Expressão Variável do Imperativo no Português do Brasil*. II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico. Florianópolis, Taciro - Produção de Cds Multimídia, 2000, pp.1333-1347.

-----, *A Norma do Imperativo e o Imperativo da Norma: Uma reflexão Sociolinguística sobre o Conceito de Erro*, in: BAGNO, Marcos (Orgs.), *Linguística da Norma*, 1ª ed., São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 2002.

-----, *Aspetos Sincrônicos e Diacrônicos do Imperativo Gramatical no Português Brasileiro*. Alfa, São Paulo, 2007, 51 (1): pp. 189-222.

-----, *Norma e Uso na Expressão do Imperativo em Revistas em Quadrinhos da Turma da Mônica*. In: SILVA, Denize E. Garcia, LARA, G. M. Proença e MAGAZZO, Maria Adélia (orgs.) *Estudos de Linguagem - Inter-relações e Perspetivas*, 1ª ed., Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, pp. 177-191.

-----, *O Imperativo Gramatical no Português Brasileiro: Reflexo de Mudança Lingüística na Escrita de Revistas em Quadrinhos*, in: TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolinguística*, 7ª ed., São Paulo: Ática, 2001.

-----, *Norma e Uso - O Imperativo no Português Brasileiro*, in: DIETRICH, Wolf e NOLL, Volker (Orgs.) *O Português do Brasil - Perspectivas da Pesquisa Atual. Lingüística Luso Brasileira*, Vervuert / Iberoamericana, 2004, pp.231-260.

-----, *O Imperativo Gramatical no Português Brasileiro: Reflexão de Mudança Lingüística na Escrita de Revistas em Quadrinhos*. A sair em livro organizado por Sebastião Josué Votre e Cláudia Roncarati. Livro em Homenagem a Anthony Julius Naro, 2006.

-----, DAISY B. B. Cardoso; MARCUS Vinicius da Silva L., *O Imperativo Gramatical no Português Brasileiro - Uma Discussão Translingüística*, in: Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN., Brasília: Publicação eletrônica: www.abralin.org, 2005, vol. 1, pp. 505-509.

SILVA, Ana Pita G. Martins, *Lexicografia Bilingue de Especialidade: E-Dicionário Português-Kimbundu no Domínio da Saúde*, Tese de doutoramento em Linguística, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2015.

SILVA, Érica Nascimento, *Formas Imperativas de Segunda Pessoa no Português Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2017.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira, *Padrões Sociolinguísticos: Análise de Fenómenos Variáveis do Português Falado na Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Linguística e Filologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, Jaime Ferreira; OSÓRIO, Paulo, *Introdução à História da Língua Portuguesa. Dos Fatores Externos à Dinâmica do Sistema Lingüístico*, Chamusca: Edições Cosmos, 2008.

SILVA, Luiz Antônio, *O Senhor y Você. Formas de Tratamiento, Cortesía y Diversidad Cultural*, in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, 1ª ed., Rio de Janeiro - Brasil: Editora da UFF, 2011.

SILVA, Vera Lúcia Paredes, *Notícias Recentes da Presença do Pronome Tu no Quadro de Pronomes no Português Falado no Rio de Janeiro*, in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, 1ª ed., Rio de Janeiro - Brasil: Editora da UFF, 2011.

SOUZA, Constância M. Borges, *A Concordância Verbal na Fala de Salvador: Duas Realidades Sociolinguísticas*, Salvador, Tese de doutoramento, Brasília, Universidade Federal de Brasília, Instituto de Letras, 2009.

TASCA, Maria, *Interferência da Língua Falada na Escrita das Séries Iniciais: o Papel de Fatores Linguísticos e Sociais*, 1ª ed., Porto, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

VILLALVA, A., *Morfologia do Português*, 1ª ed., Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

WILHELM, Eberhard Axel, *Pronomes de Distância do Português Actual em Portugal e no Brasil*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1979.

ZAU, Domingos G. Dele, *A Língua Portuguesa em Angola. Um Contributo para o Estudo da Sua Nacionalização*, Tese de doutoramento, Covilhã, Universidade da Beira Interior, Faculdade de Letras, 2011.

Webgrafia

www//htt.pronomes de tratamento. Acesso disponível aos 09 de Abril de 2017 pelas 9h:25min

<https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=zkIL1ieD&id=D67CC4F4D18028EE0ED5EDF248440CB7E20D68E2&thid=OIP.zkIL1ieDn3g7Y8sLNnUu6wHalZ&q=mapa+de+angola+actualizado&simid=608035103597068430&selectedIndex=49&ajaxhist=0>.

# Anexos 1

Enunciados de provas analisadas



República de Angola  
Ministério da Educação  
Escola de Magistério "Ferraz Bomboko" Huambo  
Prova do Professor de Metodologia de Ensino

III Trimestre - 90 min

Opção: H / G 2017

Classe: 11ª

Período: Tarde

A avaliação é a tarefa importante, permanente e necessária ao trabalho docente, devendo acompanhar passo a passo o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

- 1- Define avaliação segundo Beeby?
- 2- Quais são os tipos de avaliação que aprendeste e em que ciclo de aprendizagem se aplicam cada uma delas ?
- 3-Cite e explique três princípios da avaliação?
- 4-Sobre as tarefas da avaliação assinala com V as verdadeiras e com F as falsas
  - a) A verificação: recolha de dados sobre o aperfeiçoamento dos alunos , através de provas , exercícios e tarefas ou meios auxiliares como a observação F
  - b) A qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objectivos e métodos conforme o caso particular e a atribuição de notas V
  - c) A apreciação qualitativa: avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-se aos padrões de desempenho esperados V
- 5- Como futuro professor que importância tem a avaliação no processo de ensino-aprendizagem

**EXITOS**



República de Angola

Ministério da Educação

Escola de Magistério "Ferraz Bomboko" Huambo

Prova do Professor de Metodologia de Ensino

II Trimestre - 90 min

Opção: H / G- 2017

Classe: 11ª

Período: Tarde

O estudo da Metodologia é importante porque proporciona conhecimentos para o ensino de várias disciplinas, tendo a aula como forma básica de organização desse processo

- 1- Define lição?
- 2- De que origem é a palavra aula e como podemos defini-la ?
- 3- Como está estruturada uma aula e explica uma das etapas?
- 4- Assinale com V as verdadeiras e com F as falsas
  - a) O trabalho em grupo- manifesta-se quando o professor separa os alunos da turma em pequenos grupos , e as tarefas devem ser iguais para todos F
  - b) O trabalho frontal é uma forma de organizar a aula com carácter pouco económico , pois presuppõe uma busca e solução colectiva à tarefa formulada F
  - c) As aulas combinadas ou mistas são aquelas que se desenvolvem com mais frequência e nelas combinam-se todas as funções didácticas V
  - d) O que determina a qualidade da aula é a existência de um tempo fixo para duração da aula V
  - e) Cada aula constitui uma unidade de conhecimentos , que tem um desenvolvimento e um fim V

5- Preenche o quadro dos níveis da Taxonomia segundo Bloom:

Nível-da Taxonomia	Objectivo Geral	Objectivo Especifico	Exemplos de Conteúdo
Compreensão	<i>Compreender</i>	<i>Definir o significado</i>	Significado, Métodos Definições, Relações
	Conhecer	<i>explicar a aplicação</i>	Generalizações, Ocorrências Princípios, Procedimentos

- 3- Comenta a seguinte afirmação ,o PLANO de AULA é o guião nas mãos do professor.

ÊXITOS



República de Angola  
Ministério da Educação

Escola de Magistério "Ferraz Bomboko" Huambo  
Prova do Professor de Metodologia de Ensino

III Trimestre - 90 min

Opção: H / G 2017

Classe: 11ª

Período: Tarde

A avaliação é a tarefa importante, permanente e necessária ao trabalho docente, devendo acompanhar passo a passo o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

- 1- Define avaliação segundo Beeby?
- 2- Quais são os tipos de avaliação que aprendeste e em que ciclo de aprendizagem se aplicam cada uma delas ?
- 3-Cite e explique três princípios da avaliação?
- 4-Sobre as tarefas da avaliação assinale com V as verdadeiras e com F as falsas
  - a) A verificação: recolha de dados sobre o aperfeiçoamento dos alunos , através de provas , exercícios e tarefas ou meios auxiliares como a observação F
  - b) A qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objectivos e métodos conforme o caso particular e a atribuição de notas V
  - c) A apreciação qualitativa: avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-se aos padrões de desempenho esperados V
- 5- Como futuro professor que importância tem a avaliação no processo de ensino-aprendizagem

**EXITOS**



República de Angola  
Ministério da Educação  
Escola de Magistério "Ferraz Bomboco" Huambo

PROVA DE ESCOLA \_ GEOGRAFIA

Período: Tarde; Classe: 11ª H.G; Duração: 90 min. Data: 23/11/2017

S – A

Durante o ano lectivo, o caro aluno aprendeu vários conhecimentos geográficos referentes ao nosso país.

Analise, compreenda as questões abaixo para com clareza responder.

- 1- Angola localiza-se no continente africano, a Sul do Equador e a Este do meridiano de Greenwich.
  - a) Descreva os limites de Angola.
- 2- As características do relevo reflectem-se em certas características dos rios angolanos.
  - a) Destaca duas características dos rios angolanos.
  - b) Defina perfil transversal.
- 3- Assinala com V as afirmações verdadeiras e F as falsas.
  - a) A zona planáltica ocupa grande parte do território nacional, e está incluída nesta zona a baixa de Cassange, que é uma grande depressão relativa.
  - b) O rio Kuando nasce na parte ocidental da província de Moxico e desagua no rio Zambeze.
  - c) O clima tropical seco estende-se por quase todo território nacional, excepto no litoral centro e sul e na fronteira sul
- 4- Diga três papéis importantes das florestas no equilíbrio ambiental.

**II – Problema**

- 1- Determina a que fuso pertence um lugar, cuja longitude é 60° E.

**ÊXITOS!**



República de Angola  
Ministério da Educação  
Escola de Magistério "Ferraz Bomboco" Huambo  
PROVA DE ESCOLA \_ GEOGRAFIA

Período: Tarde; Classe: 11ª H.G; Duração: 90 min. Data: 23/11/2017

S - B

Durante o ano lectivo, o caro aluno aprendeu vários conhecimentos geográficos referentes ao nosso país.

Analise, compreenda as questões abaixo para com clareza responde-las.

- 1- Angola localiza-se no continente africano, a Sul do Equador e a Este do meridiano de Greenwich.
  - a) Descreva as coordenadas geográficas extremas de Angola.
- 2- As características do relevo reflectem-se em certas características dos rios angolanos.
  - a) Destaca duas características dos rios angolanos.
  - b) Defina perfil longitudinal.
- 3- Assinala com **V** as afirmações verdadeiras e **F** as falsas.
  - a) O rio Cunene é um dos maiores rios angolano, mas de caudal pouco variável.
  - b) Os fenómenos meteorológicos ocorridos num instante ou num dia são relativos ao Clima.
  - c) A formação do carvão mineral ocorre no interior das bacias sedimentares da Terra.
- 4- Explique três papéis das florestas no equilíbrio ambiental.

## II - Problema

- 1- Quando em Angola são 4 horas verdadeiras, que horas são, ao mesmo tempo, num lugar do fuso 8?

**ÊXITOS.**

O Coordenador de Disciplina

Q Coordenador de Curso

A Subdirectora Pedagógica



República de Angola  
Ministério da Educação  
Escola de Magistério «Ferraz Bomboco Huambo»

## Prova de Escola de História

Ano Lectivo 2017  
Duração: 90min  
Data: 21/11/2017

10ª Classe  
Período Manhã

### Prova Final de História

Atendendo aos conteúdos adquiridos ao longo do ano Lectivo, prova os seus conhecimentos respondendo com clareza e objectividade as questões abaixo indicadas;

I  
1-Sobre a História enquanto ciência fala:

- Da sua definição.
  - Objecto de estudo.
- 2-Explica por que a África é considerada como berço da humanidade.  
3-Direferencia civilizações fluviais das civilizações mediterrânicas.

II

4-Assinala com um (V) as afirmações verdadeiras e com um (F) as afirmações falsas.

- A difusão da metalurgia e do ferro na África a sul do equador esteve intimamente ligada as migrações Bantu \_\_\_\_\_
- Antes de ser agricultor, o homem praticava a recolecção de grãos, plantas e frutas \_\_\_\_\_
- Nos países de tradição crista, utiliza-se o nascimento de Cristo para localizar e medir o tempo \_\_\_\_\_
- O homem actual apareceu na era terciária, segundo as fases do processo de hominização \_\_\_\_\_
- O nome completo do actual presidente da república de Angola é João Lourenço e tomou posse no dia 26 de Setembro de 2017 em Luanda \_\_\_\_\_

III

5-Faça correspondência entre os elementos da coluna A com os da coluna B

A

- Politeísta,
- Fontes históricas,
- Democracia
- O primeiro Estado a ser formado  
Na costa ocidental de África

B

- Reino do Congo
- Grécia
- Religião
- Vestígios deixados pelos homens nos  
locais onde viviam

6- Fala sobre o dia 11 de Novembro de 1975 (10 alíneas no máximo).

**Bom Trabalho**



República de Angola  
Governo da Província do Huambo  
Escola de Magistério "Ferraz Bomboco do Huambo"  
= Huambo =  
**Prova do Professor de História**

Classe: 10ª  
Ano Lectivo: 2017  
II – Trimestre

Duração: 90min  
Opção: P/M  
Data: 08/08/2017

**Responda com clareza e exactidão as questões que se seguem:**

1. Em que contexto se deu a chamada «partilha europeia de África»?
  - a) Quais as potências em disputa?
  - b) Quem dirigiu a reunião?
  - c) Enumera três deliberações da mesma reunião.
2. Descreve os mecanismos de penetração para a ocupação dos territórios africanos.
  - a) Explica o primeiro.
3. Assinale com V as afirmações verdadeiras e com F as afirmações falsas.
  - a) As potências imperialistas procuraram administrar suas colónias de modo assegurar o aproveitamento máximo de suas riquezas.
  - b) A expansão europeia só foi possível devido o aperfeiçoamento da técnica e da ciência.
  - c) Serpa Pinto e Roberto Ivans Brito fizeram viagens para interior africano.
4. Aponta as causas da segunda Guerra Mundial.
5. Davidson apresenta várias formas de resistência contra a presença colonial em África. Quais são?

**Boa sorte**



República de Angola  
Ministério da Educação  
Escola de Magistério «Ferraz Bomboco Huambo»

**Prova de Escola de História**

Período Tarde, Classe 11ª, Opção H/G, Duração 90 min, Data 21/11/2017.

Atendendo aos conteúdos adquiridos ao longo do ano, prove os seus conhecimentos respondendo com clareza e objectividade as questões abaixo indicadas.

I

1-A Expansão marítima europeia não foi um fenómeno de mero acaso. Na sua origem podemos encontrar factores.

- a) -Quais são os factores que contribuíram para a expansão europeia?  
3-Explica as principais rotas comerciais.  
4-Que consequências trouxe a expansão europeia?

II

5-Assinala com V as afirmações verdadeiras e com F as falsas:

- a)-Em 1515 foi ordenado o primeiro carregamento de escravos na América F  
b)-Toussaint-Louvert dirigiu uma das maiores revoltas de escravos que a história colonial conheceu em 1802 F  
c)- b)-O Nome completo do actual presidente da Republica de Angola é João Lourenço e tomou posse no dia 26 de Setembro de 2017 na praça da Republica em Luanda F  
d)- A cidade de Mbanza Congo foi elevada pela UNESCO a património histórico da humanidade em Maio de 2017 F  
e)-As sociedades africanas não afectadas pelo tráfico e pela presença europeia são Ruanda e Africa V

III

6-Faça correspondência entre os elementos da coluna A com os da coluna B

- | A   | B                   |
|---|---------------------|
| 1)- Renascimento                                | a) 1961             |
| 2)- Início da luta para independência de Angola | b) 1492             |
| 3)- Cristóvão Colombo descobre América          | c) 2004             |
| 4)- Memorando de entendimento do Luena          | d) Nova mentalidade |
|   | e)- 1776            |

7-Fala sobre o dia 11 de Novembro de 1975. (15 alíneas no máximo).

Bom trabalho



REPÚBLICA DE ANGOLA

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES "FERRAZ BOMBOCO"**  
**HUAMBO**

**Prova do Professor de História**

Duração: **90min.**

Classe: **11.ª**

Data: **25 / 04 / 2017**

Ano Lectivo: **2017**

Opções: **H/G**

Série **Única**

Responda com clareza e precisão as perguntas que se seguem:

A expansão marítima europeia não foi um fenómeno de mero acaso. Na sua origem podemos encontrar factores.

1-Quais são os factores que contribuíram para a expansão europeia?

2-Quais foram os países que começaram com o processo de expansão europeia?

3-Qual foi o primeiro acto expansionista?

4-Assinala com (V) as questões verdadeiras e com (F) as falsas:

a)-Os primeiros povos que habitam a América foram os maias, aztecas e Índios.

b)-A principal actividade económica desenvolvida por eles era a agricultura e viviam organizados em bairros, comunas e clãs.

c)-A expansão europeia trouxe algumas consequências como: Uma economia à escala mundial, as transformações na Europa, a acumulação capitalista e os reflexos do encontro mundial de culturas.

d)-As rotas Atlânticas ligam a Europa, África e Ásia.

e)-A Holanda criou duas companhias, a companhia das Índias Orientais em 1604 e a companhia das Índias Ocidentais em 1621.

5-Defina renascimento.

a)-Qual foi o país considerado como berço do renascimento?

6-Enumera três (3) características do humanismo.

**BOA SORTE**



**REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA DO MAGISTÉRIO "FERRAZ BOMBOCO"  
HUAMBO  
ANO LECTIVO 2017  
CLASSE: 11ª- DURAÇÃO: 90 MINUTOS**

**PROVA DO PROFESSOR –IIº TRIMESTRE**

**DISCIPLINA – EMPREENDEDORISMO  
DATA: 03 /08/2017**

**Lê atentamente a tua Prova e responde com clareza as seguintes questões**

**I**

- 1- Sobre as associações empresariais, apresente:
  - a) Seu significado
  - b) Seus objectivos
- 2-Assinale com (v) as questões verdadeiras e com (f) as falsas
  - a) O Processo de criação de uma Empresa exige que se tenha uma ideia clara sobre o negócio que se pretende criar.
  - b) As associações empresariais tendem atrair membros de empresas que estão em ramos diferentes
  - c) A pesquisa de mercado tem como objectivo mobilizar e organizar os fundos necessários.
  - d) O sucesso de qualquer empresa é a sua capacidade de servir os seus clientes com preços lucrativos durante um longo período.
- 3- Que vantagens oferecem a preparação do plano empresarial?
- 4- O que entendes por pesquisa de mercado?

**Bons Êxitos**



**República de Angola**

**Ministério da Educação**

**Escola de Magistério Primário "Ferraz Bomboko" Huambo**

**Prova do Professor de Empreendedorismo**

**Classe:10ª período: Manhã Data: 03/07/2017**

Leia atentamente e responda com clareza as questões abaixo descritas.

1. Fala da importância que tem a escolha de uma Carreira
2. Das afirmações abaixo passe para a folha de prova as correctas

**Requisito para a escolha de uma carreira**

- a) Definir as suas necessidades e os seus objectivos, o que implica fazer perguntas;
- b) Indicar os seus próprios recursos que implica analisar os seus recursos e refletir sobre outrem
- c) Planear como conseguir: qual a que satisfaz os seus objectivos e interesses pessoais

**Desafios do trabalho por conta própria**

- a) As horas de trabalho tendem a ser fixas e ate ser favorável ao trabalhador
- b) Tem de aprender constantemente a garantir o sucesso das suas actividades, pois é o socio principal
- c) Permite a criatividade e a inovação da pessoa que trabalha
- d) Pode haver poucos ou nenhuns benefícios ou direitos como transporte, alojamento, cuidados de saúde, principalmente no início do negócio.

3- Qual é a diferença que existe entre o trabalho voluntario e remunerado. Dê exemplos de cada um deles.

4- Explique como é que os seguintes pontos podem constituir um desafio para o empreendedor e de exemplos

- a) Empregados;
- b) Clientes
- c) Vida social limitada



República de Angola  
Ministério da Educação

**Escola de Magisterio "Ferraz Bomboco" Huambo**

**Prova de escola de empreendedorismo**

Data 23.11.2017

Duração 90Min  
11ª Classe

Caro estudante, responda com precisão as questões que em seguida se expõe.

*1-A ética empresarial e a forma correcta de fazer e conduzir um negocio sem o prejuizo de terceiros nem do ambiente.*

a) Justifica esta afirmação. (3valores)

2-Assinale com o (X) as afirmações verdadeiras

- a) A etica garante a manutenção dos padroes morais através do tempo e sua continuidade de geração a geração (1valor).
- b) O empresário deve rodear-se da equipa certa e seleccionar o pessoal com a capacidade financeira(1valor).
- c) Marketing e um conjunto de actividades empresariais com o fim de promover bens para a empresa (1valor).
- d) A venda e uma actividade que esta relacionada ao marketing (1 Valor).
- e) A gestão do negocio ou empresa também tem a função de gerir as operações fisicas(1valor).

3- A dona Antónia, no mÊs de Novembro do ano 2016, a sua empresa teve lucro de 8.400.000kz e no mes de Dezembro teve de efectuar o pagamento do imposto de selo.

a) Diga quanto e que a dona Antonia pagou? l(2valores)

b) Se a empresa da dona Antónia, em 2016 tivesse o lucro de 8.400.kz e em Janeiro de 2017 pagar o imposto industrial, quanto seria? (2valores)

4-Tendo em conta a legislação comercial:

a) Cite os tipos de leis sobre empresas (4valores)

5- O sr. George, proprietário de uma alfaiataria, aceitou confeccionar batas para o sr. Joaquim que pretendia abrir um colegio. O preço da produção das batas era de 80.000.00kz, e o sr George disse que antes de confeccionar as batas tinha de receber 100 por cento do valor acordado para que pudesse adquirir a matéria prima necessária. Por serem amigos nao foi celebrado nenhum contrato.

a) Diga o tipo de contrato e o que representa para a sociedade angolana. (4valores)

Bom Desempenho



REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ESCOLA DE MAGISTÉRIO "FERRAZ BOMBOCO" DO HUAMBO

ANO LECTIVO 2017  
120 MINUTOS

10ª CLASSE

NÃO - ESPECIALIDADE  
31 - 07 - 2017

Texto

O beija-flor e o gafanhoto encontraram-se e disseram:

- Vamos brincar as escondidas!

O beija-flor foi esconder-se no abrigo do gafanhoto e o gafanhoto meteu-se no ninho do beija-flor. Para melhor se ocultar e não ser reconhecido, o gafanhoto mudou as asas de cima para baixo: As asas vermelhas ficaram para cima e as asas pretas ficaram para baixo.

Como o gafanhoto não vinha a procura dele, o beija-flor foi direito ao seu ninho e o que viu meteu-lhe medo, porque parecia sangue...

Apoiando-se pelo texto e da criação mental, responda ao questionário que se segue:

1 - Dê um título ao texto.

2 - O beija-flor ficou com medo? Justifica a tua resposta.

II - Gramática

1 - Dentro dos textos de seu domínio e incluindo os de património oral, a que classe est inserido este da sua prova?

2 - A partir de palavras do texto (beija, sangue, brincar, vermelha, direito), forme outras pelos seguintes processos: derivação por prefixação, derivação por sufixação, derivação por prefixação e sufixação, derivação regressiva.

3 - Defina verbo.

a) Completa o seguinte quadro:

Forma Verbal	Número	Pessoa	Modo	Tempo	Voz
Deixamos		1ª pessoa	Indicativo		Passiva
Sejamos	Plural	2ª pessoa	Indicativo	Presente	Activa
Tenho estudado	Singular	1ª do singular	Indicativo	Presente	Activa
Disseram	Plural	3ª do Plural	Indicativo	Passado	Passiva

III - Composição

Usando uma linguagem convincente, fale da importância da democracia no nosso país. Faça um comentário breve e sucinto.



República de Angola

Ministério da Educação

Magistério Primário Ferraz Bomboco - Huambo

II Trimestre  
Ano Lectivo 2017  
Classe: 10<sup>a</sup>

Opção: Todas Série: B  
Duração 90 min  
Período: Manhã

### Prova do Professor de Língua Portuguesa

#### Texto

#### A Triste Sorte de Katumbo

Katumbo era uma rapariga muhumbe, alta, forte, lábios grossos, pisar certo, desempenada. Usava grandes miçangas nos pés e na zinta; punha tacula e gundino no cabelo e nas vestimentas, untava com óleo de palma o corpo bonito e luzedio andava mesmo a pedir cassamento.

Serto dia, Katumbo foi buscar água à capira e encontrou um rapaz xamado Kisse. Alto, forte, desempenado, panos nos quadris. Gostaram um do outro. (Nhaneca Humbi).

#### I Ortografia

- 1- Escreva correctamente os erros ortográficos.

#### II- Interpretação do texto

Lê com atenção o texto e responda com clareza as seguintes questões:

- 1- Como era Katumbo?
- 2- Diga como ela se apresentava?
- 3- Qual foi o maior sonho da Katumbo?

#### III- Gramática

- 1- Como caracterizas o texto da sua prova?
  - a) Que pensas serem as personagens do texto?
  - b) Qual das personagens assume maior relevo? (acção principal)
- 2) Usava grandes missangas/nos pés e na cinta.
  - a) Delimite as orações do período anterior e classifique-as.
  - b) Diga em que tempo se encontra a forma verbal do período anterior.
  - c) Passe-a para o pretérito mais que perfeito.

#### IV- Composição

- 2) Numa linguagem clara e cuidada fale sobre as drogas.

Boa sortel



República de Angola

Ministério da Educação

Escola de Formação de Professores “Ferraz Bomboco” do Huambo

Ano Lectivo 2017

90 Minutos

11ª Classe

Especialidade – Todas

Huambo

**Prova Do Professor de Língua Portuguesa – I Trimestre**

Texto

Huambo, 24 de Abril de 2017

Minha querida Bela.

Acabo de saber que estás em Benguela. O que perguntei para saber de ti! Finalmente, quando já me desiludira em descobrir-te, eis que surge alguém que me traz notícias. Mas, mesmo assim, não quero entrar em euforias. Embora tenha tantas coisas para te contar sobre mim, vou reservar isso para a próxima oportunidade. Agora vou deleitar-me com o pensamento de que, finalmente, sei onde te encontras e que, em breve, nós poderemos encontrar.

Como me lembro do tempo em que vivíamos e estudávamos no Bié! Heramos inseparáveis, Nunca me comformei com a nossa repentina saída daquela cidade. Desfizeram-se amizades, sonhos, vidas... Foi difícil retornar ós estudos, adaptar-mi a novos colegas, novos professores, nova cidade, .. O destino prega-nos cada partida, não achas? Eu sei que não acreditas no destino. No fundo, eu também não, é apenas uma força de expressão.

Conseguiste fazer algum curso superior? Eu não fiz o que queria. Mas agora estou na Universidade, a fazer um curso que não coincide com o meu sonho, mas, pelo menos, ser-me-á útil, profissionalmente. Bom, aqui estou a falar de mim! Vou resistir e não te vou contar mais nada...

Hoje vou ficar por aqui, porque, se continuar a escrever, acabarei por falar do rumo que a minha vida tomou nestes anos. Assim obrigo-te a responderes-me mais rápido.guardo ansiosamente por notícias tuas. Fala-me de ti, do que fizeste depois que nos separámos, do que fazes agora, se já te casaste, etc., etc..

Um abraço com saudades

Branca

*(Texto Adaptado)*

**À luz do manancial teórico que estudou, responda as questões abaixo colocadas:**

- 1- Ortografia - Passe para a tua folha de prova o parágrafo sublinhado do texto, utilizando uma boa caligrafia e corrigindo os erros ortográficos.
- 2 - Descreva Branca exaustivamente (antecedentes da vida dela, idade aproximada, sua vida actual, etc.).

**II – Gramática**

1 - O que dirias ao teu colega que faltou a aula sobre texto literário e texto não literário?

2  $\sphericalangle$  “Vou resistir e não te vou contar mais nada...”

- a) Delinhte e classifique as orações do período anterior.
- b) Faça a análise sintáctica da primeira oração.
- c) Analise morfológicamente a segunda oração.

3 – Tendo em conta a norma, corrija se estiverem erradas as frases a seguir:

- A gente comemos.
- No regresso farei...
- Há quem diz...
- Um dos que viu

**III – Composição**

Usando uma linguagem convincente, redija uma carta de resposta para Branca.

**Êxitos**



República de Angola

Ministério da Educação

Magistério Primário Ferraz Bomboco - Huambo

II Trimestre  
Ano Lectivo 2017  
Classe: 10ª

Opção: Todas Série: B  
Duração 90 min  
Período: Manhã

## Prova do Professor de Língua Portuguesa

### Texto

#### A Triste Sorte de Katumbo

Katumbo era uma rapariga muhumbé, alta, forte, lábios grossos, pisar certo, desempenada. Usava grandes miçangas nos pés e na zinta; punha tacula e gundino no cabelo e nas vestimentas, untava com óleo de palma o corpo bonito e luzedido andava mesmo a pedir cassamento.

Serto dia, Katumbo foi boscar água à capira e encontrou um rapaz xamado Kisse. Alto, forte, desempenado, panos nos quadriz. Gostaram um do outro. (Nhaneca Humbi).

#### I Ortografia

- 1- Escreva correctamente os erros ortográficos.

#### II- Interpretação do texto

Lê com atenção o texto e responda com clareza as seguintes questões:

- 1- Como era Katumbo?
- 2- Diga como ela se apresentava?
- 3- Qual foi o maior sonho da Katumbo?

#### III- Gramática

- 1- Como caracterizas o texto da sua prova?
  - a) Que pensas serem as personagens do texto?
  - b) Qual das personagens assume maior relevo? (acção principal)
- 2) Usava grandes missangas nos pés e na cinta.
  - a) Delimite as orações do período anterior e classifique-as.
  - b) Diga em que tempo se encontra a forma verbal do período anterior.
  - c) Passe-a para o pretérito mais que perfeito.

#### IV- Composição

- 2) Numa linguagem clara e cuidada fale sobre as drogas.

Boa sorte!



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

ESCOLA DE MAGISTERIO "FERRAZ BOMBO"

Prova do Professor- Língua Port. II trimestre 11.ª C, OPÇÃO H/G. 2017-07-31

### O Castigo da Raposa

Depois de muitas queixas sobre a falta de tranquilidade, sobretudo a noite, no bairro do tio Kondombolo, o Soba decidiu mandar chamar a ombala o Galo e a Raposa.

Pretendia ter uma conversa muito séria com os dois, pois os habitantes daquela zona da cidade queixavam-se de não poder dormir.

Todas as noites uma barulheira danada, entre galinhas e pintos no bairro do tio Kondombolo, o Galo. Não faltou quem afirmasse categoricamente que era a raposa a causadora de toda aquela zaragata, aquela confusão nocturna...

Costa Andrade, 1986

#### I – Interpretação

- 1 – Diga porque é que o Soba mandou chamar o Galo e a raposa a sua ombala?
- 2 – Apresente a personagem problemática causadora da barulheira danada a noite.
- 3 – Diga que tipo de animal é o Galo e a Galinha?
- 4 – O autor do texto publicou o seu livro em 1986. De lá até aqui quantos anos teriam passado.

#### II – Gramática

- 1 – Como caracterizas o seu texto?
- 2 – Apresente o protagonista da acção no seu texto e descreva as suas características psicológicas.
- 3 – Quem são as personagens do texto e classifique-as quanto ao relevo.
- 4 – Qual é o espaço onde teria ocorrido essa narrativa?
- 5 – Classifique morfológicamente a seguinte frase: "Pretendia ter uma conversa muito séria com os dois".
- 6 – Diga que tipo de verbo é queixar-se e conjugue-o no modo condicional no tempo presente.

III – Composição: Conte uma fábula que conheces.



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ESCOLA DE MAGISTÉRIO "FERRAZ BOMBOCO" DO HUAMBO

Prova do Professor de Língua Portuguesa

Ano Lectivo 2017/ II Trimestre Duração: 90 min 11ª Classe/Tarde A e D Opção: Geo História

### O Sapo e o Coelho

O Sapo e o Coelho eram amigos e um dia para não morrer à fome, combinaram comer as suas mães. Começaram pela mãe do Coelho; passaram-se alguns dias até que ela ficasse completamente comida. Quando chegou a vez da mãe do Sapo, esta fugira; o filho avisara-a antes. Assim, o Sapo e o Coelho romperam sua amizade. Cheio de remorsos e fome regressava o Coelho; desesperado, pensava na mãe que havia comido. Encontrou um animal no caminho que, de tanta fome, não teve forças para fugir ou reagir e assim carregou-o e matou-o.

O Coelho não hesitou em pular para a árvore deixando o animal em baixo. Enquanto comia os frutos, apareceu o Sapo, que carregou com o animal. O Coelho tanto disse que aquele animal era dele, mas o Sapo não queria saber e argumentava: «Se fosse teu, subias com ele, tal como fizeste com os teus pés». Com esta resposta, o coelho ficou irritado e encaminhou o problema para o sobado.

### I Interpretação do texto

Lê atentamente o texto e responde com satisfação as perguntas que se seguem:

- 1- Qual foi o pacto feito pelos dois amigos?
- 2- Os dois amigos cumpriram com o compromisso? Fundamenta a tua resposta com base no texto.
- 3- A atitude do sapo foi a mais correcta? Porquê?
- 4- O que causou o rompimento da amizade dos dois amigos?

### II Gramática

- 1- Como caracteriza o narrador quanto à presença?
- 2- Identifica as personagens do texto e classifica-as psicologicamente e socialmente
- 3- Divide e classifica as orações do seguinte período: O sapo e o coelho eram amigos e um dia para não morrerem à fome, combinaram comer as suas mães.
- 4- Analisa sintacticamente a 1ª oração e morfológicamente a última oração do período acima.
- 5- Passa as formas verbais sublinhadas no texto para o tempo futuro, modo indicativo.

### III Composição

Numa linguagem clara e objectiva, fala do amor ao próximo, não acima de 10 linhas."

*Boa Sorte"*



República de Angola

Ministério da Educação

Escola de Magistério "Ferraz Bomboco" do Huambo

**Prova do Professor de Matemática**

II-Trimestre

Série: A

Opção: Ensino Geral

Duração: 90 min

Classe: 10<sup>a</sup>

Data: 3/08/2017

Período: Manhã

A Matemática permite criar hábitos e habilidades no raciocínio lógico. Em harmonia com o que aprendeste durante o trimestre, resolve os exercícios apresentados:

1-Calculer os seguintes radicais aplicando as propriedades.

a)  $\sqrt{8} \times \sqrt{4}$   
b)  $\sqrt[3]{16} \div \sqrt[3]{8}$

2- Resolva as seguintes equações exponenciais

a)  $4^x = 32$   
b)  $4^{(x^2+1)} = 16$

3- Com a base a definição de logaritmos e suas propriedades Calcule:

a)  $\log_3 9 = x$   
b)  $\log_3 \left(\frac{27}{9}\right)$

4-Represente graficamente a função exponencial e faça o estudo da mesma.

a)  $y = 3^x$

**Boa Sorte**



REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
ESCOLA DE MAGISTÉRIO "FERRAZ BOMBOCO", HUAMBO

SÉRIE

A

## PROVA DE ESCOLA - ANO LECTIVO 2017

Disciplina: Biologia

Período: Tarde

Classe: 11<sup>a</sup>

Duração: 90min

### INSTRUÇÕES PARA PROVA:

- A falta de identificação na prova, conduz para a sua anulação.
- A exibição de uma cábula quer tenha aproximação do conteúdo da matéria, queira não, dá lugar a anulação da prova, sem qualquer recurso.
- Por cada erro ortográfico, descontar-se-á (0,25) valores
- Por omissão de uma palavra, descontar-se-á (0,25) valores.
- Por omissão de dois acentos descontar-se-á (0,25) valores;
- Por um borrão ou palavra correctada, considera-se erro ortográfico, logo descontar-se-á (0,25) valores;
- A utilização indevida da letra minúscula ou vice-versa, conta para um erro ortográfico, logo é causa de desconto de (0,25) valores
- Não se aceita o rascunho ao invés da prova como argumento de que o tempo foi insuficiente.

**MATERIAL NECESSÁRIO PARA A PROVA:** Lápis, borracha, esferográfica azul ou preta, folha de rascunho, folha para prova, enunciado.

## PROVA

**APLICANDO OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS, DURANTE O ANO LECTIVO RESPONDA COM CLAREZA AS QUESTÕES QUE SE SEGUEM:**

**1 - DOS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS DURANTE ESTE ANO LECTIVO, RESPONDA:**

- a)  que são ácidos nucleicos?
- b)  que é a reprodução?
- c)  que é a hereditariedade?
- d)  que é o sistemática?

**2 - ASSINALA COM UM X A OPÇÃO CORRECTA.**

- a)  Os ácidos nucleicos estão formados por nucleotídeos, ADN e ARN.
- b)  O tipo de reprodução da planária e a estrela do mar é assexuada.

- c) Um casal albino pode ter filhos normais  
 d) Existe sete categorias, designadas por taxons, para classificar os seres vivos

**3 - PREENCHA OS ESPAÇOS EM BRANCO.**

- a) Os Cotilédones \_\_\_\_\_ folhas \_\_\_\_\_ que fazem parte do \_\_\_\_\_ e armazenam os \_\_\_\_\_ que serão fornecidos ao \_\_\_\_\_ nos estágios de seu desenvolvimento.  
 b) Raízes verdadeiras \_\_\_\_\_ especialmente \_\_\_\_\_ à fixação e \_\_\_\_\_ de água e \_\_\_\_\_ do solo.  
 c) A classe Musci (musgos) é a maior classe de \_\_\_\_\_, com mais de \_\_\_\_\_ espécies classificadas.  
 d) A divisão das \_\_\_\_\_ compreende as \_\_\_\_\_ simples comumente denominados " \_\_\_\_\_ " e "hepáticas".

**4 - FAÇA CORRESPONDER OS ELEMENTOS DA COLUNA A COM OS ELEMENTOS DA COLUNA B**

**Coluna A**

- a) Mutações gênicas  
 b) Mutação cromossômica  
 c)  $Hb^A Hb^A$   
 d)  $Hb^S Hb^S$   
 e)  $Hb^S Hb^A$

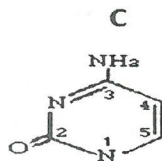
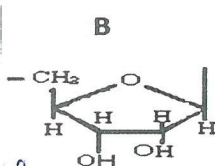
- 1 - indivíduos normais homocigóticos, possuindo hemoglobina A normal.  
 2 - indivíduos homocigotos em relação ao gene mutado, isto é, com anemia falciforme.  
 3 - indivíduos heterocigóticos possuindo os dois tipos de hemoglobina.  
 4 - quando ocorrem alterações ao nível do cromossomas.  
 5 - quando se dá uma alteração num gene

**Coluna B**

5 - Se uma variedade de ervilhas com caráter alto (TT) e flores terminais (aa) for cruzada com uma variedade anã (tt) de flores axiais (AA) e depois forem os híbridos autofecundados. Determine a proporção fenotípica e genotípica da segunda geração.

**6 - DEMONSTRE A DIFERENÇA ESTRUTURAL DE UMA MOLÉCULA DE DNA E RNA.**

**7 - IDENTIFIQUE E NOMEIE AS SEGUINTE ILUSTRAÇÕES**



Huaning, 2017